



## IDOSO

“O direito à saúde é um direito fundamental, sendo dever do Estado garantir sua efetividade, buscando melhorar as condições de vida do cidadão e da população, sobretudo, garantindo à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde”.

Almir Barbosa Santos, Juiz de Direito

## // NOTÍCIAS DA IMPRENSA

### PEDRAS CARIOCAS

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – Andrei Bastos – 31/07/2013

O prefeito Eduardo Paes pediu desculpas à atriz Beatriz Segall, de 87 anos, que tropeçou em pedras portuguesas soltas numa calçada da Zona Sul do Rio e machucou um olho seriamente. “É incrível como o Rio está abandonado”, denunciou a atriz, moradora de São Paulo.

Paes também disse: “Vida de prefeito é dura. Vai da calçada da Gávea ao deslocamento do Papa.” Ora, mesmo que só quisesse passear pelas calçadas da cidade que administraria, o prefeito teria que consertá-las, antes que idosos, cadeirantes, cegos e multantes anônimos se acidentassem nos seus buracos, todos os dias, e que o tropeço de uma atriz famosa expusesse o problema.

Beatriz Segall tem razão quando denuncia o abandono do Rio, mas não quando diz que São Paulo está em melhores condições porque o povo de lá reclama mais. É preciso dizer que a acessibilidade nas calçadas dos paulistanos é encontrada em apenas 500 dos seus 30 mil quilômetros, segundo Mara Gabrielli, o que é ridículo e não alcança os tropeçantes anônimos da periferia.

Mas, longe de absolver Eduardo Paes, a comparação com São Paulo serve para expor a assustadora dimensão do problema, que aprisiona pessoas com deficiência, idosos e outras pessoas com mobilidade reduzida de todo o país em suas próprias casas. Se nos maiores centros urbanos do Brasil é assim, como será nas outras cidades?

Diante de tal dimensão e da confusão entre público e privado, pois as calçadas são consideradas como de responsabilidade dos proprietários dos imóveis adjacentes, fica evidente a urgência de se alterar a legislação, reconhecendo-se a calçada como espaço público, em definitivo, para facilitar a aplicação dos parâmetros de acessibilidade nelas. Em muitas outras cidades do mundo com calçadas acessíveis, sua construção e manutenção cabem ao poder público.

Um outro aspecto do episódio do tropeço de Beatriz Segall, talvez mais importante do que tudo, é que, guardadas as proporções, ele se soma a outros, entre os quais destaca-se o trágico incêndio da boate Kiss, na demonstração de que a acessibilidade beneficia a todas as pessoas, com ou sem deficiência, e é preciso que seus parâmetros sejam incorporados aos cursos universitários pertinentes, como arquitetura, engenharia e *design*.

Por tudo isso, prefeito Eduardo Paes, faça mais do que pedir desculpas à nossa querida atriz de São Paulo e, ao mesmo tempo, peça desculpas todos os dias às pessoas com deficiência, aos idosos e aos demais cidadãos com mobilidade reduzida do Rio de Janeiro: apresente um projeto de lei para fazer com que as calçadas sejam de responsabilidade única e explícita do poder público municipal e, sem esperar pela lei, comece a torná-las acessíveis.

Mesmo que o Rio não venha a se tornar uma Londres, onde as calçadas são acessíveis e uniformes e tudo mais a classifica como a cidade mais acessível do mundo, os moradores da Cidade Maravilhosa não podem correr o risco de que, num segundo tropeço, a educada Beatriz Segall, que aceitou o pedido de desculpas de Paes, incorpore a personagem Odete Roitman.



Prezado(a),  
para preservar as informações contidas no periódico,  
é necessário estar *logado* na intranet para carregar os *links*.

### ÍNDICE

#### IDOSO

Notícias da Imprensa	fl. 01
Doutrina	fl. 06
Notícia do Judiciário	fl. 07
Notícias do Legislativo	fl. 07
Institucional	fl. 08

#### PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl. 09
Eventos	fl. 30
Doutrina	fl. 33
Notícias do Judiciário	fl. 33
Jurisprudência	fl. 35
Notícias do Legislativo	fl. 38

### EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das  
Promotorias  
de Justiça de Proteção  
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar  
Centro - CEP 20020-080  
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112  
E-mail: caoidosopdef@mp.rj.gov.br

Coordenador  
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador  
Rafael Luiz Lemos de Souza

Servidores  
Alexandre Cavassoni Rosa  
Fábio Gomes Palermo  
Rodrigo Firmino da Silva

Estagiário  
Pablo Gomes Amaral

• • •

Projeto gráfico  
STIC - Equipe Web



## HIGIENE NA TERCEIRA IDADE: SAIBA A IMPORTÂNCIA DAS FRALDAS GERIÁTRICAS

Fonte: Idmed.terra – Dra. Rosimere Ferreira Santana e Luise de Almeida Ferreira Alves – 01/08/2013

Os cuidados com a higiene em todas as fases da vida são importantes por uma questão de saúde. Na terceira idade não é diferente, visto que tais cuidados tornam-se ainda mais necessários devido a algumas particularidades comuns a essa fase da vida. Um bom exemplo é o uso das fraldas geriátricas, um produto voltado especialmente para esse tipo de público.

Em comparação com uma fralda infantil, a fralda geriátrica possui maior quantidade de materiais absorventes, já que são maiores estruturalmente e recebem mais urina ou fezes durante a eliminação. Na sua maioria, são feitas de algodão e tecido e sua diferença funcional incide do grau de incontinência, que pode ser leve, moderado ou pesado (FADER, 2008).

“A indicação deve ser realizada com prévia avaliação singular e criteriosa do idoso. As possíveis indicações advêm de três características fundamentais: idosos com restrição motora ou déficit de mobilidade, idosos com déficits cognitivos (memória) e idosos com episódios de incontinência urinária e/ou intestinal, estes com incapacidade para o autocuidado”, explica a enfermeira Rosimere Santana.

Nos idosos, a determinação da frequência das trocas das fraldas não é bem definida. Habitualmente, ela é realizada pela demanda espontânea, quando ocorre a eliminação urinária e/ou intestinal. No entanto, devem ser considerados também outros aspectos, como a frequência das eliminações, o uso de produtos adjuvantes (absorventes, pomadas ou emoliente), limpeza da região perineal, tipo e tamanho da fralda utilizada.

### Uso das fraldas deve seguir critérios

De acordo com Rosimere, a fralda é um objeto de cuidado comum no cenário hospitalar, embora seu uso necessite de avaliação. O que se percebe, porém, é a utilização ainda corriqueira e ausente de critérios que estabeleçam indicações individualizadas e práticas que previnam danos, como aparecimento de lesões cutâneas, exacerbação ou aparecimento de incontinência e alterações emocionais.

“Ao que se refere aos idosos, a associação com o uso de fralda, de forma geral, não provoca estranhamento, uma vez que, se o idoso necessita de auxílio nas atividades de vida diárias, em que se incluem as de higiene, o uso da fralda pode indicar conforto para eliminações urinárias e/ou intestinais de forma independente, sem precisar chamar a equipe ou familiares, ou mesmo deambular com dor ou restrições”, ressalta a enfermeira.

Naquilo que consideraria o ideal, Rosimere destaca que o mais importante seria a boa qualidade dos produtos, com regulamentação pelos órgãos governamentais para seguir parâmetros de espessura, tamanho, quantidade de gel, a não de utilização “plásticos puros”, para evitar aquecimento e “assaduras”.

### Programa Farmácia Popular e outros cuidados

A fim de ampliar o acesso dos brasileiros a medicamentos para as doenças mais comuns e outros produtos, como as fraldas geriátricas, o governo federal criou em 2004 o programa Farmácia Popular. Através dele, os brasileiros podem comprar seus medicamentos a preços especiais e que facilitam a sua aquisição.

“O incentivo da compra de fraldas por um preço mais acessível proporciona maior conforto para os idosos que necessitam utilizá-las na residência. Por diferentes motivos de dependência, a compra pode se tornar onerosa quando o uso é diário. Outros fatores como qualidade do produto e modo de utilização também devem ser considerados”, afirma Rosimere.

Sobre outros cuidados de higiene importantes, a enfermeira destaca a atenção para a fragilidade cutânea, que é comum ao envelhecimento. Nesse caso, os cuidados devem se basear no mínimo atrito e fricção durante os movimentos de limpeza e a manutenção da pele, que deve estar mais seca possível para favorecer a prevenção de dermatites. Além disso, o uso de sabonete neutro é necessário, pois favorece uma menor irritabilidade da pele por uma menor chance de causar prurido e incômodo.

## IDOSOS GASTAM SEU TEMPO COM ATIVIDADES QUE NÃO BENEFICIAM A SAÚDE

A afirmação é de estudo apresentado na 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo no RJ.

Fonte: Sis Saúde – 09/08/2013

O tempo de lazer dos idosos, no Brasil, é grande, porém, mal aproveitado. A constatação é de levantamento realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa analisou a relação entre o uso do tempo dos idosos e o estado de saúde. Os resultados mostram que 26% do dia dos idosos são dedicados a atividades de lazer, porém com pouca contribuição para a melhoria da saúde.

“O Brasil está enfrentando um processo de envelhecimento rápido, então o olhar para a velhice tem que estar presente. Nosso trabalho vem trazer um pouco dessa necessidade que é pouco explorada. A gente também verifica que a maior parte do tempo do idoso está dedicada ao lazer, mas um lazer ocioso, passivo, como assistir televisão e ficar deitado descansando. Mas o lazer ativo traz mais benefícios, como as atividades da terapia ocupacional,” afirma Luiz Fernando Bevilacqua, um dos estudantes do curso de Terapia Ocupacional responsáveis pelo estudo. Ele cita artesanato, dança e até mesmo rodas de conversa.

O trabalho foi apresentado na Sessão de Posters da 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (Iatur), que começou hoje (7) no Rio. Até sexta-feira (9), especialistas de 38 países vão discutir temas como valor do tempo, trabalho remunerado, valor do trabalho não remunerado, meios de comunicação e lazer, cuidados na família, educação e equilíbrio vida-trabalho. O objetivo é saber como as pessoas usam o tempo, para poder planejar políticas públicas e combater as desigualdades sociais.

A pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cíntia Simões Agostinho, que está analisando as informações do projeto-piloto feito em 2009, pela instituição, sobre o uso do tempo, explicou que o tema é debatido há muito tempo em outros países, mas só há alguns anos passou a receber atenção no Brasil e na América Latina.

Cíntia lembrou que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita anualmente pelo IBGE, já inclui perguntas sobre o uso do tempo relacionado à locomoção, ao cuidado de pessoas da família, aos afazeres domésticos e ao trabalho voluntário. “Além de conseguir caracterizar melhor os perfis das diferentes pessoas, a gente pode cruzar com muitas variáveis. Onde ela mora, se ela usa o serviço de saúde, qual o tempo de lazer ou de trabalho, se assiste à televisão, uso de meio de comunicação de massa. É uma pesquisa que avalia vários aspectos da vida da pessoa e pode ser muito útil. Qualquer setor público pode olhar para esses dados sob a ótica de políticas sociais”, declarou.

A professora Hildete Pereira, do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e assessora da Secretaria de Políticas para as Mulheres, lembra que a questão de gênero também é fundamental nas discussões sobre o uso do tempo. “A discussão do uso do tempo é extre-

mamente significativa para a vida das mulheres, porque existe a questão da divisão sexual do trabalho, porque a sociedade diz que mulher faz isso e homem faz aquilo. A mediação do tempo é uma forma de se entender a raiz da subordinação e da desigualdade”, disse.

Na avaliação da professora, o principal trabalho que a sociedade oferece para as mulheres não é visto como trabalho, como cuidar dos filhos, dos doentes, arrumar, varrer, lavar. “Isso tem que ser valorado, porque em economia tudo tem preço. Desde 2001, a gente pode fazer uma proposta metodológica para mensurar esse trabalho não pago, porque graças à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios eu sei quantas horas as mulheres se dedicam aos trabalhos domésticos”, ressaltou.

De acordo com a pesquisa, em 2001 as mulheres dedicavam em média 29 horas por semana para as tarefas domésticas, hoje são 23 horas. Enquanto os homens declaravam nove horas em 2001 e agora são dez horas. Para Hildete, é necessário acabar com a divisão sexual do trabalho. “O que está enraizado a gente retira da terra. Para isso, é preciso discutir, precisa vontade política, de políticas públicas, precisa tirar os trabalhos dos cuidados de dentro de casa, precisa ter creche para as crianças, lavanderias populares, públicas, comida em restaurante popular, para deixar em casa o menor tempo de trabalhos possível. Isso é o ideal, um sonho. E fazer com que os homens repartam as tarefas domésticas”, declarou.

## OS CARIOCAS QUE SÃO EXCLUÍDOS PELA CIDADE

**Idosos e pessoas com deficiência sofrem com buracos nas calçadas e o acesso difícil aos transportes.**

Fonte: O Globo – Rio – Taís Mendes – 11/08/2013



Dificuldades de locomoção. Gilvan Cavalcante na Praça José de Alencar, cujo piso critica: Por que não é tudo liso? (Foto: Custódio Coimbra - Agência O Globo)

**RIO** - Gonçalo Melo, de 43 anos, cego desde os 20, já teve que esperar quase uma hora por ajuda para atravessar num sinal. Gilvan Cavalcante de Melo Filho, de 50 anos, cadeirante desde que nasceu, conta que, outro dia, capotou por causa de buracos na calçada. No último dia 25, a vítima foi a atriz Beatriz Segall, de 87 anos, que levou um tombo ao tropeçar em pedras portuguesas soltas na calçada. O prefeito Eduardo Paes pediu desculpas à atriz, mas não faria outra coisa caso quisesse se desculpar com todos que enfrentam dificuldades de mobilidade no Rio. O município anuncia que está fazendo um diagnóstico de 250 pontos turísticos e locais de embarque e desembarque de transportes públicos, criando orientações de acessibilidade. No entanto, argumenta que tornar a cidade acessível a todos não é tarefa simples, nem rápida. Para se ter uma ideia, só depois de 26 anos — e

de uma condenação na Justiça — é que as empresas de ônibus cumpriram a Lei nº 1.058/87, que garante o acesso de pessoas com deficiência física a seus coletivos.

— Preciso de ajuda desde que coloco o pé na rua. Um sinal sonoro nas travessias já ajudaria muito. Nem sempre há alguém disposto a ajudar — contou Gonçalo, que na quinta-feira passada precisou da ajuda de uma fiscal de ônibus para atravessar a Avenida Presidente Vargas, no Centro.

Gilvan, que nasceu com atrofia nas pernas, conta que os paralelepípedos e as calçadas de pedras portuguesas são o inimigo número 1 dos cadeirantes:

— Quando mal colocadas ou soltas, as pedras são armadilhas perigosas. Já caí da cadeira na calçada do Aeroporto Santos Dumont. Por sorte, não me machuquei muito.

Antônio Guerra de Oliveira, de 55 anos, que tem prótese nos quadris, só se locomove com a ajuda de muletas e reclama da falta de acessibilidade nos transportes e no comércio:

— Há lojas em que nem consigo entrar. Mas o pior são os transportes. Os novos ônibus, por exemplo, são mais baixos, mas as calçadas antigas não ficam no mesmo nível, então de nada adianta. É uma dificuldade para embarcar.

### Trens, os mais criticados

E, por falar em transportes, os trens são os mais criticados, principalmente por cadeirantes. Segundo dados da própria SuperVia, concessionária do transporte, das 102 estações do sistema, apenas sete têm acessibilidade.

— Aqui no Méier, tem que desligar a escada, acomodar a cadeira e religar o sistema para o passageiro descer até a plataforma de embarque — informou uma funcionária da estação.

A cidade não é amigável também para os idosos. Além das calçadas esburacadas, percorrer grandes avenidas é um desafio. Semana passada, Suely, de 66 anos, e Célio Barbosa, de 73, moradores de Bangu, se aventuraram entre os carros para conseguir atravessar as quatro pistas da Avenida Presidente Vargas. Isso porque o sinal fica aberto para os pedestres por apenas 40 segundos — tempo insuficiente para quem já caminha lentamente.

— É muito difícil. E os motoristas não respeitam os idosos — lamentou Suely.

Moradora de Sampaio, Juracy Pacheco, de 73 anos, fez uma cirurgia no joelho e precisa de muletas para se locomover. Ela conta que, além dos problemas de articulação, um tombo na Rua Dias da Cruz, no Méier, piorou ainda mais a sua situação:

— Depois do tombo, não escapei da cirurgia. As piores calçadas estão na Zona Norte e no Centro.

Às vezes, nem é preciso haver um buraco no meio do caminho. Uma simples elevação no piso atrapalha. Na Praça José de Alencar, no Flamengo, por exemplo, a mistura de paralelepípedos com asfalto dificulta a vida dos cadeirantes.

— A mistura do velho com o novo, como tem em muitos cantos da cidade, não é boa para a gente. Aqui, por exemplo, a faixa de paralelepípedos junto ao meio-fio só atrapalha. Por que não é tudo liso? — perguntou Gilvan.

### Plano é fazer 5 mil rampas

A prefeitura tem como meta a implantação, nos próximos quatro anos, de cinco mil rampas e a revitalização de 700 mil metros quadrados de calçadas. Dentro do projeto, que consta do Plano Estratégico da Cidade para 2016, estão previstas ainda a construção de pavimentos e meios-fios, a re-

moção de obstáculos e a colocação de piso tátil, além de faixas lisas para cadeirantes. A Secretaria municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) e o Instituto Pereira Passos (IPP) criaram um grupo de trabalho para mapear e analisar 250 pontos turísticos, museus e áreas de embarque e desembarque de ônibus, metrô, trem, aeroportos e barcas. O trabalho, que inclui a criação de orientações de acessibilidade, começou no último mês, e 41 pontos já foram visitados.

## Para secretária municipal, o Rio foi mal planejado

Na avaliação da secretária municipal da Pessoa com Deficiência, Georgette Vidor, que é cadeirante, a cidade foi mal planejada. Além disso, as obras necessárias são as mais diversas.

— Cada quarteirão da cidade tem intervenções diferentes, o que dificulta a normatização para podermos fiscalizar. Gostaria que a situação estivesse mais avançada, mas não estamos parados. Não vamos conseguir transformar a cidade toda, é impossível, pelo menos em curto espaço de tempo. Mas podemos melhorar a acessibilidade onde há mais circulação de pessoas, como já foi feito no entorno do Maracanã, por exemplo.

## Arquiteta comemora avanços

Se com os ônibus foram necessários longos 26 anos para que as empresas cumprissem a lei de acessibilidade, em outro meio de transporte a situação também não é muito animadora. O processo de acessibilidade nos trens, por exemplo, é lento. A SuperVia afirma que, em janeiro de 2011, assumiu o compromisso de realizar uma série de investimentos para modernizar o sistema ferroviário. Entre as prioridades, está a reforma das 102 estações, com um investimento total de R\$ 150 milhões. Dois anos se passaram e apenas sete foram reformadas, melhorando a acessibilidade: Piedade, Quintino, Cascadura, Fragoso, Vila Inhomirim, Manguinhos e Bonsucesso.

Apesar de lentos, os avanços são comemorados pela arquiteta e urbanista Verônica Camisão, especialista em acessibilidade. Ela lembra que foi a partir de 1988, com o Movimento de Vida Independente, uma organização não governamental que surgiu da experiência americana, que se começou a pensar no assunto no Brasil.

— É um trabalho de formiguinha, mas vejo hoje outra realidade. Já existem regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas e um decreto, de 2004, para transformar as normas em lei federal. Temos que avançar mais e ter consciência de que a acessibilidade anda de braços dados com a qualidade. Uma calçada bem executada, por exemplo, já é 90% do problema resolvido — disse.

## Tema fora das universidades

Ela lamenta, no entanto, que a questão ainda não conste da formação de profissionais de engenharia e arquitetura nas universidades:

— Ainda não faz parte do currículo. Algumas faculdades já têm a cadeira de acessibilidades, mas são poucas. Não existe mistério nisso, não é uma coisa sofisticada. Basta ter a consciência da diversidade entre as pessoas. Na avaliação do professor Mário Cesar Vidal, especialista em ergonomia do Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, a cidade não foi feita para pedestres, muito menos para pessoas com necessidades especiais e idosos.

— Não há uma visão sistêmica para a questão da acessibilidade. Copacabana, por exemplo, é o lugar onde há mais idosos por metro quadrado, e as ruas não estão preparadas. A cidade não foi feita para o pedestre. A primeira coisa é colocar o pedestre como prioridade. O país, a cidade está ficando velha, e essas pessoas precisam ter mais conforto, uma forma melhor de vida. A cidade precisa ser pensada para o cidadão, e não para os carros — resumiu.

## EXERCÍCIO PODE SER O MELHOR REMÉDIO CONTRA A DOENÇA DE ALZHEIMER

**O exercício ativa função cognitiva em pessoas em risco de desenvolver Alzheimer, melhorando a eficiência da atividade cerebral.**

Fonte: Sis Saúde – 12/08/2013

Exercício físico pode ser o melhor remédio para a doença de Alzheimer. Segundo estudo da University of Maryland School of Public Health, o exercício melhora a função cognitiva em pessoas em risco de Alzheimer, aumentando a atividade cerebral associada à memória.

Liderado por J. Carson Smith, o estudo é o primeiro a demonstrar que o desenvolvimento de uma rotina de exercícios com idosos com comprometimento cognitivo leve (idade média de 78) melhorou não só recordação da memória, mas também o funcionamento do cérebro, medido pela neuroimagem funcional (fMRI). “Descobrimos que após 12 semanas de um programa de exercício moderado, os participantes do estudo melhoraram sua eficiência neural, basicamente, eles estavam usando menos recursos neurais para realizar a mesma tarefa de memória. Nenhum estudo usando as drogas disponíveis atualmente conseguiu resultados como este,” afirma o pesquisador.

Dois grupos de idosos fisicamente inativos (variando 60-88 anos de idade) foram colocados em um programa de exercícios que incluía caminhadas sobre a esteira orientadas por um personal training. Os dois grupos, um com adultos com MCI e o outro com pacientes com função cerebral saudável melhoraram a sua aptidão cardiovascular em cerca de 10% no final da intervenção. Os dois grupos também melhoraram seu desempenho de memória, mostrando maior eficiência neural, enquanto envolvidos em tarefas de recuperação da memória.

A boa notícia é que estes resultados foram obtidos com uma dose de exercício consistente com as recomendações de atividade física para adultos mais velhos. Essas diretrizes norteiam os exercícios de intensidade moderada (atividade que aumenta a frequência cardíaca faz a pessoa suar, mas não é tão intenso a ponto da pessoa não poder conversar enquanto realiza a atividade), com uma média semanal de 150 minutos.

Os exames com fMRI foram realizados antes e depois das 12 semanas de exercícios. Foi verificada uma diminuição significativa na intensidade de ativação do cérebro em onze regiões, enquanto os participantes conseguiam, em outra avaliação, lembrar com mais facilidades de nomes de pessoas famosas. As regiões do cérebro que tiveram melhor desempenho correspondiam às regiões envolvidas na patologia da doença de Alzheimer, incluindo a região precuneus, o lobo temporal, e o giro para-hipocampal.

## IDOSOS SÃO ABANDONADOS PELAS FAMÍLIAS EM HOSPITAIS DO RIO

**Secretaria nega que haja idosos em hospitais por falta de vagas em abrigos. Promotoria do Idoso alerta que hospitais têm obrigação de informar ao MP.**

Fonte: G1 – 13/08/2013

Dez por cento dos leitos dos hospitais geriátricos do Rio de Janeiro são ocupados por idosos que são internados para tratamentos, recebem alta e são abandonados para a família, como mostrou o RJTV desta terça-feira (13).

O Hospital Estadual Eduardo Rabello, em Senador Vasconcelos, na Zona Oeste, referência no tratamento de pacientes na terceira idade, tem 15 pacientes nessa situação, cinco não tem família e 10 foram abandonados.

“Tem casos que a família interna o paciente, a pessoa fica no hospital, é tratado, recebe alta, mas a família simplesmente não vem mais, some. E telefones e endereços que não correspondem à realidade”, explicou Edson Mendes Nunes, diretor-geral do hospital.

Segundo o diretor, há um risco em manter idosos por muito tempo em um ambiente hospitalar. “É a depressão, pode ter infecções urinárias, pode ter escárias, que são as feridas na perna”, acrescentou.

Pelo Estatuto do Idoso, quem abandona o parente pode responder pelo ato judicialmente. O crime tem pena de três anos de detenção e multa. Além de apurar essas responsabilidades, o Ministério Público que atua no hospital precisa encontrar abrigos com vagas e acompanhamento adequado para os idosos.

“O paciente às vezes tem uma psicopatia, uma esquizofrenia, e a gente além de não conseguir vaga em um abrigo, precisa ser um local que tem um apoio de um psiquiatra. E aí é mais difícil ainda”, concluiu Nunes.

A promotora Daniela Santos, da Promotoria do Idoso, alerta que todos os hospitais têm a obrigação de informar ao Ministério Público sobre casos de idosos abandonados.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social afirmou desconhecer que haja idosos em hospitais por falta de vagas em abrigos. Segundo a secretaria, os sete abrigos públicos para idosos estão todos ocupados, mas nos seis particulares, que também atendem, ainda há dezesseis vagas livres, dentre as 168 oferecidas.

A secretaria disse ainda que a prefeitura tenta fazer a reinserção social desses pacientes abandonados e que conta com um programa de atendimento domiciliar para pessoas acima de 70 anos.

## PESQUISA ASSOCIA EXPOSIÇÃO AO COBRE AO DESENVOLVIMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER

**Metal encontrado na água potável e em alimentos acelera o acúmulo de proteínas beta amiloides tóxicas no cérebro.**

Fonte: Sis Saúde – 21/08/2013

A exposição ao cobre parece ser um dos principais fatores ambientais que provoca o aparecimento e induz a progressão da doença de Alzheimer, acelerando o acúmulo de proteínas tóxicas no cérebro. É o que revela estudo de pesquisadores da Universidade de Rochester Medical Center, nos EUA.

A pesquisa sugere que, com o tempo, o efeito cumulativo do cobre prejudica os sistemas pelos quais a proteína beta amiloide é removida do cérebro. “Esta perda é um dos principais fatores que levam a proteína a se acumular no cérebro e a formar placas que são característica da doença de Alzheimer”, afirma o pesquisador Rashid Deane.

Os resultados foram publicados na revista Proceedings of National Academy of Sciences.

A oferta de cobre em alimentos é onipresente. Ele é encontrado na água potável transportada por tubos de cobre, suplementos nutricionais e em certos alimentos, como carnes vermelhas, mariscos, nozes e muitas frutas e legumes.

O mineral desempenha um papel importante e benéfico na condução nervosa, no crescimento ósseo, na formação do tecido conjuntivo e na secreção de hormônios.

No entanto, o estudo mostra que o cobre também pode se acumular no

cérebro e destruir a barreira sanguínea do cérebro, sistema que controla o que entra e sai do cérebro, o que resulta no acúmulo da proteína beta amiloide tóxica.

Usando ratos e células do cérebro humano, Deane e seus colegas conduziram uma série de experimentos que apontaram os mecanismos moleculares pelos quais o cobre acelera a patologia da doença de Alzheimer. Os investigadores observaram que o cobre interrompeu a função da proteína LRP1 que limpa o cérebro através de um processo chamado de oxidação, que, por sua vez, inibe a remoção de beta-amiloide da região cerebral. Eles observaram este fenômeno tanto em ratos quanto em células do cérebro humano.

No entanto, como o metal é essencial para tantas funções no organismo, os pesquisadores dizem que estes resultados devem ser interpretados com cautela. “O cobre é um metal essencial e é claro que estes efeitos são devidos à exposição durante um longo período de tempo. A chave será encontrar o equilíbrio certo entre muito pouco e muito consumo de cobre. Neste momento, não podemos dizer qual o nível certo, mas a dieta pode vir a desempenhar um papel importante na regulação deste processo”, conclui Deane.

## VEJA PORQUE MOTORISTAS DE ÔNIBUS NÃO PARAM NOS PONTOS

Fonte: Brasil Urgente – Band Rio – 27/08/2013

Uma matéria exclusiva que mostra a realidade de idosos, deficientes físicos e estudantes. Por várias vezes, recebemos denúncias de ônibus que não param nos pontos quando algumas dessas pessoas fazem sinal.

Para assistir ao vídeo, na íntegra, basta clicar [aqui](#).

## IDOSOS SERÃO 1/4 DA POPULAÇÃO NO ANO DE 2060, APONTA O IBGE

Fonte: Folha de São Paulo – Pedro Soares – 29/08/2013

A população brasileira envelhece de modo acelerado e as pessoas com mais de 65 anos serão mais de um quarto dos brasileiros em 2060, segundo projeção do IBGE divulgada nesta quinta-feira. O percentual desse grupo representa 7,4% do total de pessoas que vivem no país neste ano.

O instituto atribui o aumento do número de idosos ao aumento da expectativa de vida e à queda da taxa de natalidade, já que as mulheres têm cada vez menos filhos.

“Projeta-se uma manutenção da queda da mortalidade, que vem ocorrendo de forma contínua desde a primeira metade do século 20”, diz o IBGE, ao justificar sua previsão. Graças às melhores condições de saúde, à redução da mortalidade infantil e ao melhor acesso a serviços básicos, a esperança de vida também avançará de modo constante, segundo o instituto.

A expectativa de vida ao nascer atingiu 71,2 anos para homens e 78,5 para mulheres em 2013, de acordo com a projeção do IBGE. Em 2060, esses valores serão 78 para homens e 84,4 anos para as mulheres. Trata-se, portanto, de um ganho de 6,8 anos de vida para os homens e 5,9 anos para as mulheres, respectivamente.

Tal evolução, diz o IBGE, caracteriza uma “transição demográfica” que altera “significativamente a estrutura etária da população” atual. “A queda da

fecundidade, acompanhada do aumento na expectativa de vida, vem provocando um envelhecimento acelerado da população brasileira, representado pela redução da proporção de crianças e jovens, vis-à-vis um aumento na proporção de idosos na população”, diz o IBGE.

Para o instituto, o envelhecimento não é necessariamente ruim. Isso porque o fenômeno vai gerar durante um período o chamado “bônus demográfico”, quando mais pessoas estarão em idade para trabalhar e um grupo menor de idosos e crianças dependerá do seu sustento.

Tal situação já se configura. Atualmente, a cada grupo de cem pessoas com em idade potencialmente produtiva (15 a 64 anos), 46 são dependentes. O chamado “bônus demográfico” atingirá seu menor valor em 2022, quando 42 de cem pessoas serão idosos ou crianças.

“Este processo denominado de ‘bônus demográfico’ ou ‘janela de oportunidade’, proporciona ao país oportunidades decorrentes de uma menor parcela da população a ser sustentada pelo grupo economicamente ativo.” Ou seja, mais pessoas podem produzir e gerar renda (e eventualmente destinar esse rendimento à poupança, ao investimento e à acumulação do patrimônio) já que um grupo reduzido da sociedade dependente do seu provento.

## CURTO PRAZO

Tal “janela” se fechará rapidamente, porém, em razão do acelerado envelhecimento da população. Em 2060, 65,9 pessoas a cada 100 serão idosos ou crianças. “A principal parcela da população a ser sustentada, anteriormente composta majoritariamente por crianças, passará a ser de idosos”, diz o IBGE.

Diante dessa perspectiva, alguns analistas defendem reformas no mercado de trabalho e na Previdência, como o aumento da idade de aposentadoria. Para Ana Amélia Camarano, demógrafa do Ipea, “se existe um bônus” demográfico a ser aproveitando, também há, por outro lado, um “ônus” do envelhecimento da população e a necessidade de prover saúde, serviços e infraestrutura – tanto para quem está fora ou dentro do mercado de trabalho.

“O bem-estar da população deve ser o objetivo de toda a política pública e há um custo para isso. Então, se há um bônus [de mais gente trabalhando proporcionalmente], há um ônus [de despesas crescentes] ao mesmo tempo.”

Camarano pondera, porém, que a população mais velha de hoje em dia e dos próximos anos têm e terá condições de se manter ativa e produtiva por mais tempo do que há 20 anos. “As pessoas vivem mais e com melhores condições de saúde e autonomia.”

## OS NECESSÁRIOS ESTÍMULOS PARA A MEMÓRIA

Fonte: Folha de São Paulo – Dr. Julio Abramczyk – 31/08/2013

É considerado normal no envelhecimento a dificuldade do idoso em reter novos conhecimentos, denominada declínio cognitivo pelos neurologistas. Antigamente, sua origem era relacionada à morte de células do cérebro e a consequente diminuição das sinapses entre os neurônios.

O professor Peter Huttenlocher, morto no último dia 21, nos EUA, foi pioneiro ao identificar a plasticidade cerebral como o comportamento do cérebro e sua capacidade de adaptação aos primeiros anos de vida.

Atualmente, plasticidade cerebral é também a habilidade de se adequar ao declínio promovido pela idade, e os neurofisiologistas consideram que as alterações observadas são mais sutis e seletivas do que se pensava, o que

vem proporcionando novos rumos na atenção aos idosos.

A Editora Atheneu acaba de lançar “Estimulação Cognitiva para Idosos - Ênfase em Memória”, escrito por neurologistas, psiquiatras, geriatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

A obra tem técnicas de estimulação cognitiva visando à melhoria da qualidade de vida de idosos pela intervenção não farmacológica.

No livro, a terapeuta ocupacional Fabiana Roda lembra que idosos têm capacidade de aprender e empregar estratégias mnemônicas, tornando a gravação de informações novas mais eficaz.

Assinala ainda que a estimulação cognitiva melhora e mantém o funcionamento cognitivo em idosos.

## //DOCTRINA

### EXERCÍCIO DA CIDADANIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO

Artigo de Fábio Gustavo Alves de Sá (Procurador Federal – Procurador Regional da PF/ANTAQ)

Fonte: Conteúdo Jurídico – postado em 07/2013

#### I - INTRODUÇÃO

O idoso em sua essência já é um indivíduo que necessita de tutela específica promovida por lei. O primeiro raio que demonstra a preocupação com esse ente é a proteção constitucional que foi a ele fornecida no artigo 230 desse diploma normativo.

Por força dessa determinação Constitucional surgiram a Lei nº 8.842/96 e o Decreto nº 1.948/96, que trataram de criar e regulamentar a Política Nacional do Idoso.

Essa legislação traz consigo um conceito abstrato, o de cidadania. Aos olhos dos mais afoitos a cidadania é algo tão abrangente que só o invocar de sua existência já é o significado para toda uma ideologia. O conceito de cidadania é abordado de forma genérica, e, depois, tratado em conjunto com o exercício de tal direito pelo idoso.

Os principais temas tratados pela legislação foram abordados de forma pontual, objetivando com isso a consciência de alguns direitos que os idosos possuem, ou ainda, que alguns não conhecem, e por não conhecerem não podem exercê-los. Procura-se exatamente fazer conhecer para se pôr em prática. Seria esse o intuito deste pequeno ensaio científico. Não se pode cobrar ou solicitar providências sem que se conheçam os institutos e direitos existentes. Não se tem a pretensão de esgotar o tema, seria mais uma abordagem sintética, pincelada, sem adentrar na questão com seus pormenores, é uma forma de fazer com que os cidadãos em geral e os idosos conheçam seus direitos, fazendo com que cobrem a sua efetiva realização.

A versão integral, inclusive com a indicação das referências bibliográficas, está disponível para acesso através do [link](#)

<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,exercicio-da-cidadania-a-luz-da-politica-nacional-do-idoso,44231.html>

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23/08/2013

### **IDOSO SERÁ INDENIZADO APÓS SER INDUZIDO A FAZER EMPRÉSTIMO EM BANCO**

Ação Declaratória de Nulidade Contratual

O juiz André Luís de Medeiros Pereira, da 16ª Vara Cível de Natal, declarou nulos os negócios jurídicos celebrados entre um idoso e o Banco Santander Brasil S/A e condenou a instituição financeira no pagamento de R\$ 9 mil, a título de dano moral, podendo os valores em questão virem a ser devidamente compensados.

O magistrado condenou o banco também a devolver ao autor da ação os valores que dele eventualmente tiver cobrado como taxa administrativa para celebrar o contrato, e os valores eventualmente pagos mês a mês em virtude do negócio. No entanto, o autor deverá devolver ao banco os valores que dele tiver recebido.

O autor, que no processo foi representado por uma curadora, alegou que é portador de enfermidade mental, razão pela qual foi interdito judicialmente, sendo a curadora a sua própria esposa, também autora. Disse, através de sua curadora, que foi abordado pelas ruas por um representante do banco que lhe ofereceu facilidades para a obtenção de um empréstimo, o que despertou o interesse do autor.

Sustentou que tanto o representante do banco, como o próprio autor ignoraram a condição deste e sequer se esforçaram para obter qualquer informação sobre o estado mental do cliente, estando na sua identidade funcional o nome “reformado”.

A parte autora defendeu que todos os atos do idoso devem ser praticados por seu curador em seu nome, sob pena de nulidade dos atos jurídicos realizados e que os empréstimos foram obtidos diretamente por ele, sem consentimento ou conhecimento de seu curador. Assim, pediu liminarmente a exclusão do nome do autor dos cadastros restritivos de crédito.

Requeru também que seja declarado nulo o contrato celebrado entre as partes e que o banco seja condenado no pagamento de indenização por danos morais, dado ao lançamento do nome do autor em órgãos de proteção de crédito, o que agravou a sua doença mental.

O juiz André Luís de Medeiros Pereira observou, no caso, que o autor teve seu nome inscrito em órgãos restritivos de crédito e vivenciou situação vexatória e humilhante, que lhe causou, angústia ou constrangimento exacerbado.

Entendeu, assim, que a atitude negligente do banco em deixar de observar que o autor é interdito, reformado por invalidez, encaminhando o seu nome para cadastros de restrição de crédito, resultou em danos ao idoso que merecem ser reparados.

**Processo nº 0405131-07.2010.8.20.0001 (001.10.405131-1)**

## //NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

### **IDOSOS E DEFICIENTES CARENTES PODEM TER ACESSO A EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**

**Os idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) poderão ter direito a contratar empréstimo consignado em folha de pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).**

Fonte: Diário de notícias – 08/08/2013

Os idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) poderão ter direito a contratar empréstimo consignado em folha de pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Um projeto de lei, aprovado no Senado, está pronto para votação, com voto favorável do relator, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o PL nº 2.069/2011, antigo PLS nº 27/2006, altera a Lei nº 10.820/2003, para estender aos titulares do BPC a prerrogativa de autorizar o INSS a descontar parcelas referentes ao pagamento de empréstimos. O projeto também autoriza a instituição financeira em que os titulares recebem seus benefícios a reter, para amortização, parcelas mensais de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil se previsto em contrato.

O projeto determina ainda que o prazo máximo de vigência do contrato de empréstimo em consignação para os titulares do BPC deve coincidir com a data de revisão do benefício, que ocorre de dois em dois anos. Em sua justificativa, Paim argumenta que o empréstimo consignado tornou acessível aos aposentados e pensionistas da Previdência Social operações de crédito a taxas de juros mais baixas.

“Acreditamos que a extensão do empréstimo consignado aos titulares do BPC lhes proporcionará acesso a taxas de juros mais justas e, consequentemente, lhes trará uma vida mais confortável”, afirmou o senador.

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Ele assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Em ambos os casos, os beneficiados devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

O relator do projeto na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Mandetta (DEM-MS), explicou que são três modalidades de empréstimo para os aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social. A primeira é a consignação feita diretamente no benefício previdenciário; a segunda, a retenção pela instituição financeira pagadora do INSS; e a terceira, por meio de cartão de crédito.

Para Mandetta, a proposta deve ser aprovada porque proporciona aos idosos e às pessoas com deficiência meios para elevar o seu bem-estar. O projeto ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

.....

.....

## ESTACIONAMENTO IRREGULAR EM VAGA DE IDOSO OU DEFICIENTE PODE SE TORNAR INFRAÇÃO GRAVE

**Quem estacionar irregularmente em vagas reservadas a idosos ou pessoas com deficiência física poderá não só ser multado, como ter o veículo apreendido.**

Fonte: Senado Federal – 12/08/2013

O assunto é tema em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá votar, nesta quarta-feira (14), substitutivo do senador Anibal Diniz (PT-AC) a projeto de lei da Câmara que muda o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para tornar essa infração grave.

Originalmente, o PLC nº 99/2007 pretendia estabelecer como infração “gravíssima” o estacionamento não-autorizado em vaga destinada a deficientes físicos. Anibal avaliou que a classificação seria excessiva, pois tal irregularidade não representaria ameaça à segurança do trânsito ou de terceiros. Assim, não só propôs a aplicação da infração como grave, como decidiu estendê-la ao motorista que também usar irregularmente vagas reservadas a idosos.

### Mais mudanças

O substitutivo de Anibal reúne mais três mudanças ao CTB. Além do detalhamento da sinalização rodoviária indicativa de pronto-socorro, revê o rol de equipamentos de uso obrigatório em bicicletas e permite nova contagem de prazo para contestação de infração ou pagamento de multa após atualização do endereço do motorista.

No primeiro caso, o relator julgou que o acréscimo de informações nas placas de sinalização rodoviária sobre a distância e a localização do pronto-socorro mais próximo irá agilizar o atendimento a vítimas de acidentes. A medida constava do PLC nº 172/2008, também aproveitado pelo substitutivo.

Anibal também concordou com a dispensa da exigência de campainha e espelho retrovisor como itens de uso obrigatório pelos ciclistas, proposta no PLC nº 74/2008. Na sua avaliação, a exigência desses equipamentos encareceria o preço da bicicleta sem oferecer “ganho aparente de segurança” para o trânsito em geral e o ciclista em particular.

Por fim, Anibal resolveu aproveitar parcialmente o PLC nº 165/2008, que modificava procedimentos relativos à notificação de infração. O substitutivo considerou válida a notificação devolvida por desatualização de endereço se o motorista não tiver comunicado a mudança dentro de 30 dias da devolução do documento. Mas admitiu o reinício da contagem de prazo para apresentação de recurso ou pagamento de multa, caso a atualização de endereço aconteça no período estabelecido acima.

Ao fundir as quatro propostas detalhadas no substitutivo, Anibal optou por rejeitar as outras 20 que tramitavam em conjunto. E justificou sua decisão com o argumento de que se mostravam dispensáveis, inviáveis ou sugeriam medidas de eficácia duvidosa.

## //INSTITUCIONAL

### MP DENUNCIA TÉCNICAS DE ENFERMAGEM QUE TERIAM INJETADO CAFÉ COM LEITE EM IDOSA

**Elas são acusadas de homicídio culposo, sem intenção de matar. Caso aconteceu em outubro de 2012.**

Fonte: O Globo – Rio – 21/08/2013

**RIO** - As técnicas de enfermagem Rayane Brito da Silva Inácio e Adriele Silva, e as estagiárias Rejane Moreira Telles e Luciana Cristina Rodrigues Carvalho foram denunciadas por homicídio culposo pelo Ministério Público Estadual na terça-feira. As quatro mulheres são acusadas de terem injetado café com leite na veia de Palmerina Pires Ribeiro, de 80 anos, em outubro de 2012. A idosa não resistiu e morreu.

De acordo com a denúncia, feita pela 8ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal da 3ª Central de Inquéritos, no dia 14 de outubro, por volta das 16h, no setor de Repouso Feminino da Unidade de Saúde (PAM) Abdon Gonçalves, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, as denunciadas provocaram embolia pulmonar na paciente. A vítima estava internada com infecção renal e apresentava um quadro estável, informou o MP. Poucos minutos após a infusão de café com leite, a paciente sofreu insuficiência respiratória aguda, além de taquicardia e pouca oxigenação no sangue.

A idosa morreu quatro horas após ser transferida para o setor Enfermaria de Paciente Grave. Se condenadas, a pena para as estagiárias pode chegar a três anos de reclusão, e para as técnicas de enfermagem, a quatro anos de reclusão.

A denúncia foi feita dois meses após a divulgação de um laudo pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ), que apontou morte por infecção pulmonar e urinária. No entanto, segundo o documento, este resultado ainda não seria o final, uma vez que aponta que “caso o resultado da coleta de pesquisa toxicológica e pesquisa de substância atípica vir positivo, o laudo final poderá ser modificado”. Ainda segundo o documento, o sangue da idosa tinha aspecto normal e não foram evidenciados sinais de embolia gordurosa cardíaca e pulmonar, o que, segundo o conselho, afasta a possibilidade de a paciente ter recebido a substância na veia. O conselho afirmou, ainda, que o exame toxicológico que está em aberto seria apenas para efeitos de confirmação. Na ocasião, no entanto, o Ministério Público realizou diligências para concluir a causa da morte de Palmerina.

Em nota divulgada nesta quarta-feira, o Coren-RJ repudia a denúncia, e diz que ela “carece de fundamento”. O comunicado afirma que Adriele Silva, apontada como técnica de enfermagem, não tem registro profissional no conselho. Além disso, não seria trabalho dos técnicos supervisionar os estagiários, mas dos enfermeiros. A nota relembra o laudo de exame cadavérico, assinado pelo perito legista Paulo Reigota.

“De acordo com o laudo, o sangue colhido tinha aspecto normal. Também não foram evidenciados sinais de embolia gordurosa cardíaca e pulmonar, afastando a possibilidade de a paciente ter recebido café com leite por via venosa. O exame classifica como causas do óbito infecção pulmonar e urinária, patologias que não indicam ocorrência por injeção intravenosa de café com leite. As causas da morte não guardam relação com exame toxicológico de sangue”, afirma trecho da nota.

O Coren afirma ainda, em nota, que o PAM de São João de Meriti foi fiscalizado pelo órgão, que detectou inúmeras irregularidades, entre as quais superlotação de pacientes e falta de pessoal capacitado para atendimento na enfermagem.

A morte da idosa, que chegou há ficar dez dias internada no PAM, teve grande repercussão. Na ocasião, a estagiária de enfermagem Rejane Moreira Telles chegou a declarar que teria trocado os tubos e injetado, sem querer, a bebida em local errado. Ela teria dito ainda, na delegacia, que a técnica responsável pela orientação estava usando o celular na hora do atendimento à idosa. Sem receber a devida orientação, Rejane teria confundido a sonda com um acesso venoso e aplicado, por duas vezes seguidas, café com leite na corrente sanguínea da idosa.

Ao delegado Alexandre Ziehe, a estudante — que estava há apenas três dias no estágio — contou que nunca havia administrado medicação em pa-

cientos. A secretária de Saúde de São João de Meriti, Patrícia Carvalho Coelho, disse, na época, que duas técnicas de enfermagem que trabalhavam no leito onde a idosa morreu foram exoneradas, assim como uma enfermeira responsável pelos estagiários.

## PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“A discriminação em razão da deficiência é uma forma de opressão”.  
Conclusão do relatório Situação Mundial da Infância 2013 do UNICEF

## //NOTÍCIAS DA IMPRENSA

### ONU LANÇA PESQUISA PARA AJUDAR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A LIDAR COM SITUAÇÕES DE DESASTRE

A pesquisa é on-line e foi produzida pelo Escritório da ONU para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR).

Fonte: ONU Brasil – 30/07/2013

As Nações Unidas lançaram na segunda-feira (29) uma pesquisa pioneira *on-line* que pretende fornecer informações para ajudar pessoas com deficiência em todo o mundo a se preparar e/ou lidar com situações de desastre.

A pesquisa foi produzida pelo Escritório da ONU para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR) e parceiros, e concentra-se em questões como a capacidade de autoproteção e o tempo suficiente para sair da área de risco antes que o desastre aconteça. Ele também faz perguntas sobre conhecimento, conscientização e participação em planos de gestão de desastres em nível nacional e local.

Os resultados da pesquisa serão anunciados no Dia Internacional para a Redução de Riscos de Desastres, comemorado anualmente no dia 13 de outubro. Os dados recolhidos podem ajudar os governos e as organizações internacionais a pôr em prática políticas que protejam as pessoas com deficiência durante desastres.

Para participar, clique [aqui](#)

### QUÍMICA CEREBRAL ESPECIAL EM CRIANÇAS COM AUTISMO PODE MUDAR COM O TEMPO

Estudo destaca a importância que a intervenção precoce pode ter sobre as crianças com autismo.

Fonte: Sis Saúde – 02/08/2013

Crianças com autismo apresentam química cerebral anormal, que pode mudar ao longo do tempo, mostra nova pesquisa.

Os pesquisadores observaram que uma química especial difere crianças com atrasos no desenvolvimento de crianças com desenvolvimento normal, e foram mais além, apresentando evidências que sugerem que intervenções precoces podem alterar os resultados em crianças com autismo.

Segundo o estudo, o transtorno do espectro do autismo é fundamental-

mente diferente de outros transtornos do desenvolvimento. “As crianças com autismo apresentaram um curso de desenvolvimento muito diferente das crianças que tinham atrasos no desenvolvimento sem autismo. Nosso objetivo, agora, é entender melhor como estes processos ocorrem, para que possamos desenvolver intervenções mais focalizadas que possam ajudar a modificar estes cenários para benefício do paciente,” disse o autor do estudo, Stephen Dager.

A descoberta também enfatiza o impacto positivo que a intervenção precoce pode ter sobre as crianças com autismo, disse o especialista em autismo Ali Carine. “Precisamos identificar as crianças autistas e começar a intervenção quando o potencial para a mudança é maior. Clinicamente, sabemos que quanto mais cedo iniciarmos o trabalho, maiores serão as respostas.”

Especialistas estimam que até 8 anos, uma em cada 88 crianças irá desenvolver alguma forma de autismo, de acordo com *U.S. Centers for Disease Control and Prevention* (CDC). Os meninos são quatro vezes mais propensos do que as meninas a desenvolverem o transtorno do espectro do autismo.

No estudo, os pesquisadores usaram exames de ressonância magnética para medir os produtos químicos à base de tecidos cerebrais de crianças com 3 a 4 anos, 6 a 7 anos e 9 a 10 anos de idade. Eles mediram as crianças que tinham sido diagnosticadas com autismo, crianças diagnosticadas com atrasos de desenvolvimento e crianças com desenvolvimento normal.

Os resultados mostraram alterações particularmente interessantes na N-acetil-aspartato (NAA), produto químico que desempenha um papel importante no desenvolvimento e na regulação das conexões sinápticas no cérebro. Níveis de NAA são mais baixos em pessoas com doenças como lesão cerebral traumática, Alzheimer ou acidente vascular cerebral.

Os pesquisadores descobriram que nas idades de 3 a 4 anos, as crianças dos grupos com autismo e atraso no desenvolvimento tiveram baixas concentrações de NAA na matéria cinzenta do cérebro. No entanto, nos grupos com idades de 9 a 10, as crianças com autismo tinham níveis de NAA próximos dos encontrados em crianças com desenvolvimento normal, enquanto o nível de NAA permaneceu baixo no grupo de desenvolvimento retardado.

### CELULAR INOVADOR PARA DEFICIENTES AUDITIVOS

A empresa israelense DreamZon lançou o Lighton, celular inovador voltado para as pessoas com deficiência auditiva.

Fonte: Deficiente Ciente – 05/08/2013

O aparelho funciona avisando por meio de uma luz de LED brilhante que o usuário está recebendo uma ligação ou uma mensagem de SMS. A luz fica piscando até que a pessoa perceba a ligação e pegue o celular para atender. Sensores especiais captam as vibrações produzidas pelos celulares, sem absorver as informações vindas de fontes externas. A base do dispositivo de apoio foi projetada especialmente para facilitar o uso da língua de sinais através de telefones móveis de vídeo.

Não é necessário instalar o dispositivo: ele se alimenta apenas de pilhas, é portátil e fácil de operar. Os usuários podem levá-lo consigo a qualquer lugar, ou colocá-los em diferentes cômodos da casa ou do escritório. É extremamente seguro, fácil de usar e compatível com todos os telefones móveis que têm modo de vibração. Projetado para funcionar como um dispositivo independente, também pode ser conectado aos sistemas de sinalização de disparo externo e *wireless*, o que permite uma melhor comunicação e qualidade de vida.

## ÁRVORES E POSTES ATRAPALHAM PEDESTRES E CADEIRANTES NA BARRA

Obstáculos ficam na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco

Fonte: O Globo – Eu-repórter – 05/08/2013



Postes e árvores dificultam a passagem de pedestres na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco. (Foto: Leitor Nelson José de Lima Valverde – Eu-repórter)

**RIO** - A estreita calçada da Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, na Barra da Tijuca, tem vários obstáculos que atrapalham pedestres. Além de postes, há muitas árvores no meio do caminho, que dificultam ainda mais a passagem, principalmente, de cadeirantes. O leitor Nelson José de Lima Valverde passa pelo local quase todos os dias e reclama do problema.

— Há um total desrespeito com idosos, cadeirantes e deficientes em geral, por parte da prefeitura e dos condomínios, no que diz respeito às condições da calçada da rua. A foto fala por si só — disse Valverde.

Apesar das reclamações, o problema parece estar longe de ser resolvido. De acordo com Comlurb, um engenheiro do Órgão, que vistoriou o local, afirmou que a árvore da Avenida Afonso Arinos de Melo Franco não apresenta necessidade de ser retirada. Segundo ele, o vegetal está em boas condições, o que não o credencia para ser cortado.

Já a Light, responsável pelos postes, informou que cumpre o alinhamento existente na calçada e na via pública, conforme estabelecido pela prefeitura, da mesma forma como estão instalados os canteiros de árvores e postes de outras concessionárias, necessários para a prestação de serviços aos clientes da localidade. De acordo com a companhia, também existem casos onde os condomínios residenciais e estabelecimentos comerciais avançam nas calçadas com a instalação de grades. A Light esclareceu ainda que o poste não oferece risco e o incluiu na grade de inspeção para programação de eventuais reparos, se necessários.

## MPF RECOMENDA ALTERAÇÃO NA PUBLICIDADE DE BACIA SANITÁRIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. MODELO COM ABERTURA FRONTAL CAUSA DESCONFORTO E RISCO PARA OS USUÁRIOS, NÃO ATENDENDO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 06/08/2013

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à empresa Duratex S.A., fabricante dos produtos da marca DECA, que, em 30 dias, altere publicidade relativa à bacia sanitária com abertura frontal, explicitando que ela não é apropriada para instalação em sanitários de uso público e coletivo

destinados a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A publicidade deverá deixar claro que esse modelo é indicado apenas para os casos de pessoas que necessitam de auxílio de acompanhante para sua higienização.

O MPF apurou que a bacia sanitária com abertura frontal vem sendo comercializada pela fabricante como tendo sido desenhada especificamente para atender as necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os anúncios, disponíveis inclusive na página da empresa na *Internet*, afirmam que o produto atenderia às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à acessibilidade.

Ocorre que, na verdade, segundo informações da própria ABNT, não existe norma brasileira específica para as bacias sanitárias. Por outro lado, a norma que trata de acessibilidade em banheiros sequer contempla o modelo com abertura frontal.

Além disso, longe de proporcionar o conforto propagandeado, essa bacia causa insegurança e risco para a integridade física dos usuários, havendo inclusive uma petição pública contra sua instalação em locais de uso coletivo, com base na alegação de que o modelo não permitiria “o apoio total das pernas, causando acidentes e torções”.

Laudo elaborado a pedido do MPF por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e *Design* da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) também atestou a falta de segurança da bacia com abertura frontal para os usuários que estiverem desacompanhados.

“Fica claro então que a bacia sanitária com abertura frontal, que é inclusive o modelo mais utilizado nos banheiros acessíveis localizados em órgãos e locais públicos, não atende as necessidades das pessoas com deficiência”, afirma o procurador da República Leonardo Andrade Macedo.

Segundo ele, o conceito de acessibilidade baseia-se nos princípios do Desenho Universal, na medida em que os produtos ou serviços, embora possam ser adaptados para grupos específicos de pessoas com deficiência, devem ser concebidos, de forma geral, para serem usados por todas as pessoas, indistintamente.

“A lógica é que os produtos promovam a inclusão e não a diferenciação entre as pessoas”, sustenta o procurador. “Nosso ordenamento jurídico quer garantir à pessoa com deficiência autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e a sua independência das outras pessoas, exatamente o contrário do que acontece na bacia sanitária com abertura frontal”.

**Preço maior** – Leonardo Macedo ainda chama a atenção para a recorrente instalação desse tipo de bacia nos órgãos públicos a pretexto do cumprimento das normas de acessibilidade. “A situação é preocupante, na medida em que vultosos recursos estão sendo despendidos na aquisição de um produto que não atende aos requisitos de acessibilidade, gerando, portanto, a possibilidade de outros tantos virem a ser gastos na sua substituição. O gestor público está sendo induzido a erro, assim como milhares de consumidores”.

Para o Ministério Público Federal, “ao deixar de cumprir adequadamente seu dever de informar e, com isso, se locupletar com a comercialização de produto impróprio para a finalidade pretendida (acessibilidade) e que, inclusive, possui preço sabidamente maior do que o modelo convencional, o fabricante pratica publicidade enganosa, nos termos do que dispõe o artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor. Com isso, ele poderá vir a ser responsabilizado pelos danos e prejuízos causados aos consumidores e usuários do produto, bem como pelos custos necessários para substituição ou adequação das bacias sanitárias já instaladas às exigências de acessibilidade”.

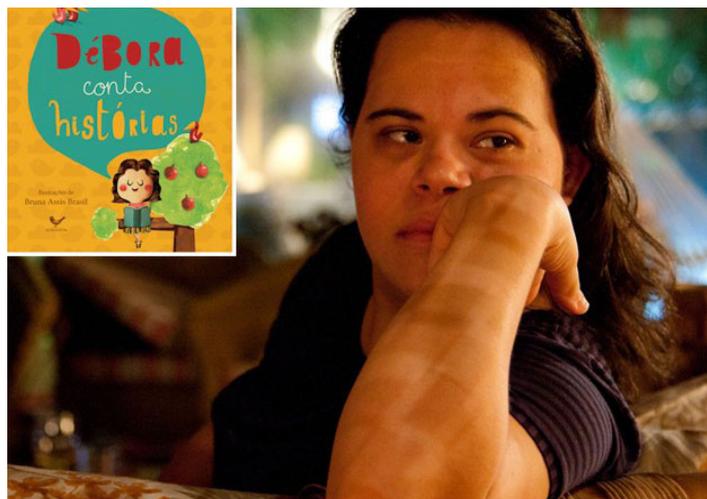
A fim de evitar tal situação, o MPF recomendou que a Duratex informe claramente que a bacia sanitária com abertura frontal só é indicada para as

peças que necessitam do auxílio de acompanhante para sua higienização, devendo ser instaladas apenas em residências ou instituições de saúde. Essa informação deverá ser aposta na embalagem e no manual de uso do produto, assim como em todo o correspondente material publicitário.

Também foi recomendado que a empresa insira aviso em sua página de *internet* e envie correspondência com igual conteúdo a todos os revendedores de seus produtos. Por fim, a Duratex deverá promover ampla campanha publicitária de esclarecimento do assunto junto ao mercado consumidor das bacias, especialmente para profissionais do setor de arquitetura e construção civil.

**Edição de norma** – A mesma recomendação foi encaminhada à ABNT para que, também no prazo de 30 dias, adote providências no sentido de editar uma norma específica com as diretrizes para a fabricação e comercialização de bacias sanitárias destinadas a pessoas com deficiência. A norma técnica deverá mencionar expressamente que a bacia com abertura frontal não é adequada para instalação em sanitários de uso público e coletivo.

## PROFESSORA COM SÍNDROME DE DOWN LANÇA LIVRO SOBRE INCLUSÃO



Professora com síndrome de Down lança livro de fábulas sobre inclusão.

Fonte: G1 – Vanessa Fajardo – 06/08/2013

Débora Araújo Seabra de Moura, de 32 anos, a primeira professora com síndrome de Down do Brasil, acaba de lançar um livro com fábulas infantis que têm a inclusão como pano de fundo. O livro traz contos que se passam em uma fazenda e têm os animais como protagonistas. Eles lidam com problemas humanos como preconceito e rejeição, caso do sapo deficiente que não conseguia nadar, da galinha excluída do grupo por ser surda e do passarinho de asa quebrada que precisou ganhar a confiança dos outros bichos para poder voar com eles.

Com 32 páginas, a obra “Débora conta histórias” (Araguaia Infantil, R\$ 34,90) estará à venda nas livrarias a partir desta segunda-feira (5). As ilustrações são de Bruna Assis Brasil.

A professora também usa os bichos para abordar a importância da tolerância, respeito e amizade. Uma das fábulas é sobre a discriminação que o pato sofria por não querer namorar outras patas, e sim, patos.

Em outra, Débora conta a história de amizade entre um cachorro e um pagão. Alguns contos foram escritos baseados em situações vividas por ela. O texto da contracapa é do escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, João Ubaldo Ribeiro.

“Usei os animais, mas as histórias se encaixam aos humanos. É preciso respeitar e incluir todo mundo, aceitar as diferenças de cada um. Ainda existe preconceito”, afirma Débora.

O livro nasceu em 2010, quando a jovem resolveu escrevê-lo para dar presente de Natal aos pais, o médico psiquiatra José Robério e a advogada Margarida Seabra. “Queria fazer uma surpresa, e eles ficaram felizes, adoraram a ideia.”

Margarida lembra que a filha passou alguns meses dedicada a escrever a obra escondida no quarto, quando a mãe entrava de surpresa ela tratava logo de proteger o presente.

“A gente não imaginava, achávamos que fosse um diário.” Os contos não foram escritos com a expectativa de se tornar livro, mas como o resultado agradou a todos, Margarida se rendeu aos conselhos e pedidos dos amigos e da família e foi em busca de uma editora. Antes, cogitou publicá-lo de forma independente, mas não foi preciso.

Não foi a primeira vez que a professora testou o lado escritora. Antes do livro de fábulas, escreveu a própria história que depois de ter as folhas impressas e presas por um espiral, foi dada aos pais. “Toda a família leu, guardamos como lembrança, mas achei que era comum. Já com as fábulas fiquei muito emocionada. As pessoas se surpreenderam pela delicadeza das histórias”, diz Margarida.

A obra “Débora conta histórias” será lançada oficialmente no mês de setembro em um evento para convidados, em Natal. Ainda não há data definida.

### Escolas regulares

A autora da obra nasceu em Natal (RN) e há nove anos trabalha como professora assistente em um colégio particular tradicional da cidade, a Escola Doméstica. Débora sempre estudou em escolas da rede regular de ensino e se formou no curso de magistério, de nível médio, em 2005.

Quando começou a frequentar a escola, pouco se sabia sobre a síndrome de Down. Débora contou com o apoio da família que contrariou a tendência de matricular a filha numa escola especial, assim como fazia os pais naquela época. “Nunca cogitei uma escola especial porque Débora era uma criança comum. A escola especial era discriminatória e ela precisava de desafios. Não sabia muito bem como seria, mas estava aberta para ajudar minha filha a encarar qualquer coisa”, diz Margarida.

Nem sempre foi fácil. Débora já foi vítima de preconceito. Ainda na educação infantil, lembra de ter sido chamada de “mongol” por um garoto. Ela chorou, ficou magoada, mas encontrou na professora uma aliada que explicou à classe que “mongóis” eram os habitantes da Mongólia e ainda ensinou as crianças o que era a síndrome de Down.

Por conta de sua experiência com professora, Débora já foi convidada para palestrar em várias partes do país e até fora dele, como Argentina e Portugal. Sempre que pode participa de iniciativas para ajudar a combater o preconceito, como apresentações teatrais - mais uma de suas paixões.

## NITERÓI USARÁ CARTÃO “VALE SOCIAL” PARA DEFICIENTES FÍSICOS

Ao longo do segundo semestre será realizado o cadastramento dos beneficiários do “passo livre” para atualização do benefício como “Vale Social”.

Fonte: Guia de Niterói – 07/08/2013

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói, em conjunto com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPEDE), realizou na última terça-feira, 6, uma primeira reunião ampliada com a Coordenadoria-Geral de Controle e Concessão do Vale Social, da Secretaria de Estado de Transportes, para discutir a implementação do “Vale Social” no município, que garantirá a unificação dos passes intra e intermunicipal no Estado, para pessoas com deficiência e doentes crônicos.

Atualmente o município já concede o “Passe Livre” que garante a mobilidade dentro da cidade para esses segmentos da população. No entanto, a parceria com o “Vale Social” tem o objetivo principal de qualificar e dar mais transparência ao processo de concessão. Ao longo do segundo semestre será realizado o cadastramento dos beneficiários do “passe livre” para atualização do benefício como “Vale Social”.

**Entenda** - Com o cartão de gratuidade do “Vale Social”, o cidadão com deficiência física tem acesso garantido aos meios de transportes como qualquer pagante, evitando constrangimentos ou a limitação do número de deficientes a ser transportado.

Tal iniciativa objetiva a unificação dos critérios de concessão do benefício, bem como a facilitação de deslocamento dos beneficiários que passarão a utilizar um mesmo documento para o trajeto dentro e fora de seu município. Além disso, desburocratiza a concessão, uma vez que apenas com um processo administrativo poderá se credenciar a tramitação em transportes de concessão estadual e municipal.

“A concessão deste benefício para a população de Niterói é um importante passo para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e dos doentes crônicos, viabilizando o tratamento”, ressaltou o secretário municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Bira Marques.

## LIVRO ELETRÔNICO TRAZ ORIENTAÇÃO PARA PROFESSOR DE ALUNOS CEGOS; É GRÁTIS

O e-book gratuito “Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de Física”, de Eder Pires de Camargo, professor da Unesp de Ilha Solteira, é resultado de um estudo de pós-doutorado sob a supervisão do professor Roberto Nardi.

Fonte: BOL – 07/08/2013

Com apoio da Fapesp, a publicação analisa perfis linguísticos e contextos comunicacionais adequados e inadequados para a promoção de processos de ensino e aprendizagem de física em ambiente que contou com a presença de alunos com e sem deficiência visual.

A obra traz uma análise da relação entre tipo de percepção e conceito e fenômeno físico, indicando qualitativamente os conceitos e fenômenos que estabelecem relações vinculadas ou indissociáveis da percepção visual. Mostra que muitos conceitos físicos são independentes da visão para serem compreendidos além de indicar aqueles que necessitam da percepção visual para o pleno entendimento.

Traz um estudo quali-quantitativo de perfis linguísticos mais empregados em sala de aula, explicitando duas estruturas centrais da linguagem, ou seja, empírica e semântico-sensorial. Mostra que perfis linguísticos fundamentados em estrutura empírica audiovisual interdependente formam a base de dificuldades de comunicação, e, portanto de ensino, entre professor e aluno cego.

Finaliza apontando um conjunto de saberes inerentes aos conceitos e fenômenos físicos e à deficiência visual necessários para a promoção de participação efetiva de alunos cegos ou com baixa visão em aulas de física. O objetivo é propor práticas adequadas à nova realidade educacional. Alu-

nos com deficiência visual, por exemplo, começaram a frequentar espaços sociais como a escola sem que antigos paradigmas de normalização de comportamentos tenham sido revistos.

Eder Pires de Camargo analisa os saberes que professores do ensino médio devem mobilizar para incluir alunos com deficiência visual em atividades de ensino. Toma como exemplo a interessante experiência de uma disciplina de graduação (Prática de Ensino) na qual futuros licenciados estruturaram e implementaram novas práticas de ensino para turmas mistas. A originalidade e a contribuição deste trabalho estão em propor atividades desenvolvidas por futuros professores e avaliá-las durante os cursos de licenciatura.

O livro na íntegra e de forma gratuita está disponível no catálogo da Editora da Unesp ([http://www.editoraunesp.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=1519](http://www.editoraunesp.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=1519)). O texto também pode ser adquirido em papel.

## CELULARES DEVERÃO TER FACILIDADES PARA DEFICIENTES VISUAIS

Anatel exigirá das fabricantes acessibilidade para atender demanda da Justiça.

Fonte: Exame.abril – 07/08/2013

Atendendo a uma demanda da Justiça, a Anatel aprovou nesta quinta, 27, consulta pública para adoção de uma norma que obriga os fabricantes de aparelhos celulares a apresentarem facilidades de *hardware* ou *software* que possibilitem o uso dos *handsets* por deficientes visuais, que serão verificadas no momento da homologação dos aparelhos.

Caso algum modelo específico não atenda à regra, ele pode, mesmo assim, ser homologado, desde que o fabricante indique outro modelo da sua linha de produtos que tenha a facilidade para os deficientes visuais. A proposta de norma fica 30 dias em consulta pública e entra em vigor depois de 180 dias da publicação.

O conselheiro Jarbas Valente observou que a proposta não contempla o *iPhone* da *Apple*, mas, pressionado pelo prazo dado pela Justiça, o Conselho aprovou a consulta pública mesmo assim. É provável que até a aprovação final da norma, a Anatel pense em uma maneira de contemplar o *iPhone*.

## PAI DO RECIFE DESENVOLVE APLICATIVO PARA AJUDAR FILHA COM PARALISA CEREBRAL

Através de software no tablet, garota consegue dizer o que quer e sente. Dedicado, Carlos também conseguiu US\$ 40 mil para tratamento na China.

Fonte: G1 – 10/08/2013

O analista de sistemas Carlos Edmar Pereira não põe limites em si mesmo quando o assunto é sua filha, Clarinha. Desde quando a mulher dele, Aline, estava grávida, ela já era aguardada com todo o amor que poderia ter. Na hora do parto, no entanto, veio o choque: por causa de um erro médico, a garota teve paralisia cerebral. Para possibilitar que a menina crescesse com menos dificuldade, o analista de sistemas a levou para um tratamento com células-tronco na China, trouxe uma clínica de fisioterapia para o Recife e até criou um aplicativo que facilita a comunicação. A história de Carlos, Aline e Clarinha foi mostrada pela reportagem do NETV 1ª edição deste sábado (10).

Clara é sapeca, comunicativa e muito feliz, mas não consegue falar e per-

deu alguns movimentos por causa da paralisia. Não foi este obstáculo - por maior que fosse - que fez com que Carlos deixasse de lutar pelo bem-estar de toda sua família. "Foi um baque muito grande porque ninguém espera isso. Mas fomos em frente, tivemos momentos de chorar, de sofrer com isso, mas é para isso que se caminha", disse. Desde então, ele busca todas as formas de fazer com que ela se sinta feliz e possa se expressar.

Na *internet*, Carlos conseguiu apoio de parceiros e arrecadou verba para um tratamento com células-tronco realizado na China. Clara foi a primeira brasileira a se submeter a este tipo de procedimento. "Custou 40 mil dólares. Quando começou a campanha, abri uma conta no nome dela e coloquei só R\$ 10, que era tudo o que eu tinha. Mobilizamos até times de futebol", conta o pai. O objetivo alcançado dá orgulho e alegria depois de ver a filha cada vez mais animada. "Foi muito emocionante para a gente conseguir levantar esses recursos, porque não foi fácil", relembra. A mãe, Aline, não poderia estar mais feliz com tanto amor dentro do lar. "Ele vai, realmente corre atrás. É muito bom tê-lo como companheiro".

Depois desse primeiro passo, a filha do casal precisava de um tratamento com fisioterapia. Mais uma vez, não seria tão simples - o procedimento não existia no Brasil. Com esforço, o pai conseguiu trazer uma clínica para o Recife. "Consegui informações sobre a necessidade, quantas pessoas com deficiência havia, a localização geográfica e conseguimos montar uma clínica de primeiro mundo aqui", explica. Agora, a menina já consegue se mover. O próximo passo foi aprimorar a comunicação de Clarinha, que, apesar de não falar, entende tudo ao seu redor.

## Reconhecimento da ONU

O último grande feito de Carlos foi desenvolver um aplicativo que ajuda a garota a dizer o que quer fazer ou o que está sentido. Ela leva o equipamento para a escola e interage com os colegas normalmente. Através do toque no *tablet*, ela pode escolher o que quer dizer e a voz do aparelho externa seus sentimentos. Durante a reportagem, até quis aprontar uma surpresa que emocionou a todos. "Quero assustar a repórter", avisou o *tablet* após comando de Clarinha.

O aplicativo, chamado de Livox e desenvolvido pelo pai de Clara, atualmente é utilizado em escolas e hospitais. A invenção está disponível gratuitamente e ganhou até um prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU), como melhor aplicativo de inclusão. "O que a gente faz por Clara não é nada demais, é apenas minha obrigação como pai", garante. Carlos viaja em outubro para o Sri Lanka para receber a gratificação da ONU.

## COM PERSEVERANÇA E AJUDA DE "JOLIE", PARAPLÉGICO VENCE DIFICULDADE PARA SER PAI

Fonte: Folha de São Paulo – Cotidiano – Jairo Marques – 11/08/2013



Evandro Bonocchi, com filho Domênico Teixeira Bonocchi

A atriz Angelina Jolie não sabe, mas foi inspiração para que um paraplégico de São José dos Campos (SP) realizasse o sonho de ser pai.

Na vida do paradesportista Evandro Bonocchi, 37, que tornou-se deficiente após um acidente automobilístico, em 2005, Jolie é o nome dado a um aparelho massageador "milagroso", que teve participação direta na concepção de Domênico, de dez meses.

Após o acidente, especialistas disseram que seria impossível que Bonocchi tivesse um filho sem intervenção médica. Os tratamentos, porém, eram muito caros.

Mas, inspirado em um livro que relatava a experiência de paternidade de um cadeirante com características semelhantes às suas, ele resolveu insistir no sonho.

Com um aparelho massageador para as costas, ele e a mulher, Fabíola Teixeira, 38, conseguiram a estimulação necessária para obter ejaculações. O casal bolou então uma logística caseira para coletar a "sementinha" do futuro papai e implantá-la na futura mamãe.

No começo de 2010, Fabíola engravidou, mas perdeu o bebê três meses depois, por causas naturais. "Resolvemos continuar tentando", diz ele. Em 17 de outubro do ano passado, com 3,4 kg, Domênico nasceu de cesariana. Ele adapta-se ao papai cadeirante "com muita naturalidade" e é totalmente saudável.

"Ser pai é uma emoção constante incrível. Sinto o maior amor possível, pois é o amor a uma parte de mim."

## CIENTISTAS DESCOBREM NOVO MODO DE DIAGNOSTICAR AUTISMO EM CRIANÇAS DE 1 ANO

A pesquisa, divulgada durante a Conferência para o Autismo na Ásia-Pacífico, mostra como a rede genética interrompe a produção de células cerebrais que acarretam nesta doença, que afeta um em cada 100 crianças em maior ou menor medida.

Fonte: Saúde Terra – 12/08/2013

Um grupo de cientistas decifrou uma série de padrões biológicos que possibilitam o diagnóstico do autismo em crianças menores de um ano, segundo uma pesquisa apresentada nesta quinta-feira na cidade australiana de Adelaide.

A pesquisa, divulgada durante a Conferência para o Autismo na Ásia-Pacífico, mostra como a rede genética interrompe a produção de células cerebrais que acarretam nesta doença, que afeta um em cada 100 crianças em maior ou menor medida.

Esta descoberta representa um grande avanço para diagnosticar o autismo, cuja identificação dos primeiros sintomas "é complexa e complicada", segundo Eric Courchesne, professor de neurociência da Universidade da Califórnia.

"É o primeiro descobrimento em genes cerebrais e nos mostra que o sistema genético poderia ser um fator importante para futuras pesquisas de tratamentos, no desenvolvimento de evidências adiantadas do autismo", afirmou o pesquisador ao canal australiano "ABC".

Segundo Courchesne, com estas técnicas de diagnóstico adiantadas, a doença poderia ser identificada em crianças de um a dois anos, ao invés da atual fase: entre os três e cinco anos.

“Isto significa que elas vão passar a receber um tratamento antes e, por isso, terão um melhor resultado”, apontou.

O investigador declarou que as redes genéticas podem apresentar uma maior compreensão da doença e, inclusive, em algum dia, chegar a uma prevenção.

“Durante anos me perguntei qual é o sistema que causa o autismo, e tenho que dizer que este é um descobrimento muito emocionante”, finalizou Courchesne.

## MPF/MS AJUIZA AÇÃO PARA QUE OAB MODIFIQUE EDITAL DO EXAME NACIONAL DA ORDEM

**Recomendação para que tempo adicional para realização do Exame Nacional da Ordem por deficientes não fosse limitado a apenas 1 hora foi ignorada pela OAB.**

Fonte: MPF – 13/08/2013

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) ingressou com ação judicial para que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) modifique item do edital do XI Exame da Ordem Unificado, que limita em uma hora o tempo adicional para a realização da prova para candidatos que tenham alguma deficiência. O concurso – a ser realizado na data provável de 18 de agosto, em todo território nacional – desrespeita legislação que assegura a extensão de tempo para realização de provas para candidatos deficientes, conforme necessidade e com orientação médica, que especifique o tempo adicional de prova que é necessário.

O pedido do MPF, em caráter de urgência, se baseia na Lei nº 7.853/89, que garante tratamento prioritário e apropriado para caso de candidatos deficientes. Além disso, o Decreto nº 3.286/99 prevê o tempo adicional para a realização das provas, que deve ser fundado em parecer emitido por especialista da área da deficiência.

### Deficientes e em desigualdade de condições no exame da Ordem

Na ação, o MPF aponta exemplos que evidenciam a necessidade de estender o limite de tempo para a realização da prova, conforme a deficiência do candidato. No caso de uma pessoa que contenha deficiência de baixa visão, por exemplo, existe a dificuldade em ler textos, assim como candidatos que precisam de um tradutor na linguagem de sinais (Libras), situações em que é preciso um tempo maior para resolver a prova. Para o MPF, sem a extensão de tempo correta, não é possível ao deficiente “competir em igualdade de condições com os demais participantes do concurso”.

Com a modificação, o item 2.6.1.2 do edital - que aponta uma hora de tempo adicional padrão para todas as situações – deve ser modificado para “a concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo examinando.”

O MPF requer ainda que nos próximos editais o tempo adicional não seja limitado. A OAB também deve promover ampla divulgação da modificação do item do edital que discorre sobre a concessão de limite de tempo.

### Recomendação foi ignorada

Anterior à ação, o Ministério Público Federal havia expedido uma recomendação (nº 008/2013), visando solucionar a questão de forma extrajudicial. Porém a OAB não se manifestou, mesmo depois da extensão do prazo de resposta, solicitado pela própria Ordem.

Caso a Justiça aceite o pedido do MPF e a OAB não cumpra a determinação,

uma multa diária no valor de R\$ 10 mil será aplicada em desfavor dos presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## OPENGLASS

**Projeto estuda benefícios do Google Glass para deficientes visuais.**

Fonte: Canaltech – 13/08/2013

Dois alunos de doutorado criaram uma nova empresa, a *Dapper Vision*, para estudar e desenvolver outras aplicações que possam tornar o uso do *Google Glass* útil para pessoas com deficiência visual. Muito além do acessório luxuoso, os óculos inteligentes do *Google* podem servir em um futuro próximo como um sistema de informação para deficientes visuais.

Nos primeiros testes realizados dentro do projeto *OpenGlass*, os estudantes desenvolveram aplicativos para o *gadget* que ajudarão os deficientes a terem ideia e percepção melhores sobre tudo que está a sua volta como, por exemplo, reconhecer produtos e estabelecimentos. Uma das primeiras aplicações desenvolvidas, o *Question-Answer*, utiliza o *Twitter* e o *Mechanical Turk*, da *Amazon*, para identificar produtos e objetos.

Os usuários devem tirar uma foto do produto e enviá-la ao aplicativo junto com uma pergunta. As perguntas são enviadas para o *Twitter* e para o *Mechanical Turk*, e assim os usuários recebem a resposta de seus seguidores em tempo real, como revela o *site Phys.org*. O objetivo dessa aplicação é que o deficiente visual pergunte ao *Glass* qual é o objeto ou produto que está segurando e obtenha a resposta.

O segundo aplicativo, chamado *Memento*, carrega uma série de imagens e anotações que um usuário com visão cria previamente para que um usuário cego possa ouvir as informações. A pessoa com visão cria e descreve uma cena. Uma vez concluída a descrição, um deficiente visual, usando o *Glass*, poderá ouvir a descrição completa de tudo que está em uma sala ou cômodo. O *Google Glass* será capaz de reconhecer a cena e acessar a descrição em áudio feita pela pessoa com visão.

## PORTAL LANÇA GUIA DE CINEMA E VÍDEO PARA CEGOS E SURDOS

**A iniciativa apresenta sugestões de acessibilidade para produtores e distribuidores de cinema, programadores de computador, professores de informática, pais e estudantes com deficiências auditiva e visual.**

Fonte: Blog da Audiodescrição – 13/08/2013

Está disponível no portal *FilmesQueVoam* o guia de cinema e vídeo para cegos e surdos. A iniciativa apresenta sugestões de acessibilidade para produtores e distribuidores de cinema, programadores de computador, professores de informática, pais e estudantes com deficiências auditiva e visual. Segundo o Censo Brasileiro de 2010, há cerca de 15 milhões de pessoas com alguma deficiência. O desafio é atingir esse público que poderia ter acesso a filmes brasileiros mais facilmente.

O guia vem para ajudar e tratar de assuntos que vão desde dicas para lidar com deficientes visuais e a cultura e linguagem dos surdos e até normas técnicas de acessibilidade na TV e na *web*. O guia também traz diretrizes para audiodescrição e de como fazer um roteiro.

Para fazer *download* do material que está disponível no *site* “*FilmesQueVoam*” basta clicar [aqui](#).

## ESTUDO REVELA QUE INDUZIR O PARTO PODE AUMENTAR RISCO DE AUTISMO

**Um estudo americano divulgado nesta semana revelou que as mulheres grávidas que tomam medicamentos para acelerar o trabalho de parto têm um risco maior de ter filhos com autismo.**

Fonte: BOL Notícias – 13/08/2013

O estudo, divulgado pela revista *JAMA Pediatrics*, é o maior deste tipo no assunto, mas não chega a afirmar que o parto induzido é uma das causas do transtorno do desenvolvimento que afeta uma em cada 88 crianças nos Estados Unidos. Ao invés disso, aponta para a necessidade de mais pesquisas, explicou sua autora, Marie Lynn Miranda, reitora da Escola de Recursos Naturais e Meio Ambiente da Universidade de Michigan. “A comunidade científica procurava há muito tempo fatores ambientais para o aumento das taxas de autismo nos Estados Unidos”, disse em um comunicado. “Este estudo fornece evidências preliminares de uma associação entre o autismo e a indução/aceleração do parto, especialmente entre crianças do sexo masculino”.

O estudo analisou os registros de 625 mil nascimentos no estado da Carolina do Norte em um período de oito anos e descobriu que o trabalho de parto induzido ou acelerado foi associado a um risco 35% maior de autismo em meninos, em comparação com o trabalho de parto que não recebeu nenhuma intervenção. Um pequeno aumento do risco foi observado em meninas nascidas de mães que tiveram seu parto induzido, mas não acelerado.

As mulheres podem ter seu trabalho de parto induzido com medicamentos por diversas razões, como quando a data de nascimento do bebê já foi superada, na presença de infecções, de pressão alta ou diabetes. Os pesquisadores afirmaram que o risco maior associado à indução foi semelhante ao observado em outros fatores de risco conhecidos para o autismo, como ser uma mãe mais velha ou dar à luz antes de 34 semanas.

Michael Rosanoff, diretor associado de pesquisa em saúde pública no *Autism Speaks* afirmou que o “próximo passo é pesquisar para entender melhor os possíveis mecanismos por trás desta relação”. E acrescentou: “É importante ressaltar que este estudo não demonstra uma relação causal entre o trabalho de parto induzido ou acelerado e o autismo, e que estas intervenções previnem complicações durante o trabalho de parto”.

## ALEITAMENTO MATERNO DIMINUI RISCO DE ALZHEIMER

**Estudos anteriores já mostravam que a amamentação reduzia o risco de a mãe desenvolver outras doenças, mas esse é o mais indicativo no que diz respeito a transtornos cognitivos.**

Fonte: PROMAD – 13/08/2013

O estudo mostra que alguns efeitos biológicos da amamentação podem ser os responsáveis pela redução do risco de se desenvolver a doença. Os pesquisadores estabeleceram três comparações hipotéticas, entre mulheres que amamentaram e outras que não amamentaram ou amamentaram menos, e verificaram reduções potenciais de até 64% no risco de as primeiras desenvolverem Alzheimer em relação às segundas. Eles advertem, porém, que não é possível quantificar com exatidão a redução potencial do risco de Alzheimer, por conta do grande número de variáveis envolvidas - como tempo de amamentação, histórico de saúde da mulher, número de gravidezes e casos de Alzheimer na família, entre outras.

### Progesterona e insulina

Segundo uma das teorias levantadas pelos pesquisadores de Cambridge,

amamentar priva o corpo do hormônio progesterona, para compensar os altos níveis de progesterona produzida durante a gravidez. A progesterona é conhecida por dessensibilizar os receptores de estrogênios no cérebro – e o estrogênio tem um papel importante na proteção do cérebro contra o Alzheimer.

Outra teoria se baseia no fato de que amamentar amplia a tolerância da mulher à glicose, restaurando sua tolerância à insulina após a gravidez, um período em que há uma redução natural da resistência à insulina. E o Mal de Alzheimer é caracterizado justamente pela resistência à insulina no cérebro (e conseqüentemente à intolerância à glicose), tanto que o mal de Alzheimer algumas vezes é chamado de diabetes tipo 3.

### Histórico de demência

Publicada no *Journal of Alzheimer's Disease*, a pesquisa analisou 81 mulheres britânicas entre 70 e 100 anos, incluindo mulheres que sofriam ou não desse tipo de demência.

Apesar de os cientistas terem estudado o caso de um grupo pequeno de mulheres, eles garantiram que isso não interfere no resultado da pesquisa, dados os fortes indícios da correlação entre amamentar e os riscos de se desenvolver Alzheimer.

Eles disseram, no entanto, que a conexão entre os dois fatores foi bem menos presente em mulheres que já tinham um histórico de demência na família. Com base nos dados coletados com as mulheres estudadas, os pesquisadores formularam três casos hipotéticos para indicar o potencial de redução do risco de Alzheimer pela amamentação:

No primeiro caso, na comparação de duas mulheres idênticas, uma que tivesse amamentado por 12 meses teria um risco 22% menor da doença em relação à outra que amamentou por 4,4 meses.

No segundo, uma mulher que tenha amamentado por oito meses após uma gravidez teria um risco 23% menor do que uma mulher em condições idênticas, mas que tenha amamentado por seis meses após três gestações. No terceiro caso, a redução verificada foi de 64% para uma mulher que tenha amamentado em relação à outra idêntica que não tenha amamentado.

### “Doença devastadora”

A pesquisadora Molly Fox, que conduziu o estudo juntamente com os professores Carlo Berzuini e Leslie Knapp, disse esperar que a pesquisa sirva para estimular outras sobre a relação entre o risco de doenças e o histórico reprodutivo de mulheres. Fox espera ainda que as conclusões da pesquisa indiquem novos caminhos para lutar contra epidemia global de Alzheimer, especialmente em países em desenvolvimento. “Alzheimer é o transtorno cognitivo mais comum do mundo e já afeta 35,6 milhões de pessoas. No futuro, a doença deve atingir ainda mais países onde a renda é mais baixa”, disse. “Então é vital que sejam criadas estratégias de baixo custo e em grande escala para proteger as pessoas contra essa doença tão devastadora.” Além disso, o estudo abre novas possibilidades de se entender o que faz alguém suscetível a esse tipo de demência. Também pode servir como incentivo para mais mulheres amamentarem – algo que muitas pesquisas já comprovam que traz benefícios tanto para mãe quando para o bebê.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DENUNCIAM ACESSIBILIDADE PRECÁRIA NO MARACANÃ

**Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência reclama que estádio deveria ter instalações modernas.**

Fonte: Jornal Terceira Via – 13/08/2013

O Maracanã, reconstruído para os grandes eventos esportivos no Rio de Ja-

neiro, prometia ser um estádio moderno, em que o acesso de pessoas com deficiência às suas instalações seria contemplado. O Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), no entanto, desde a reinauguração do estádio em junho, vem recebendo denúncias de torcedores que apontam a acessibilidade insatisfatória do lugar como o principal problema.

“É uma mudança da água para o suco de uva”, compara Heitor Luiz Menezes, cadeirante, que já assistiu a dois jogos desde a reabertura do espaço. “Apesar da restauração, ainda há muito para ser melhorado. Minha cadeira de rodas quase ficou presa em calhas de água encontradas no chão do espaço, todas as rampas têm inclinação errada, e apenas alguns pisos possuem elevadores de acesso”, explica.

No último domingo, o torcedor Américo Laurentino, que tem deficiência física, também apontou as mesmas dificuldades ao assistir a uma partida no estádio. “Para chegar à área destinada aos deficientes físicos tive de caminhar três rampas bem longas, cujo piso encontra-se todo desnivelado. Essa irregularidade pode levar qualquer pessoa a cair no chão e ter graves lesões ou escoriações”, reclama.

Em junho, o estudante Henrique Nunes, que também é deficiente físico, por causa de problemas para chegar até a entrada do Maracanã teve que voltar para casa. “Cheguei ao estádio com meu pai, duas horas antes do jogo entre Itália e México. Queria entrar com tranquilidade, sem tumulto, mas chegando lá o guarda não permitiu o acesso do veículo na Avenida Maracanã. Nenhum agente sabia informar como era o acesso para deficientes e não quiseram liberar a passagem do carro”, denuncia.

“As vagas do entorno do Maracanã foram transformadas em área de estacionamento proibido. Na Copa das Confederações, a opção era estacionar perto da Quinta da Boa Vista em São Cristóvão e pegar um ônibus adaptado que levava pessoas com deficiência até um ponto do estádio”, explica Heitor Luiz.

O cadeirante Daniel Magalhães também teve problemas para entrar no estádio. Assim como Henrique, ele não conseguiu encontrar um estacionamento específico para pessoas com deficiência e não foi informado sobre outra opção. “Perguntei para mais de 50 funcionários, mas ninguém soube explicar”, conta.

Outra reclamação frequente é sobre os ingressos destinados a pessoas com deficiência: “As bilheterias para os deficientes não funcionam até o início dos jogos conforme as demais. O deficiente tem que chegar com muita antecedência para conseguir o ingresso, muitas vezes tendo que voltar para casa e depois retornar ao estádio” contesta Américo.

## PROCON-RJ MULTA 23 AGÊNCIAS BANCÁRIAS POR IRREGULARIDADES

Fonte: O Globo – Rio – 13/08/2013

**RIO** - O Procon-RJ multou na tarde desta terça-feira 23 agências em diversos bairros do Rio de Janeiro. A maior parte das multas se deveu à falta de adequação para pessoas com necessidades especiais. Os agentes identificaram falta de caixas eletrônicos adaptados, de rampa e de cadeiras de rodas para utilização de pessoas com problemas de locomoção.

Em três agências não havia detector de metais na porta de acesso ao local. De acordo com o Procon-RJ, a maioria das agências não possuía 15 cadeiras reservadas para idosos ou deficientes físicos.

## PESQUISA IDENTIFICA SINAL DE ALZHEIMER DEZ ANOS ANTES DOS SINTOMAS

**Cientistas espanhóis descobriram que DNA das mitocôndrias dos neurônios se degenera antes de qualquer outro sinal da doença.**

Fonte: O Globo – Ciência – Duilo Victor e Thais Lobo – 14/08/2013

**RIO** - A corrida científica para descobrir se uma pessoa tem o mal de Alzheimer antes de os primeiros sintomas da demência surgirem ganha mais uma via. Cientistas do Centro de Investigação Biomédica em Rede de Doenças Neurodegenerativas (Cibermed), de Barcelona, garantem que encontraram uma forma de saber se um indivíduo desenvolverá a doença com pelo menos dez anos de antecedência, muito antes do que qualquer outro método já descoberto.

O segredo está nas mitocôndrias — organelas que processam a energia nas células — dos neurônios, que formam o tecido destruído pela doença ainda incurável. Onde há DNA de mitocôndria, concluíram os pesquisadores, há neurônios vivos. Logo, quanto menos material genético mitocondrial for encontrado no líquido espinhal, menores as chances de os neurônios sobreviverem.

Mitocôndrias são partes especiais das nossas células porque têm DNA próprio, diferente daquele que compõe o núcleo. Como há células nervosas no líquido espinhal, os pesquisadores do Cibermed explicam que a medição do nível de DNA mitocondrial dos neurônios pode ser feito por meio de uma punção na região lombar.

Foram estudados 282 voluntários, entre eles pessoas com histórico familiar de Alzheimer, com e sem sintomas, e com diferentes concentrações de outros fatores de risco já conhecidos pela ciência: a proteína beta-amiloide, a proteína tau e mutações no gene PSEN1. Também foram analisadas pessoas sem qualquer histórico ou fator de risco, para comparação.

### Doença afeta 1,2 milhão no Brasil

Caso a descoberta — publicada na *Annals of Neurology* — torne-se viável clinicamente, abrirá portas para tratamentos mais eficientes, conclui o líder da pesquisa, Ramón Trullas. Mas, ao mesmo tempo, saber com tanta antecedência se a pessoa terá uma doença incurável criará novos desafios na relação com o paciente.

— É extremamente importante identificar a neurodegeneração em estágios iniciais antes de atingir o nível de sintomas clínicos irreversíveis — diz Ramón Trullas. — Se o conteúdo de DNA das mitocôndrias for validado como biomarcador da doença de Alzheimer, vai ajudar no diagnóstico (no caso de pessoas ainda sem sintomas clínicos). No segundo grupo (dos que têm sintomas), pode ajudar a monitorar o progresso da doença e auxiliar no desenvolvimento de novos tratamentos.

O próprio autor do estudo, no entanto, pondera que o método só poderá ser considerado eficaz quando passar por novos testes, em outros laboratórios.

Especialistas brasileiros evitam a empolgação, mas apontam avanços. Estima-se que há mais de 1,2 milhão de pacientes de Alzheimer no Brasil. Atualmente, o diagnóstico pré-clínico — antes dos sintomas — é feito por meio de testes que dão apenas probabilidades de risco, como os exames de ressonância magnética ou uma tomografia por emissão de pósitrons. Há também exames que detectam, por meio de uma punção, a presença das proteínas beta-amiloide e tau. Mas estes não oferecem um diagnóstico tão precoce como sugere o novo estudo.

— Pode-se ter a impressão de que se o exame com o novo marcador for feito, a pessoa saberá com precisão se vai ter ou não a doença. Não é bem assim. Na realidade, testes como esses mostram que as pessoas estão em um grupo com risco muito mais elevado de desenvolver a doença — pon-

dera o neurologista Paulo Bertolucci, diretor científico da Associação Brasileira de Alzheimer.

Bertolucci lembra que, mesmo com a falta de precisão nos diagnósticos pré-clínicos, é grande a busca por medicamentos que atuem nessa fase inicial:

— É preciso estabilizar a doença quando os lapsos de memória são pequenos e não quando há sofrimento.

Com o diagnóstico em mãos, é possível mudar hábitos que são considerados fatores de risco da doença, como inatividade intelectual, falta de atividade física, hipertensão ou diabetes na meia idade mal controlados, obesidade, depressão e tabagismo.

— O diagnóstico pode ter vantagem, mas saber que se está condenado a ter uma doença incurável no período de dez anos é muito difícil do ponto de vista psicológico — avalia Salo Buksman, diretor da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

## IMAGENS AVALIAM COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL DE JOVENS COM AUTISMO

**Estudo, inédito no país, analisa alterações anatômicas e funcionais em pacientes.**

Fonte: UNICAMP – Luiz Sugimoto – 15/08/2013

O efeito da ativação cerebral no autismo, quando o paciente está sendo observado ou não, é o foco da pesquisa de pós-doutorado que a neuropediatra Alessandra Pereira está desenvolvendo junto à Faculdade de Ciências Médicas (FCM), sob a orientação do professor Fernando Cendes. Segundo a autora, estudos comportamentais anteriores indicam que a “reputação social” está prejudicada no autismo e que esses indivíduos não são influenciados pela presença de um observador. Eles falham na capacidade de levar em consideração o que os outros pensam deles e fornecem dados adicionais para um sistema neural especializado, mediando os efeitos da reputação social e empatia.

“Este é o primeiro projeto brasileiro em neuroimagem, buscando uma correlação com iniciativas semelhantes na Europa, Estados Unidos e Canadá. O objetivo é avaliar o comportamento pró-social de adolescentes e adultos jovens com síndrome de Asperger (autismo de alto funcionamento)”, informa Alessandra Pereira. “Estamos realizando estudos de ressonância magnética estrutural e funcional no Laboratório de Neuroimagem do Hospital de Clínicas. Este procedimento permite avaliar as alterações anatômicas e funcionais em pacientes com Asperger, em comparação com um grupo controle, seguindo um paradigma de comportamento pró-social.”

Com mestrado em pediatria e doutorado em medicina pela PUC do Rio Grande do Sul, e trabalhando na interface entre epilepsia e autismo, a pesquisadora está há um ano e meio em Campinas e já conta com uma rede oferecida pelos professores Fernando Cendes e Paulo Dalgalarondo, pelo psicólogo Luiz Fernando Pegoraro e pelo físico Brunno Campose, da Unicamp; e por Jean-Claude Dreher, do Instituto de Ciências Cognitivas de Lyon (França). “Montamos esta rede porque no Brasil, infelizmente, não existe um centro de pesquisa completamente voltado ao autismo, embora alguns grupos já caminhem nessa direção”.

Alessandra Pereira explica que o autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento, com um quadro composto basicamente de uma tríade: déficits qualitativos na interação social e na comunicação verbal e não verbal; padrões de comportamento repetitivo e estereotipado; e repertório restrito de interesses e atividades. “Nas últimas décadas, o autismo tem sido o mais estudado dos transtornos neuropsiquiátricos, em função de um aumento logarítmico da incidência e do impacto que provoca no meio familiar

e social. Hoje, o índice é de 1 para 80 nascidos.”

De acordo com a neuropediatra, ainda não se sabe exatamente a causa deste aumento, que pode ser genética ou devida a mudanças no estilo de vida e uso de medicações. “Devemos considerar ainda o surgimento de outros critérios diagnósticos, com novas ferramentas que levaram à melhor descrição e compreensão do transtorno – e a neuroimagem foi uma delas. Esta melhor compreensão gerou uma modificação no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), da Associação Americana de Psiquiatria: autismo e síndrome de Asperger, antes tidos como quadros separados, agora ficam dentro do quadro maior do transtorno do espectro autista.”

A pessoa com síndrome de Asperger, de acordo com Alessandra Pereira, apresenta as mesmas características de transtorno do espectro autista, como isolamento social e comportamento estereotipado ou repetitivo.

“A diferença é que ele não sofre do déficit cognitivo que atinge 70% dos indivíduos com autismo clássico; ao contrário, possui inteligência normal ou acima da média. Por outro lado, esse indivíduo apresenta seus rituais e isolamento social. A dificuldade de interagir com o meio faz com que não entenda o sarcasmo, as piadas e outras sutilezas; as coisas precisam ser preto no branco e é muito importante que tenha uma rotina.”

### Neuroimagem

A autora do estudo lembra que a neuroimagem estrutural já havia fornecido algumas pistas específicas sobre o autismo, principalmente no sistema límbico, relacionadas ao volume cerebral. “Surgiram evidências de que essas crianças possuem um perímetro cefálico maior do que as outras da mesma idade, desproporcional para o peso e altura. E que esse aumento significativo de volume ocorre entre 2 e 4 anos de idade, exatamente o período em que os sintomas do transtorno se tornam mais evidentes. Entretanto, tal aumento não persiste ao longo do desenvolvimento da criança, resultando em um volume normal na vida adulta.”

A hipótese, diz Alessandra, é de que existe um momento durante o desenvolvimento da criança em que algo acontece e provoca esse desequilíbrio. “Além do aumento em si, provavelmente temos também uma alteração de função em termos de conectividade. A partir daí surgiram todos os estudos que chamamos de funcionais, incluindo o PET (tomografia por emissão de pósitrons), o Spect (tomografia computadorizada por emissão de fóton único) e a ressonância funcional.”

No Laboratório de Neuroimagem do HC, os voluntários passam primeiramente por uma avaliação neuropsicológica, para medição do QI; depois por uma entrevista diagnóstica de autismo (ADI, na sigla em inglês), com o recurso de uma escala padronizada mundialmente; e então pela ressonância funcional. “É essencial que o paciente seja colaborativo. A maioria dos estudos com ressonância funcional é feita através de tarefas de reconhecimento de face (um marcador para autismo), do contato visual (o olhar apenas na periferia do rosto e não diretamente nos olhos) e do registro de emoções frente a fotografias de celebridades e de pessoas do próprio convívio.”

### A Tarefa

A pesquisadora soma ainda os estudos funcionais em repouso, em que o paciente é solicitado a deitar na máquina de ressonância, fechar os olhos e procurar não pensar em nada por alguns minutos. “Provavelmente, seu cérebro vai entrar num estado basal, mas algo estará acontecendo: pesquisas já mostraram que a rede em repouso do autista funciona de forma diferente. Estamos realizando tanto a avaliação em repouso como a funcional, a partir de uma tarefa desenvolvida em parceria com o professor Jean-Claude Dreher, de Lyon, onde passei todo o mês de maio último. Este grupo francês estuda a tomada de decisões e sistemas de recompensa no cérebro.”

A tarefa, explica Alessandra Pereira, consiste em apresentar ao indivíduo deitado na máquina duas instituições às quais doar dinheiro: uma de ca-

ráter altamente positivo, como por exemplo, a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), e outra de caráter negativo, mas que oferece a chance de lucro com as doações. “Os pacientes precisam entender que existe esta valência positiva e negativa e, durante a tarefa, devem optar por doar dinheiro às instituições. Há situações em que vão doar e perder dinheiro, e outras em que vão lucrar. Temos, portanto, questões de julgamento moral, de tomada de decisão e de reputação.”

A neuropediatra afirma que estudos de tomadas de decisão e recompensa anteriores mostram que as pessoas “normais” tendem a ser mais generosas quando estão sendo observadas, pois se preocupam com o que os outros vão pensar. “A reputação social, para essas pessoas, é um elemento motivador. Já os indivíduos que estão dentro do espectro autista falham nesse sentido. Uma das explicações para o autismo é a chamada falha na teoria da mente: a incapacidade deste indivíduo de levar em consideração o que os outros pensam ou vão pensar sobre ele.”

## Circuito Neuronal

A questão, conforme salienta a autora do trabalho, é que não se sabe qual circuito neuronal está envolvido nesta situação, havendo a hipótese de que a reação do autista tenha a ver com a região temporal e suas conexões com as demais regiões do cérebro. “É exatamente isso o que pretendemos avaliar: o comportamento pró-social desses indivíduos com autismo e o circuito neuronal utilizado por aqueles que apresentam melhor capacidade de interação social, visto que há níveis diferentes dentro do próprio espectro. Em termos de imagens, já temos dados expressivos, apontando uma diferença significativa entre o grupo controle e o grupo com autismo em termos de áreas ativadas durante as tarefas, principalmente na situação público versus privado.”

A pesquisadora lembra que a ideia inicial era formar um grupo de 20 pessoas com síndrome de Asperger e um grupo controle com 20 indivíduos, mas até o momento foram consolidados dois grupos de 11 indivíduos cada.

“Apesar do interesse de muitos pais em participar do projeto, surgem obstáculos como a dificuldade de deslocamento até Campinas e outros relacionados ao próprio exame, que é realmente cansativo, com quatro rodadas de 64 perguntas, além de exigir pouca movimentação do paciente dentro da máquina. Isso faz com que vários candidatos sejam excluídos.”

Na opinião de Alessandra Pereira, sua pesquisa pode trazer uma melhor compreensão não só do transtorno, mas também da circuitaria utilizada pelas pessoas com autismo, visando inclusive à aplicação e ao desenvolvimento de terapias realmente sensoriais, voltadas diretamente a esses mecanismos – e, ainda que não necessariamente, também a tratamentos medicamentosos mais específicos. “A intenção é que nos próximos meses possamos completar os grupos e começar a divulgar resultados em congressos e publicar artigos. Acho que o estudo pode nos ajudar a lidar com a realidade dos brasileiros com autismo, que é bem diferente da vivida por americanos, europeus ou japoneses.”

## COLEÇÃO INFANTIL TRATA SOBRE DEFICIÊNCIAS E INCLUSÃO SOCIAL

**A “Coleção Diferenças” traz uma série de cinco livros que geram interação entre pessoas com e sem deficiência.**

Fonte: Portal Sempre Materna – 15/08/2013

A Fundação Dorina Nowill para Cegos traz para o público infantil a “Coleção Diferenças”, que trata sobre inclusão social. Em tinta e braille, os chamados livros inclusivos possibilitam que as crianças com e sem deficiência visual possam ler o mesmo livro, gerando maior interação.

São cinco títulos que têm como objetivo orientar sobre as questões relacionadas à deficiência:

### **Abraço de Urso - Compreendendo a deficiência visual.**

Autor: Claudia Cotes, Ilustrador: Osnei Roko.

Em uma floresta bem longe daqui, a mamãe urso esperava seu primeiro filhote e quando ele nasceu, teve uma surpresa: os olhinhos do ursinho eram brancos, porque ele nasceu cego. Quando cresceu, surgiu um problema: como o ursinho poderia fazer para ir para a escola?

### **Agora é Comigo - Compreendendo a deficiência física**

Autor: Manuel Filho, Ilustrador: Fábio Sgroi.

Toninho é um garoto esperto, que vive com seus pais, e anda em uma cadeira de rodas. Durante uma aula na escola, surge a questão: o que você vai ser quando crescer?

### **Aninha, me conta uma história - Compreendendo a deficiência auditiva**

Autor: Hermes Bernardi Jr, ilustradora Monika Papescu

Aninha não ouve. Ela nasceu assim, sem ouvir. E por conta disso, ela não sabe falar com a boca. Como é que alguém que não ouve consegue repetir os sons para aprender a dizê-los?

### **O lanterna - Compreendendo a deficiência intelectual**

Autor: Alexandre de Castro Gomes, Ilustrador: J.P. Veiga.

Pedrinho tem 13 anos, gosta de assistir esportes na TV e de colecionar carrinhos, como todos os meninos de sua idade. Ele vive de uma maneira comum, só precisa de mais tempo para aprender as lições e os hábitos de casa. Certo dia, um menino o chama de lanterna. Sabe por quê?

### **Volta às aulas - Compreendendo a deficiência múltipla**

Autor: Tonton, ilustrador Danilo Marques

Na volta às aulas, Zezinho passa a ser um novo integrante na turma. Todos os olhares curiosos se voltam pra ele, afinal, era a primeira vez que tinham entre eles alguém em uma cadeira de rodas tão diferente. A turminha ficou curiosa para entender por que o novo colega de classe não falou sobre suas férias?

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TÊM VANTAGENS NA COMPRA DO ZERO KM

**Pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental têm descontos de até 25% na compra do carro novo.**

Fonte: O Progresso – Leonel Jonas – 15/08/2013

Pessoas com deficiência física ou mental têm direito garantido por lei a isenção sobre alguns impostos na aquisição de veículos novos. Os descontos são referentes ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os descontos para esse público chegam a 22%, dependendo da limitação, o que pode representar uma economia de até R\$ 15 mil. Pessoas com deficiência visual podem passar o benefício para o responsável legal.

Segundo o supervisor de vendas de carros novos de uma concessionária em Dourados, Marco Antônio, para cada tipo de limitação há variação no desconto. “A pessoa primeiro tem que ir à concessionária para saber quais são seus direitos e onde ela irá se encaixar para receber os descontos. Após isso, ela também terá que apresentar uma série de documentos para a

comprovação da deficiência”, ressaltou Marco Antônio.

De acordo com ele, a aquisição pode ser feita diretamente pela pessoa com deficiência ou por intermédio de seu representante legal.

“O processo leva em média entre 120 e 180 dias para ser concluído e pode ser feito por meio de despachante ou pela própria concessionária. A primeira fase é a isenção do IPI, junto à Receita Federal, em seguida vem a isenção do ICMS, que é avaliada na Secretaria de Fazenda do Estado”, explicou o supervisor de vendas.

A pessoa pode fazer a troca do veículo a cada dois anos com a isenção do IPI. Marco Antônio alerta ainda, que para algumas deficiências, a concessionária tem que comunicar a montadora do veículo com antecedência, para depois o veículo ser encaminhado para o comprador.

Outra questão que os deficientes devem atentar é quanto ao valor do carro para o recebimento de alguns benefícios.

“O ICMS só é passado ao consumidor pelo fabricante se o valor do veículo não for superior a R\$ 60 mil. Caso contrário, esse desconto não passa a valer mais para os deficientes”, explicou Marco Antônio.

O comerciante Carlos Leoncito perdeu umas das mãos em um acidente, enquanto fazia manutenção em uma colheitadeira de soja. Após alguns anos, ele decidiu trocar de veículo e foi beneficiado pela lei.

“No ano em que eu comprei meu carro ele custava R\$ 72 mil. Com os descontos que recebi por conta da amputação da minha mão, ele caiu para R\$ 55 mil. É uma ajuda e tanta e com pouca burocracia”, explicou o comerciante.

## ENTIDADES REAGEM À PROPOSTA QUE OBRIGA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A ESTUDAR EM ESCOLA REGULAR

**A reação começou porque o texto da Meta 4, que trata da inclusão de pessoas com deficiência, aprovado na Câmara dos Deputados no ano passado, foi modificado no Senado.**

Fonte: Agência Brasil – Karine Melo – 15/08/2013

Entidades ligadas à defesa dos direitos de pessoas com deficiência, como as associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e a Sociedade Pestalozzi estão mobilizadas contra mudanças no Plano Nacional de Educação (PNE), que apresenta as 20 metas para a educação brasileira para os próximos dez anos.

A reação começou porque o texto da Meta 4, que trata da inclusão de pessoas com deficiência, aprovado na Câmara dos Deputados no ano passado, foi modificado no Senado.

A versão aprovada pelos deputados dizia que é preciso universalizar para a população entre 4 e 17 anos com deficiência, o acesso à educação, preferencialmente, na escola regular. No entanto, a redação aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado retirou a palavra “preferencialmente” do texto. Representantes de entidades não governamentais que assistem pessoas com deficiência dizem que a alteração é vista como uma ameaça.

Na avaliação da presidente da Federação Nacional das Apaes, Aracy Ledo, a ideia de matricular pessoas com deficiência em escolas regulares pode trazer grandes problemas. Segundo ela, os profissionais da rede pública não estão preparados, a educação continuada ainda não está pronta e as salas não estão adaptadas para receber esses alunos.

“O motivo da nossa vinda não é protesto, não é briga, nós queremos aumentar o diálogo. Por que nós estamos querendo incluir a palavra preferencialmente? Porque ela dá oportunidade à família de escolher para onde levar o filho”, explicou ao participar de uma audiência pública para discutir o assunto na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

O Ministério da Educação (MEC) é a favor da inclusão de todas as crianças entre 4 e 17 anos na escola regular, independente do grau de deficiência intelectual e defende que só no contraturno haja acompanhamento especial diferenciado, que pode ser oferecido em salas de recursos instaladas nas próprias escolas ou em centros especiais, como as Apaes.

“A ONU diz que toda vez que nós organizamos classes ou escolas com base na condição de deficiência, nós promovemos uma sociedade apartada. Por que o Fórum Nacional de Educação – que monitora hoje a tramitação do PNE – se posicionou contrário e o MEC acompanhou e também se posicionou contrariamente a inserção desse advérbio preferencialmente? Porque aí sim, nós vamos ter restrição de direitos, vamos dizer que algumas pessoas têm direito ao atendimento escolar e outras não. Na Constituição brasileira o direito à educação é de todos”, disse Martinha Clarete dos Santos, diretora de Políticas de Educação Especial do MEC.

“Nós não podemos nivelar, achar que todos os deficientes são iguais. Às vezes temos dois autistas estudando, um desenvolve de uma forma e outro desenvolve de outra. Isso não é matemático. A gente tem um lema: não vamos restringir direitos, vamos ampliar direitos: escola comum mantendo sua obrigação de atender e a escola especial atendendo aquele que não se adequa ao sistema comum. É a família que deve avaliar o que é melhor para os seus filhos”, defendeu o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que também é presidente da Federação das Apaes de Minas Gerais.

Ainda segundo o deputado Eduardo Barbosa, o relatório do senador José Pimentel (PT-CE) – aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que mudou a Meta 4, tem outros problemas.

“Ele [o texto] congela até 2016 as matrículas nessas escolas especiais. Outro problema, é que o texto diz que as escolas para surdos têm que funcionar só dentro das escolas comuns, mas é importante lembrar que os surdos também defendem a escola especial bilíngue só deles, porque para desenvolver a Língua Brasileira de Sinais, eles precisam conviver entre eles”, acrescentou o deputado.

“O que está acontecendo hoje é que essa experiência de integração nas escolas públicas não tem sido vitoriosa, tem sido extremamente complexa. Me parece que as duas posições estão corretas, a ideia de incluir cada vez mais essas crianças numa vida social mais intensa é muito importante, mas nós não podemos permitir que a entrada despreparada nesses espaços públicos termine dificultando mais as suas vidas, levando a *bullying* e a uma série de constrangimentos e dificuldades no aprendizado”, disse a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

A proposta do Plano Nacional de Educação está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e na semana que vem deve seguir para a Comissão de Educação (CE) onde terá o mérito analisado, antes de ir para votação no plenário da Casa. Segundo o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da CE, a intenção é que o texto da Câmara seja resgatado na comissão.

Para construir um entendimento entre governo e representantes de entidades de pessoas com deficiência, o senador Paulo Paim (PT-RS) vai tentar intermediar um encontro de representantes dessas entidades com o ministro da Educação, Aloisio Mercadante.

## PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL É ESTERILIZADA NO REINO UNIDO

**A esterilização forçada para os deficientes mentais com fins eugênicos, amplamente praticada na primeira metade do século XX, é considerada um crime contra a humanidade desde a adoção do Estatuto de Roma, em 1998.**

Fonte: Notícias BOL – 16/08/2013

Uma pessoa com deficiência mental de 36 anos, incapaz de utilizar os meios contraceptivos, será esterilizada em seu “próprio interesse”, decidiu nesta sexta-feira pela primeira vez um tribunal britânico.

O homem, apresentado como “DE”, teve um filho nascido em 2010 e não deseja ter mais filhos, mas seu atraso mental o impede de tomar uma decisão sobre uma vasectomia, segundo os especialistas médicos.

Seus pais, seu médico e os serviços sociais fizeram o pedido para “DE”, dotado de um coeficiente intelectual de 40, equivalente ao de um menino de entre 6 e 9 anos.

“DE”, que vive com seus pais no centro da Inglaterra, é perfeitamente capaz de ter relações sexuais, mas não sabe como fazer para que “PQ”, sua companheira há 10 anos, que também tem uma deficiência mental, não fique grávida, opção que ninguém deseja.

A incapacidade do casal de recorrer à contracepção levou as autoridades a tomarem medidas drásticas para impedir que “DE” fique a sós com a companheira.

Esta decisão foi tomada após o nascimento de seu filho, que teve “um impacto profundo” nas duas famílias e no casal.

Segundo a juíza, “DE” ficou muito perturbado com a chegada do filho e não entende que é consequência de suas relações sexuais.

A vasectomia é feita “para o próprio benefício” de “DE” já que “tornará possível reiniciar sua relação com “PQ” e devolverá a ele todas as suas aptidões e sua independência”, disse a juíza Eleanor King nesta sexta-feira.

Angus Moon, que defende os interesses de “DE” ante o tribunal, insistiu antes do julgamento que é inegável que se trata de uma operação desejada. “Este caso não tem nada a ver com a eugenia e não é a história de um homem que é alvo de uma vasectomia contra sua própria vontade”, acrescentou.

“Estamos ante um caso excepcional, o primeiro nesta jurisdição (Inglaterra e Gales) e não deve ser o ponto de partida para outras vasectomias nas pessoas com deficiência mental”, acrescentou.

## APAE'S DE TODO O BRASIL PODEM FECHAR AS PORTAS EM 2016

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 19/08/2013

Um projeto que começou na Câmara dos Deputados e foi para o Senado pode acabar com repasses do Governo Federal para as APAE's. A apreensão por todo o Brasil é que as famílias percam a estrutura especializada para o ensino de estudantes especiais.

O projeto, de autoria do senador José Pimentel (PT-CE), propôs cortar os repasses do governo federal para as Apsas depois de 2016. Consequentemente as associações vão fechar as portas.

No Maranhão a proposta causou reação imediata da sociedade. A deputada Gardênia Castelo encabeça no estado a lista de pessoas que devem participar de movimentações que impeçam a aprovação da proposta de Pimentel.

“Sou contra qualquer manifestação do governo ou de quem quer que seja, que tenha por fim reduzir a oferta de recursos financeiros, humanos, materiais, ou tecnológicos da base educacional ou da vida dos nossos irmãos que possuem alguma forma de deficiência, porque entendo que a rejeição, a discriminação e o preconceito que sabemos existir contra eles no Brasil, já revelam, por si só, uma forma desumana e condenável de exclusão social”, disse a deputada.

A proposta de fim das APAE's sugere que todos os alunos com deficiência intelectual ou múltipla sejam matriculados em escolas regulares. O que na visão de especialistas da área não é o arranjo pedagógico mais indicado para se auferir os rendimentos.

Para a deputada, “por mais boa vontade e orientação metodológica que se tente dar aos desiguais, principalmente no âmbito da educação pública, nem sempre isso é viável. Não se pode excluir as escolas especiais dos repasses governamentais, porque seria condená-las ao isolamento e portanto, a um baixo rendimento educacional, prejudicando a proposta socio-cultural de todas”.

Segundo o presidente da Federação Maranhense das Apsas, Jerônimo Ferreira Cavalcante Filho, essas entidades estão registradas no cadastro do Censo Escolar do Estado, com a frequência dos alunos até registradas, estando, assim, habilitadas para receber os repasse regulares dos recursos do Fundo Nacional de Educação Básica – Fundeb.

## BRASIL LEVA 11 OUROS, NOVE PRATAS E SEIS BRONZES NO MUNDIAL PARALÍMPICO DE NATAÇÃO

**O Brasil brilhou, ficando na sexta colocação do quadro geral de medalhas. Na quarta, dia 21, o governador Geraldo Alckmin recebe os campeões no Palácio dos Bandeirantes.**

Fonte: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo – 19/08/2013

O Brasil encerrou no domingo, 18, a sua participação no Mundial Paralímpico de Natação em Montreal, Canadá, ficando em sexto lugar no quadro geral de medalhas. Os atletas subiram ao pódio 26 vezes, com 11 medalhas de ouro, nove de prata e seis de bronze. Na quarta, dia 21, pela manhã, o governador Geraldo Alckmin, abre o Palácio dos Bandeirantes para prestigiar os campeões.

Daniel Dias foi o maior vencedor do Brasil em Montreal, com seis ouros, além de duas pratas. André Brasil faturou três ouros e também três pratas. As outras medalhas de ouro do Brasil foram conquistadas por Roberto Alcalde e Susana Schnarndorf. O quadro de medalhas foi liderado pela Ucrânia, com 33 ouros, 22 pratas e 29 bronzes. Os outros países que terminaram à frente do Brasil foram Rússia, Reino Unido, Nova Zelândia e EUA.

Daniel Dias, André Brasil, Talisson Glock são atletas do Time São Paulo Paralímpico, uma parceria do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com deficiência de São Paulo, que apoia 41 atletas de nove modalidades.

Principais representantes da natação paralímpica brasileira, Daniel Dias e André Brasil encerraram a participação no Mundial com a conquista de mais uma medalha de ouro cada. Daniel venceu a disputa dos 50 metros livre classe S5 e André levou o ouro nos 50 metros livre S10.

No Mundial anterior, em 2010, o Brasil também faturou 26 medalhas, mas 14 de ouro, todas conquistadas por André Brasil e Daniel Dias em provas individuais. Andrew Parsons, presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, fez um balanço positivo da participação em Montreal.

“Ficamos exatamente onde planejamos terminar esta competição, nos mantendo entre as principais forças da natação mundial. O que mostra que continuamos seguindo o nosso planejamento rumo ao Rio/2016”. Parsons também deu destaque ao surgimento de novos nomes na natação paralímpica do Brasil.

“Além da confirmação da força de André Brasil e Daniel Dias, a competição no Canadá apresentou novos e jovens medalhistas, como Roberto Alcalde, Talisson Glock e Matheus Rheine, nos deixando animados para o futuro”, afirmou.

## COMO LIDAR COM DEFICIENTES

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 20/08/2013



Alberto Pereira e o labrador Simon, que irá se aposentar em 2014. (Foto: Edu Cesar)

Apesar da boa vontade, muita gente tropeça na falta de informação ao abordar pessoas com deficiência. Ouvimos especialistas e elaboramos um guia para não cometer gafes.

Responda sinceramente: é um deslize dizer a um cadeirante “corre aqui um minuto”? E pedir para um deficiente visual “dar uma olhada” em alguma coisa? Ao contrário do que muita gente imagina, não. As expressões citadas não são um tabu, muito menos uma ofensa, para quem tem uma deficiência física ou visual. Mas para quem não tem, sim.

“Dizer para um cego ‘perceba isso aqui taticilmente’ seria um verdadeiro absurdo”, explica João Álvaro de Moraes Felipe, 59 anos, professor de orientação e mobilidade da Laramara, Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual.

A orientação geral diz que devemos tratar as pessoas com deficiência com naturalidade e respeito às particularidades de cada uma. Mas, na prática, muita gente com boa vontade já tropeçou no próprio desconhecimento ao abordar um deficiente.

Hoje a inclusão social é garantida por diversas leis, mas há 15 ou 20 anos não era comum ver este público em escolas ou no mercado de trabalho. “Não se sabe lidar direito com deficientes porque as pessoas não conviveram com cegos, surdos ou mudos na escola, desde criança”, opina o deficiente visual e revisor de braille Renato José, 32.

Com o tempo, as nomenclaturas para designar as pessoas com deficiência física mudaram, refletindo a nova visão sobre o tema. “Invalides” ou “portadora de deficiência” caíram em desuso e hoje são termos inadequados. Ainda assim, a nomenclatura também passa por um crivo pessoal. “Tem gente que fica ofendida de ser chamada de cadeirante. Eu já me identifi-

co”, diz a psicóloga, publicitária e deputada federal Mara Gabrielli, tetraplégica em razão de um acidente de carro.

Nas ruas, como relatam os deficientes ouvidos pela reportagem, as pessoas geralmente são bem intencionadas ao oferecer ajuda. “Mas muitas vezes acabam atrapalhando”, atesta o aposentado Nelson Gradim, deficiente visual, 74 anos. Um dos erros mais comuns cometidos com os deficientes visuais é agarrar o braço que segura a bengala. “Este é o olho do cego, é preciso tocar no outro braço”, explica.

A falta de informação e o descumprimento das leis também são um obstáculo para os cegos. Dono de um cão-guia, o labrador Simon, o radialista Alberto Pereira, 36, já passou apuros para chegar a tempo em seus compromissos. “Encontro dificuldade quando preciso de um táxi. Por mais que tenha uma lei, que diz que o cego pode circular com o cão por qualquer lugar público, o taxista normalmente não aceita fazer a corrida. Ele não entende que é um cachorro limpo e treinado”, conta.

Já as pessoas com Síndrome de Down descrevem outro tipo de erro clássico: a abordagem “regredida”, aquela fala com tom de quem se comunica com uma criança. O engano é tão comum que foi tema de um vídeo da campanha “Dê uma ajudinha a si mesmo, reveja seus conceitos”, estrelado por Ariel Goldemberg, ator do filme “Colegas”.

“Sempre perguntem se eu preciso de ajuda para contar o dinheiro. Mas para ajudar a ganhar, ninguém se oferece”, brinca o ator Breno Viola, que tem síndrome de Down.

O ator Breno Viola, também do filme “Colegas” e faixa preta de judô, conta que, quando precisa de ajuda, não hesita em pedir. Mas deixa claro que se vira muito bem sozinho. “Sempre perguntam se eu preciso que contem o dinheiro na hora de pagar alguma coisa. Mas para ajudar a ganhar meu dinheiro ninguém se oferece”, ele brinca, aos risos.

“Esquece, não foi nada” é uma frase proibida na conversa com um deficiente auditivo. Muitas vezes, o interlocutor prefere deixar o assunto para lá por medo de ser insistente. Mas a atitude certa é justamente a contrária. “Tudo é importante para quem não ouve. Simplesmente repita o que foi dito até a pessoa entender”, sugere Paula Pfeifer, blogueira e autora do livro “Crônicas da Surdez”.

Para os cadeirantes, um problema comum é ver alguém apoiado na cadeira de rodas durante uma conversa. Se não há intimidade, o gesto é inadequado, pois a cadeira é uma extensão do corpo do deficiente. “Mas tem o outro lado também. Se é alguém que eu gosto muito, e tenho intimidade, vejo como uma maneira de aproximação”, diz Mara.

Evite cometer estes ou outros deslizes no relacionamento ou na abordagem de um deficiente físico, visual, auditivo ou intelectual com o guia abaixo.

### Deficiência física

Converse no mesmo nível. Se for bater um longo papo com um cadeirante, é melhor procurar um banco a fim de manter o mesmo nível do olhar. Se você fica em pé, a pessoa que está sentada na cadeira de rodas ficará com torcicolo.

Peça licença e seja cuidadoso. Se for guiar uma cadeira de rodas, vá com calma. Nunca a movimente sem pedir permissão. A cadeira é a extensão do corpo do deficiente.

Esteja disponível. Ofereça sua ajuda para pessoas que usam muletas, mas dê preferência para que ela mesma peça.

### Deficiência visual

Faça contato verbalmente. A primeira forma de aproximação de um cego é fazer contato verbal. Pode tocá-lo se for o caso. Ao se afastar, dê um

toque para avisar que vai se distanciar e não deixá-lo falando sozinho. Não tem problema convidá-los para espetáculos. Pode chamar amigos cegos para ir ao cinema ou teatro. “Um amigo que enxerga se interessou por uma amiga cega e perguntou o que eles poderiam fazer. Quando falei cinema, ele tomou um susto e disse: ‘Não me leve a mal, mas o que vamos fazer lá?’ Respondi: “Passear no shopping, comer pipoca... não é só a tela. São vários estímulos. E se ela tiver alguma dúvida sobre o filme, você explica baixinho”, conta Renato.

Não pegue no braço, muito menos no da bengala. Se for oferecer ajuda para um cego atravessar a rua, o correto é dar o ombro, andar de braços dados ou fazer uma concha com a mão para ele colocar o cotovelo e sentir que tem apoio.

Ajuste sua velocidade a dele. A velocidade é muito importante, pois todo deficiente visual caminha de forma lenta e com precaução.

Mostre a casa. Se for receber um deficiente visual em sua casa, faça uma visita monitorada pelos cômodos e explique a localização das mobílias. Isso lhe dará autonomia. As portas devem estar sempre abertas ou fechadas, nunca entreabertas.

Não toque na bengala. A bengala é o olho do deficiente visual, nunca tente guiá-lo puxando-a.

## Deficiência auditiva

Faça contato visual. Fale sempre de frente para o deficiente auditivo e articule bem os lábios.

Não aumente o volume. Gritar não adianta nada. A expressão facial, não o volume da voz, é o mais importante para a comunicação com a pessoa surda.

Esteja atento ao momento certo. Só comece a falar com o deficiente auditivo quando ele estiver prestando total atenção a você.

O toque respeitoso faz parte da abordagem. Quando quiser começar uma conversa, cutuque a pessoa caso ela não esteja olhando para você.

## Deficiência intelectual ou Síndrome de Down

Não fale em tatibitate. Deficiência intelectual não é deficiência mental nem doença. Se o deficiente for criança, jovem ou adulto, trate-o como tal. Nada de regressão.

Fique atento ao ritmo de comunicação e compreensão. O deficiente intelectual leva mais tempo para entender e explicar as coisas. Respeite o ritmo dele e repita quantas vezes for necessário, estimulando a interação.

Use as palavras adequadas. Há termos pejorativos: não se refira ao deficiente como o “doente mental”.

Crie uma rotina de trabalho adequada. Deficientes intelectuais podem e devem trabalhar. A sugestão é criar uma rotina de trabalho para eles. As tarefas podem ir de gestos simples, como pequenos trabalhos domésticos, a postos em empresas.

---

## PAI DE TRÊS FILHOS COM AUTISMO CONTA COMO APRENDEU A ENCARAR A VIDA DE FORMA OTIMISTA

Fonte: Revista Crescer.globo – Marcela Bourroul – 21/08/2013

Receber um diagnóstico de autismo para um filho não é fácil para nenhu-

ma família. Além de ter nuances desconhecidas pela ciência, o transtorno exige dedicação intensa dos pais e um investimento extra para que a criança receba os tratamentos adequados. Imagine, então, receber essa notícia três vezes. Foi o que aconteceu com “Pedro” (nome fictício), hoje com 34 anos.



Seus três filhos, de dois casamentos, têm autismo. Conversamos com ele para saber o que sentiu após receber os diagnósticos e como é a rotina com as crianças. A certeza de que há perspectivas otimistas para os meninos faz com que Pedro continue buscando ajuda e dá uma injeção de ânimo em quem vive situação parecida.

### CRESCER: Como foi receber o diagnóstico pela primeira vez e como você lidou com os outros dois?

**PEDRO:** Eu tinha 22 anos, não era casado, mas tinha uma relação com uma mulher bem mais velha. Nós tivemos dois filhos. Ela era independente e nós não vivíamos juntos. Foi ela quem me procurou e contou que os dois meninos eram especiais [hoje eles têm 8 e 10 anos e moram com a mãe].

Mas na época ela contou que tinha um caso de problema neurológico na família e eu assumi que o problema seria da parte dela. Seguimos com nossas vidas, dando a atenção necessária aos meninos. Porém, há quatro anos eu me casei e logo em seguida tive meu terceiro filho. E há um ano e meio veio o diagnóstico: ele também era autista. Aí realmente o mundo desabou na minha cabeça porque eu percebi que a carga genética era minha.

### C: E o que você fez?

**P.:** Quando veio o diagnóstico do terceiro comecei a fazer contato com minha ex-companheira, busquei informações e descobri o Dr. Alysson [Muotri, pesquisador brasileiro que trabalha na Universidade da Califórnia, estudando o autismo]. Também entrei em contato com a Dra. Maria Rita Passos Bueno [que desenvolve pesquisa em autismo no Centro de Estudo do Genoma Humano]. Em um primeiro momento, a sensação foi muito ruim.

Como homem você se sente muito mal, porque é como se você tivesse feito mal às crianças. Fui buscar ajuda terapêutica e tive acompanhamento psiquiátrico. Faço terapia até hoje para poder enfrentar isso tudo. Mas, passado o primeiro momento, você percebe que ou fica na cama chorando ou enfrenta, e eu escolhi a segunda opção.

### C: Como é o tratamento deles?

**P.:** Os três fazem acompanhamento com terapeuta ocupacional, psicomotricistas e frequentam a escola regular. O mais velho, que no primeiro momento tinha todos os traços de autismo clássico, hoje já evoluiu para Asperger [que também faz parte do transtorno de espectro autista] e o psiquiatra nos falou que “ele já foi”. Isto é, provavelmente vai levar uma vida independente, vai casar, ter uma profissão, tamanha a evolução dele. E isso enche muito a gente de esperança.

**C: Você acredita que essa evolução tem a ver com os estímulos que vocês proporcionaram?**

**P.:** Sem sombra de dúvidas, o ideal é intervir o mais cedo possível. A intervenção do mais velho não foi tão cedo quanto o mais novo. E mesmo assim ele apresenta melhoras significativas, já não tem estereotipia nenhuma. É inteligentíssimo, nunca repetiu de ano e não aceita tirar menos de 8,5 nas provas. O mais novo, de 3 anos, já está começando a falar, com certeza porque nós começamos com as terapias cedo. Ele tinha 2 anos quando foi diagnosticado. Já o segundo, com 8 anos, é o mais limitado, ele tem um quadro de autismo clássico realmente, ainda não fala.

**C: Com três filhos de idades diferentes, você nota alguma evolução no tratamento do autismo?**

**P.:** O mais novo teve acesso a algumas vitaminas importadas. Na época dos mais velhos não demos. Mas, na verdade, muita coisa do tratamento do mais novo foi feita nos Estados Unidos, porque muitos médicos brasileiros desconhecem. As vitaminas, por exemplo, foram recomendadas por uma pediatra norte-americana. É difícil porque os médicos nem sempre estão preparados para tratar essas crianças. Essa pediatra mesmo me disse que o que ela estudou sobre autismo na faculdade não tem nada a ver com o que está no consultório. E nós fizemos lá alguns exames que não são pedidos aqui e por sorte hoje eu tenho condições financeiras para isso. Eu não tenho dúvida de que o autismo está relacionado também a questões metabólicas. Nos exames, várias taxas estavam desreguladas. Nós fizemos com o mais novo a dieta celíaca, cortamos a lactose e eu tenho uma visão de que isso funciona. E meu filho hoje com 3 anos está falando.

**C: Você tem contato com outros pais de crianças autistas?**

**P.:** Eu não tenho, mas acho que em alguns casos é importante. Acho que aqueles que têm menos condições financeiras precisam de uma força extra, porque o tratamento é difícil e nem um pouco barato. Para uma criança fazer todos esses tratamentos não sai por menos de 6 mil reais por mês.

**C: Como seus filhos se relacionam entre si?**

**P.:** Os dois mais velhos não têm contato com o mais novo. Mas o mais velho entende que o irmão tem uma dificuldade e ajuda a cuidar, tem um carinho todo especial. Mas ele não aceita que tem o mesmo problema, porque ele vê o irmão e não aceita que haja tamanha diferença na evolução dos dois.

**C.: Que dica você daria para um pai que está enfrentando essa situação?**

**P.:** Eu sou kardecista, é uma crença particular, mas acho que nada na vida acontece por acaso. E aí não tem jeito, você vai passar pelas fases que são naturais. Primeiro, aquela tijolada que você recebe na cabeça. Depois, e aí é que está a grande dica, você tem duas opções: ficar chorando na cama, lamentando uma coisa que não vai mudar ou você ir atrás de informação, de ajuda e profissionais que estejam comprometidos e informados. Grandes médicos hoje não acreditam em nada do que a gente está falando, acreditam que o diagnóstico de autismo é uma sentença e acabou. E não é verdade. Claro que existem casos e casos, e os quadros mais graves do espectro nem sempre evoluem bem. Mas você não pode definir o diagnóstico como uma sentença. Tenha fé e não pense que, se o seu filho não evoluiu como você esperava, foi uma viagem perdida. Os resultados podem aparecer em prazos longos, por isso que paciência e fé são fundamentais. Tenha certeza, como pai de crianças especiais, que paciência e fé não são coisas grandes de se pedir. Eu falo de coração aberto: este ano passei o Dia dos Pais ouvindo meu filho me chamar de papai. No ano passado, saí do consultório médico sentenciado que não aconteceria. Então, já valeu a pena.

## SOLUÇÕES SIMPLES DÃO SEGURANÇA A DEFICIENTES VISUAIS EM LONDRES

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 22/08/2013



A repórter da BBC Brasil, Mônica Vasconcelos, mostra como soluções simples – como calçadas táteis e o anúncio das paradas no ônibus – facilitam a vida de deficientes visuais em Londres.

Sou repórter da BBC Brasil, radicada em Londres há 20 anos. E sou deficiente visual, portadora de uma síndrome congênita chamada Retinose Pigmentar.

Em algumas situações, os efeitos da síndrome sobre a minha visão são menos graves.

Nesses momentos, é como se eu fosse uma pessoa com uma miopia muito forte que perdeu os óculos.

Não consigo ler placas, localizar objetos na prateleira do supermercado ou ler o valor total da conta do restaurante.

Mas há situações em que minha visão fica muito prejudicada. É o caso dos dias claros, com muito sol, ou em ambientes excessivamente iluminados.

O mundo se torna uma névoa esbranquiçada e sem definição. Não consigo ver degraus, subir ou descer das calçadas, ver postes e outros obstáculos, atravessar ruas com segurança.

Com suas calçadas bem acabadas e trânsito mais disciplinado, Londres já era mais acolhedora para os deficientes visuais quando aqui cheguei, há duas décadas.

Mas a cidade vem incorporando uma série de recursos tecnológicos e soluções simples que fazem uma diferença enorme na vida de cegos e deficientes visuais como eu.

### Pisos táteis

Andar por uma cidade grande é um desafio diário para mim – a rua pode ser um lugar assustador e perigoso para quem não enxerga bem. Protuberâncias arredondadas nos calçamentos avisam pedestre sobre proximidade da via.



Começamos por algo simples, como a guia da calçada ou meio-fio, por exemplo. Ela pode ser um problema para quem não consegue vê-la. Você pode tropeçar e quebrar o pé – como já aconteceu comigo.

E quando as calçadas são rebaixadas para facilitar o acesso – a cadeirantes, por exemplo – cria-se um outro problema, já que fica mais difícil para o deficiente visual diferenciar calçada e rua.

No início, eu não sabia para quê serviam as protuberâncias arredondadas nos calçamentos londrinos.

Nas ruas brasileiras, são raras. Podem ser encontradas na Avenida Paulista ou nas imediações da Fundação Dorina Novill – ONG de suporte a deficientes visuais em São Paulo.

Hoje, sinto alívio quando piso nas calçadas táteis – como são chamadas. Elas me dizem para parar – porque tem uma rua na minha frente. E depois de cruzar a rua, me avisam que posso relaxar, porque já cheguei ao outro lado e estou em território seguro.

## O conceito da calçada tátil pode ser levado ainda mais longe

Em Tóquio, no Japão – país onde essa tecnologia foi inventada – existem faixas de pisos táteis no centro da calçada. Seguindo um princípio semelhante ao de ciclovias para ciclistas, são faixas para os deficientes visuais, que andam sobre elas em segurança, sabendo que o caminho estará livre de obstáculos.

“Toda calçada em Tóquio tem faixas táteis pintadas em cor amarelo berante (para que sejam facilmente identificáveis)”, disse à BBC Brasil Natalie Doig, representante do *Royal National Institute of Blind People* (RNIB), entidade que faz campanha pelos direitos de cegos e deficientes visuais na Grã-Bretanha.

“As pessoas no Japão vivem mais tempo, por isso, existe mais gente com problemas de visão e uma atitude diferente por parte da população”, explicou.

Doig reconhece, no entanto, que a acessibilidade para os deficientes visuais em Londres melhorou muito na última década.

## Semáforos

Minimizar seu estresse e garantir sua segurança são parte da estratégia de sobrevivência de um deficiente visual.

Quando ando por Londres, escolho trajetos onde existem semáforos para que eu possa cruzar as ruas em segurança.

Mas em dias ensolarados, às vezes não consigo localizar o sinal para pedestres – com o homenzinho verde ou o vermelho.

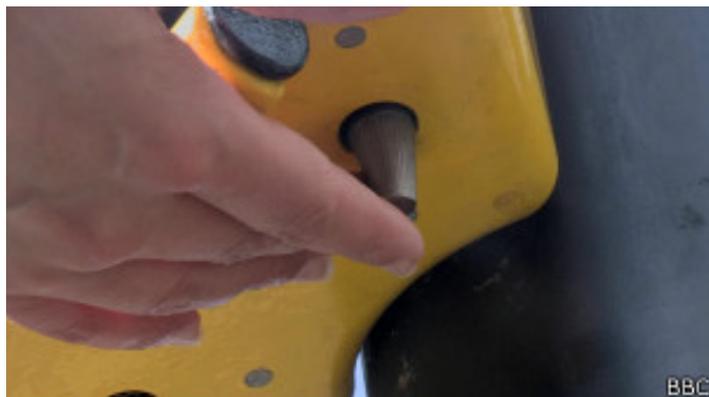
Alguns semáforos emitem sons para indicar que é sua vez de atravessar, mas esses são menos comuns e, na minha experiência, muitas vezes deixam de funcionar.

Então, muitos sinais são dotados de um outro recurso: um cone giratório que é ativado quando o sinal fica verde para os pedestres.

A pessoa coloca a mão na parte de baixo de uma caixa instalada no poste do semáforo e localiza o cone.

Quando o cone começa a girar, o pedestre sabe que é sua vez de atravessar.

Simples e efetiva, a tecnologia foi desenvolvida por pesquisadores da *University of Nottingham*, Inglaterra, na década de 1980.



## Metrô

O *London Underground*, o famoso metrô de Londres, está celebrando 150 anos de existência. Com 11 linhas diferentes e 270 estações, o sistema transporta mais de 4 milhões de pessoas por dia.

Todas as plataformas têm pisos táteis para orientar deficientes visuais sobre a proximidade dos trilhos. Algumas, mais modernas, são vedadas por vidros e têm portas automáticas que só se abrem quando o trem está estacionado.

## Metrô emprega pessoas que estão disponíveis para ajudar deficientes nos túneis

Na entrada, catracas amplas permitem o acesso a passageiros acompanhados de cães guias.

A sinalização visual é feita com cores contrastantes e há mapas disponíveis em braille e em letras grandes.

Ainda assim, deficientes visuais podem ter dificuldade em achar a direção nesse labirinto. Então o *Underground* oferece um serviço personalizado para todos os passageiros com deficiências.

Basta solicitar assistência no portão de entrada. Um funcionário do metrô acompanhará o passageiro até o trem e avisará um colega na estação de destino.

Normalmente, quando o passageiro chega à outra estação, encontra alguém esperando por ele. De lá, será acompanhado até a saída ou até seu próximo trem.

“Somos treinados para lidar com as necessidades de cada um”, disse à BBC Brasil o lituano Andreas Zinkevicius, da equipe do *London Underground*.

O especialista da BBC em deficiência física e inclusão, Peter White, que é cego, reservou um elogio especial a esse serviço, por sua flexibilidade.

Funcionários são treinados para não ter expectativas preconcebidas sobre deficientes e oferecem assistência sob medida, de acordo com cada caso.

## Ônibus

O *London Buses*, serviço de ônibus londrino, transporta 6,4 milhões de passageiros em dias úteis.

Em princípio, você não precisa acenar para o ônibus. Motoristas são orientados a parar sempre que houver pessoas no ponto. Passageiros com deficiências visuais às vezes carregam uma bengala branca – símbolo que indica que o portador tem problemas de visão. Isso ajuda a alertar o motorista.

Não uso bengala. Às vezes, não consigo ver a placa com o destino do ônibus, então pergunto ao motorista.

Uma vez dentro do veículo, no entanto, posso relaxar.

Porque quando se fala em tecnologias melhorando as vidas de cegos e deficientes visuais em Londres, é no serviço de ônibus que se notam as maiores mudanças.

Londres incorporou tecnologias e soluções simples para melhorar vida de deficientes visuais

Desde 2009, os cerca de 7.500 ônibus que servem a Grande Londres foram equipados com sistemas de localização que anunciam ao passageiro o destino final da jornada e o nome de cada parada.

O recurso transformou minha experiência como passageira: não perco mais o ponto por não saber onde estou.

## Conscientização

Recursos como esses fazem de Londres uma cidade incrivelmente receptiva para deficientes visuais, mas vale lembrar que às vezes as tecnologias – e os homens – falham.

Há pessoas que reclamam dos constantes anúncios das paradas em ônibus e trens, dizendo que perturbam o silêncio e incomodam.

Também houve casos de administrações regionais de bairro que se recusaram a instalar pisos táteis por razões de estética.

E mesmo em Londres, famosa por seu espírito liberal, onde convivem pessoas com os visuais mais excêntricos, ainda tem gente que comenta quando eu passo, em dias cinzentos e chuvosos, de chapéu e óculos escuros – meu *kit* de sobrevivência.

Para Natalie Doig, do RNIB, a cidade perfeita em termos de acessibilidade é Tóquio, com suas faixas táteis nas calçadas e lojas que emitem sons – *jingles* personalizados – para que os deficientes visuais possam localizá-las. No entanto, para mim, Londres já oferece um modelo incrível.

Não tenho dúvidas de que a qualidade de vida dos mais de 6 milhões de deficientes visuais brasileiros seria transformada se o Brasil investisse em alguns dos recursos disponíveis em cidades como Tóquio e Londres.

Mas de certa forma, resolver a tecnologia pode ser mais fácil.

Ajudar a sociedade a entender a experiência dos deficientes visuais, isso sim é tarefa para muitas gerações.

## PARANÁ ASSEGURA DIREITOS DE MAIS DE 42 MIL ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

**A lei do Programa Todos Iguais pela Educação foi sancionada e visa atender 413 escolas e instituições.**

Fonte: Umuara Ilustrado – 22/08/2013

Na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2013, realizada de 21 a 28 de agosto, o Paraná tem importantes conquistas a comemorar. Uma delas é o Programa Todos Iguais pela Educação, cuja lei foi sancionada na semana passada pelo governador Beto Richa, e que atende 413 escolas e instituições e beneficia mais de 42 mil alunos com deficiência, de diversas faixas etárias.

O programa assegura às escolas básicas de Educação Especial, mantidas pelas Apaes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) e outras institui-

ções, os mesmos direitos e recursos destinados às escolas da rede estadual. Já no primeiro ano de implementação do programa serão destinados R\$ 436 milhões às escolas de educação especial. Os recursos servem para investimentos em pessoal, equipamentos, reformas, merenda escolar, além de ônibus para o transporte.

Até o final do ano serão entregues 110 micro-ônibus adaptados para o transporte escolar, um investimento de quase R\$ 20 milhões. “Fazíamos o transporte de forma precária, em um veículo sem condições adequadas. Agora podemos transportamos 70% dos nossos alunos com mais rapidez e segurança”, comentou a diretora da Escola de Educação Especial Milton Cezar de Souza Filho, em Santana do Itararé.

Pelo programa de recursos descentralizados serão repassados R\$ 16,5 milhões para as instituições de educação especial. “A iniciativa do governo é um auxílio muito importante. O recurso ajudará bastante as novas adaptações na escola”, disse o presidente da Instituição de Educação Especial Guilherme Canto Darin, em Curitiba, Márcio Darin.

Em três anos, a escola ampliou o atendimento de 60 para 320 alunos com deficiência intelectual, Síndrome de Down e distúrbio mental leve. Os alunos são de Curitiba, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Fazenda Rio Grande. As escolas especiais também participarão do Programa Brigada Escolar. A ação prevê treinamento e instalação de equipamentos para segurança e prevenção de riscos e está sendo desenvolvida nas escolas da rede estadual de educação básica.

Ainda serão investidos quase R\$ 7 milhões em equipamentos e laboratórios de informática.

## FALTA DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS GRAVES

**Texto de autoria de José Deoclécio de Oliveira e Sonia Dezute aborda as dificuldades de encontrar profissionais especializados no atendimento de pessoas com deficiência.**

Fonte: Deficiente Ciente – 23/08/2013

Temos uma grande preocupação com a falta de adesão de profissionais da área odontológica com especialização no atendimento às pessoas com graves deficiências. Nos referimos a situação das pessoas com paralisia cerebral e outras, que enfrentam com mais dificuldades as barreiras do dia a dia.

Observamos, com frequência, a preocupação e enfoque mais na acessibilidade arquitetônica, que é o carro chefe das prioridades para todo esse segmento, mas não vemos nenhuma defesa e preocupação em relação à Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida como LOAS (que é o mínimo de dignidade e independência econômica), com hospitais públicos especializados em reabilitação para as pessoas com paralisia cerebral e outras patologias graves. O resultado disto é a demora no atendimento e, por consequência, a perda de um tempo precioso na sua reabilitação e inclusão na sociedade. As entidades responsáveis por esse atendimento especializado rejeitam estes casos ou tem uma lista de espera de até três anos, no caso do paciente não ter condições financeiras de um atendimento pago.

Quando as famílias possuem planos de saúde conseguem tratamentos em clínicas especializadas, mas essa não é a realidade da grande maioria das famílias brasileiras. Entretanto, muitos casos acabam sendo abandonados pelos “médicos” que alegam a estabilidade, a não progressão do paciente, desculpas estas que mais revela a falta de experiência ou interesse dessa classe de profissionais tanto na área pública quanto na particular.

Também questionamos os órgãos públicos que não se preocupam com o tratamento odontológico para pacientes com paralisia cerebral grave. Aqui na região do ABC paulista algumas prefeituras mantêm em cada cidade, em média, dois especialistas para atendimentos aos munícipes, mas não atende a demanda, resultando na demora de atendimentos. Outras cidades no Brasil são mais carentes ainda destes recursos, o que obriga as famílias a buscarem atendimento em instituições não governamentais ou em locais longe de suas regiões de origem, passando por muitas dificuldades.

O cadeirante e pessoas com baixa mobilidade, surdos e cegos, na sua maioria, conseguem tratamento em consultórios convencionais, mas os de patologias graves não têm as mesmas chances diante da pouca estrutura, além da falta de especialização e interesse dos profissionais para com tal segmento. Diante deste cenário o futuro destes pacientes é ficarem sem atendimento, outros correm o risco de terem todos os dentes retirados, prática comum em entidades que funcionam como depósito de pessoas com deficiência grave – pode parecer assustador, mas ainda temos “casas”, “escolas” “abrigos” onde pais e famílias “esquecem” seu ente familiar.

Nossa indignação é que são frustradas nossas tentativas em obter apoio e cobranças junto aos nossos colegas que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência, pois notamos a falta de interesse e sensibilidade para com esta parcela do segmento. Claro que não estamos generalizando, mas a grande maioria desta problemática não aflige por falta de conhecimento de causa. Outros estão mais interessados em levar sua causa como trampolim para projeção de cargos públicos e políticos advogando em causa própria, mas não se unindo a outras demandas. Acredito que a acessibilidade voltada às vagas reservadas para estacionar, rampas de acesso, ônibus adaptados, inclusão na educação são sim muito importantes, mas isso não faz com as pessoas com deficiência grave sejam menos importantes e, para isso, precisamos de uma visão política de lutas voltadas a elas também. Não concordamos com os discursos que excluem, com frequência, essas pessoas que acabam caindo no esquecimento e invisibilidade ainda maior que as outras. Ora, essas pessoas de que falamos só são lembradas no momento das entidades fazerem campanhas de arrecadação. Além das cobranças de acessibilidade temos o dever moral e ético da solidariedade com outras necessidades.

No universo das pessoas com deficiência existem várias patologias e, dentro delas, várias necessidades que dependem de recursos públicos. As pessoas com deficiência que conseguem alguma projeção no campo profissional ou na política, via de regra, vêm de uma classe mais privilegiada que troca favores entre si. Aquelas que vêm de uma posição mais pobre, se conseguem, é por pura teimosia e um esforço sobre-humano para conquistar sua independência econômica e social. Aos que têm déficit intelectual, tudo depende dos que fazem deles um objeto de projeção. Outros por causa de alguma posição galgada nos meios sociais se envaidecem a ponto de se tornarem mais uma estrela querendo brilhar e perdem o foco das mudanças.

Eu pergunto qual o interesse de alguém que consegue um cargo de função política querer mudar a ordem das coisas? Ele já conseguiu sua posição, já está no meio das estrelinhas, já se sente com poder. Quem acha realmente que esta pessoa vai querer ir contra os políticos e governos, pondo em risco seus cargos conquistados com tapinhas nas costas e muita bajulação?

---

## PRAIAS NO NORDESTE SE TORNAM ACESSÍVEIS A DEFICIENTES

**A praia de Ponta Negra, em Natal (RN), foi beneficiada com o projeto OrtoRio, da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.**

Fonte: Deficiente Ciente – 23/08/2013

A iniciativa tem como objetivo proporcionar a possibilidade de programação turística acessível a quem possui limitações de mobilidade.

Esteiras de acesso ao mar, cadeiras de rodas anfíbias e profissionais qualificados para o banho assistido fazem parte das iniciativas para assegurar o direito e o acesso do cidadão com algum tipo de restrição física aos roteiros turísticos.

Praias em Olinda e Fernando de Noronha, Porto de Galinhas e Boa Viagem, todas em Pernambuco, também oferecem apoio para entrar no mar com apoio do projeto Praia Sem Barreiras, da Secretaria de Turismo de Pernambuco.

Nesse aspecto, o MTur tem um programa chamado Turismo Acessível, que oferece um pacote de incentivos à estrutura e à promoção de acessibilidade. A ação reservou investimento de R\$ 100 milhões para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística.

---

## MÃES QUEREM DAR A FILHOS DEFICIENTES INTELECTUAIS CHANCE DE MORAREM SÓS

Fonte: Folha de São Paulo – Cotidiano – Cláudia Collucci – 25/08/2013

Nicolas tinha 14 anos quando decidiu ir sozinho à papelaria do bairro. A mãe, Flávia, permitiu, mas escondida atrás de árvores e postes, acompanhou a trajetória do filho até o local.

Sete anos se passaram e hoje, Nico, 21, que tem traços de autismo, trabalha em uma biblioteca em Brasília e pensa em morar sozinho.

Para muitas mães de jovens como Nicolas, é quase impossível pensar em vida independente para os filhos com deficiência intelectual.

Não é o que acontece com a economista Flávia Poppe, a biblioteconomista Ana Maranhão e a administradora Monica Mota, que querem que os filhos tenham moradia própria e independente.

Inspiradas em experiências no Reino Unido, criaram o Instituto JNG (iniciais dos filhos João, Nicolas e Gabriella) com a meta de discutir e desenvolver um projeto piloto de moradia independente para jovens com deficiências intelectuais, como seus filhos.

“As famílias e a sociedade falam em inclusão na escola, no trabalho, mas se esquecem da moradia. Talvez por não acreditarem que seja possível. Mas é possível, basta acreditar e dar meios”, afirma Ana Maranhão, mãe de João, 19.

Autista, João é filho único. “Como vai ser quando não estivermos mais aqui? Quem vai cuidar dele? É preciso construir alternativas saudáveis para que eles vivam bem após a morte de seus responsáveis.”

Por falta de informações e de uma rede de acolhimento, os pais tendem a superproteger os filhos com deficiência intelectual, tratando-os como crianças mesmo já adultos.

“É erro. Confundem os limites entre proteger e impedir que seus filhos se desenvolvam”, diz Flávia, que preside o Instituto JNG, que será inaugurado na terça-feira, no Rio.

Segundo a economista, é preciso criar um modelo de moradia e de assistência que se adapte à realidade do país.

No Brasil existem 2.611.536 pessoas com deficiência mental/intelectual, 1,5% da população, segundo o IBGE.

## MORADIAS ASSISTIDAS

Flávia e as amigas fizeram uma série de visitas a moradias assistidas no Reino Unido. “Lá, o morador deficiente passa por avaliação em que as habilidades são valorizadas. E recebem suporte para lidar com as deficiências.”

Por exemplo, há moradores com mais dificuldade para atividades como fazer compras. Outros não conseguem preparar um lanche sozinhos. Então, recebem ajuda pontual.

Na Inglaterra, a maioria das moradias assistidas é subsidiada pelo governo e funciona em edifícios de seis a oito apartamentos. Apenas um cuidador coletivo fica 24 horas no local e é responsável por todos.

Para Ana Maranhão, esse modelo dá autonomia. “Se você reúne numa mesma casa três ou quatro, com um cuidador, a tendência é haver um nívelamento para baixo e não um estímulo às habilidades de cada um.”

Ela dá o exemplo de como o filho, que não faz a barba sozinho, tenta progredir.

“Ele já tentou, mas se machuca. Agora, tenta com o barbeador, mas os pelos são ralos. Se estivesse numa casa com mais três, é possível que o cuidador fizesse a barba de todos”.

## ANÁLISE: VIVER SOZINHO IMPLICA PREPARO FAMILIAR E DE TODA A SOCIEDADE

Fonte: Folha de São Paulo – Cotidiano – Ana Maria Elias Braga – 25/08/2013

A ideia de tornar o deficiente intelectual mais independente é bem vinda e se constitui em autêntico “sonho” da maioria das famílias que possuem um filho nessa condição. Porém, tomar uma atitude nesse sentido esbarra em desafios diversos.

Na condição de mãe de gêmeos autistas, considero que seja necessária profunda e detida análise sobre o tema.

A experiência na qual se baseiam as idealizadoras da campanha ocorreu na Inglaterra e é preciso saber como adaptá-la, na prática, à realidade de nosso país.

É preciso indagar que nível de deficientes podem ser considerados aptos a uma vida mais independente, com segurança, e quais são suas condições socioeconômicas.

Também é necessário considerar como se dará a alocação dessas pessoas - vai haver proximidade física com seu lar de origem? Morando sozinhos, qual a rotina para eles estabelecida e qual o seu acompanhamento?

Morar sozinho implica possuir várias atividades externas, especialmente as de trabalho. Para que isso aconteça, é fundamental que eles sejam muito bem preparados não apenas pela família como também por serviços de psicólogos, terapeutas, além de profissionais de educação e de profissionalização.

Fosse tudo isso uma realidade brasileira, a experiência poderia ser adotada de imediato, o que, infelizmente, não é o caso.

Em nossa realidade, o conceito de inclusão, em diversas esferas, ainda engatinha, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

As habilidades adquiridas por esse grupo de pessoas são, na maioria das vezes, transmitidas apenas dentro do núcleo familiar.

Assim, se o deficiente intelectual, desde a sua infância, não possuiu efetivo estímulo de inclusão, sem ter sido ao menos preparado para uma vida produ-

tiva, será imenso o desafio. A experiência inglesa é interessante, mas representa o topo da escada. Por aqui, ainda estamos subimos o primeiro degrau.

## RISCO DE AUTISMO QUATRO VEZES MAIOR QUANDO MÃES TÊM PROBLEMAS NA TIREOIDE

Fonte: Diário da Saúde – 26/08/2013

### Prevenção do autismo

Mulheres grávidas que não produzem hormônio da tireoide suficiente têm quase quatro vezes mais probabilidade de gerar filhos autistas do que as mulheres com tireoide normal.

A associação foi descoberta a partir da análise de mais de 4.000 mães e seus filhos na Holanda, e dá suporte à teoria de que os transtornos do espectro autista podem ser causados pela falta de hormônio da tireoide materna.

Estudos anteriores já demonstraram que os hormônios da tireoide são cruciais para a migração de células do cérebro do feto durante o desenvolvimento embrionário.

“É cada vez mais evidente para nós que o autismo é causado por fatores ambientais na maioria dos casos, e não pela genética,” disse o Dr. Gustavo Román, neurologista do *Nantz National Alzheimer Center*. “Isso traz a esperança de que a prevenção [do autismo] é possível.”

### Deficiência grave do hormônio T4

O grupo de Román também descobriu que as crianças autistas apresentaram sintomas mais graves se suas mães tinham deficiência grave do hormônio T4, também chamado tiroxina - deficiências leves de T4 nas mães geraram um aumento insignificante nos sintomas das crianças autistas.

A causa mais comum de deficiência de hormônio da tireoide é a falta de iodo na dieta - ambos os hormônios da tireoide, T3 e T4, contêm esse elemento.

Os pesquisadores descobriram que uma fraca associação entre uma deficiência leve de T4 e a probabilidade de gerar uma criança autista, mas uma forte associação entre a deficiência grave de T4 e o autismo (3,89 vezes mais provável em comparação com as mães com hormônios tireoidianos normais).

### Conselho para grávidas e futuras grávidas

Román afirma ter um conselho para as mulheres que já estão grávidas, ou que estão pensando em ter filhos.

“Se você está planejando engravidar, peça antes a seu médico para medir o iodo na urina e a função da tireoide. Se você acabou de engravidar, peça a seu médico para medir o iodo na urina, a função da tireoide e comece a usar vitaminas pré-natais, certificando-se de que elas contenham iodo,” diz o médico

A falta de iodo na dieta interfere com a função normal da tireoide, levando a complicações na gravidez, assim como a surdez e atraso no desenvolvimento do bebê e perda de controle no metabolismo da gordura e do açúcar e na geração de calor na mãe.

## MONUMENTOS RESTAURADOS PELO PAC CIDADES HISTÓRICAS TERÃO OBRAS DE ACESSIBILIDADE

**Segundo Dilma, a melhor forma de preservar monumentos históricos é torná-los úteis e admiráveis.**

Fonte: Jornal do Commercio – 26/08/2013

Todos os monumentos e espaços públicos que serão restaurados dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas receberão obras de acessibilidade. Segundo Dilma, o compromisso faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

“Dentro do Viver sem Limite, nós nos comprometemos com o acesso fácil para permitir o deslocamento das pessoas com deficiência ou até as pessoas idosas para esses monumentos, para essas obras, e garantir que cada vez mais brasileiros possam conhecer o patrimônio do nosso país”, disse Dilma ao participar, nesta segunda-feira (26), do programa semanal Café com a Presidenta.

Segundo Dilma, a melhor forma de preservar monumentos históricos é torná-los úteis e admiráveis. “Um edifício abandonado, sem gente usando, se deteriora e acaba por ser destruído”, disse. “Muitas vezes, a restauração de um bem histórico recupera uma área degradada, atrai pessoas, restaurantes, movimenta o turismo, cria empregos”.

O PAC Cidades Históricas prevê a restauração de igrejas, obras de arte, museus, bibliotecas, prédios históricos, mercados, praças e estações de trem. Na semana passada, a presidenta anunciou R\$ 1,6 bilhão para o programa, para obras a serem executadas até 2015. Ao todo, 425 imóveis e espaços públicos em 44 cidades de 20 estados serão beneficiados. Cento e dezoito projetos já estão prontos para serem licitados.

Além do R\$ 1,6 bilhão anunciado, a presidenta também lançou, na última terça-feira (20), em São João Del Rei (MG), uma linha de crédito de R\$ 300 milhões para financiar obras em imóveis particulares localizados em 105 cidades com áreas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Entre as cidades com obras previstas estão Ouro Preto (MG), Olinda (PE), Salvador, Porto Alegre, Belém, Fernando de Noronha, Natal e Rio de Janeiro. A presidenta disse que as obras vão melhorar a qualidade de vida dos moradores das cidades contempladas e atrair mais turistas. Segundo ela, as 44 cidades históricas com obras de restauração receberam, juntas, 14,5 milhões de turistas. “Esse número certamente vai crescer ainda mais com as obras que serão feitas pelo PAC Cidades Históricas”.

---

## EMPRESA DESENVOLVE EQUIPAMENTO PARA ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

**A Bonavision criou um sistema que auxilia estudantes com baixa visão a enxergarem de forma ampliada.**

Fonte: Agência FAPESP – Elton Alisson – 29/08/2013

A Bonavision – empresa fundada por um pesquisador da clínica oftalmológica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) – desenvolveu um sistema para que estudantes com visão abaixo de 30% ou subnormal – que enxergam em um campo de visão a até 20% do normal – possam enxergar de forma ampliada e com maior comodidade o que está na lousa e o que eles copiam no caderno, em sala de aula. Resultado de um projeto realizado com apoio dos Programas Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) e de Apoio à Propriedade Intelectual (PAPI), da FAPESP, o equipamento é mais ergonômico e custa a metade do

preço de produtos importados voltados para essa finalidade, afirma o oftalmologista José Américo Bonatti, um dos diretores da empresa.

“O preço de um equipamento importado é por volta de R\$ 8 mil, enquanto o sistema que desenvolvemos custa R\$ 4 mil e é mais ergonômico”, disse Bonatti à Agência FAPESP.

De acordo com o pesquisador, os equipamentos importados são compostos por uma câmera de vídeo com ajuste para longe e para perto, presa a uma base fixa com haste flexível para cima e para baixo e conectados a um monitor de computador ou TV – como uma *webcam*.

Para o estudante enxergar ampliado na tela do monitor com o equipamento, colocado sobre a carteira escolar, é preciso ajustar com a mão a câmera de vídeo para cima, em direção à lousa. Já para ver também de forma ampliada o que se está escrevendo, é preciso virar a câmera para baixo, em um ângulo de 90°, a fim de focalizar o caderno.

Ao retornar o foco da câmera de vídeo para a lousa e vice-versa, no entanto, perde-se o ponto em que se estava. “Se o estudante esquecer o que estava escrito na lousa quando estiver copiando, com a câmera focalizada no caderno, ele terá que direcioná-la novamente para a lousa e, com muita dificuldade, procurar o ponto em que estava antes. Isso desestimula o aprendizado”, avaliou Bonatti.

Nos últimos quatro anos, o pesquisador e sua sócia, a doutora em *design* pela Faculdade de Arquitetura da USP Fernanda Bonatti, estudaram uma forma de contornar esse problema. A solução a que chegaram foi um sistema com duas câmeras de vídeo com alternância, conectadas a um mesmo monitor.

A primeira câmera de vídeo do equipamento, voltada para a lousa, é presa a um suporte vertical fixo com haste flexível para cima e para baixo e para os lados, apoiado sobre a carteira escolar. Já a segunda câmera de vídeo, voltada para perto, desliza sobre um trilho de uma prancha para leitura e escrita desenvolvida anteriormente pela empresa.

A fim de alternar o uso das duas câmeras, sem que a primeira perca o foco da lousa e a segunda o do caderno, os pesquisadores desenvolveram um botão de controle que pode ser acessado pelo usuário no momento em que desejar.

“Com o botão de controle, o estudante pode alternar o uso das duas câmeras de vídeo na mesma tela. Quando estiver escrevendo e esquecer o que estava escrito na lousa, basta apertar o botão e a imagem exata do que estava copiando aparecerá na tela. Ao apertar novamente o botão, surgirá a imagem do caderno e assim sucessivamente”, exemplificou Bonatti.

### Sistema inclusivo

O equipamento começou a ser comercializado no início deste ano por meio do *site* da empresa. Além de possibilitar a alternância das câmeras e ampliar de dez a 15 vezes o foco para longe, outras vantagens do equipamento, segundo Bonatti, são a facilidade de uso e a inclusão do estudante com deficiência visual, dispensando a necessidade de ser acompanhado por uma pessoa em sala de aula para ler o que está escrito na lousa.

“Há casos de professores de estudantes com deficiência visual que têm de ficar ao lado do aluno para ler o que está escrito na lousa ou de estudantes que têm de ficar com o rosto muito próximo à lousa para ler o que está escrito e voltar para a carteira para copiar”, disse Bonatti. “As duas situações são extremamente cansativas”, avaliou.

O produto é o quarto lançado pela empresa. O primeiro, em 2008, foi uma lupa especial para leitura que amplia textos em sete vezes. Já em 2009, os pesquisadores da empresa lançaram uma prancha de leitura acoplada à lupa. Em 2011, desenvolveram uma versão eletrônica da prancheta, na qual se basearam para desenvolver o sistema com alternância de câmeras.

Assim como os outros equipamentos, o sistema foi desenvolvido para ser utilizado com treinamento mínimo do usuário, ressaltou Bonatti. “Procuramos desenvolver um sistema simples, que permite ao usuário memorizar o que está na lousa linha por linha ou mais linhas, dependendo da capacidade de memorização dele, e fácil de usar. Demoramos mais para desenvolver uma solução de uso simples do que para desenvolver a tecnologia em si”, disse Bonatti.

O pesquisador fez uma apresentação sobre sua experiência com o desenvolvimento de equipamentos de apoio à leitura para pacientes de baixa visão no dia 14 de agosto, durante a 5ª Semana de Propriedade Intelectual & Inovação, promovida pela Agência USP de Inovação.

## GOVERNO DISCUTE USO DE RECURSOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

**Quatro editais estão com lançamento previsto para os próximos meses, com foco no fortalecimento de grupos de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias nacionais, capacitação e informatização de dados na área voltada a produtos, recursos e serviços.**

Fonte: Assistiva – 30/08/2013

O plano Viver sem Limite, do Governo Federal, trouxe novas possibilidades de investimentos na área de tecnologia assistiva (TA). Quatro editais estão com lançamento previsto para os próximos meses, com foco no fortalecimento de grupos de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias nacionais, capacitação e informatização de dados na área, voltada a produtos, recursos e serviços que promovam a inclusão e a independência das pessoas com deficiência.

As diretrizes para a aplicação dos recursos fez parte das discussões, nesta sexta-feira (16), na terceira reunião do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva em Brasília. O encontro foi coordenado pelo secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Oswaldo Duarte Filho, e pela diretora de Ações Regionais da secretaria, Sônia da Costa.

Também participaram do encontro representantes dos ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

### Viver sem Limite

Com ações desenvolvidas por 15 ministérios e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite tem o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. Lançada em novembro de 2011, a iniciativa prevê investimento total de R\$ 7,6 bilhões.

Durante o encontro do comitê, a diretora Sônia da Costa ressaltou os avanços alcançados com a implantação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), ligado ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI/MCTI).

O CNRTA atua como órgão articulador da Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva. O centro mantém 29 núcleos de pesquisa ligados a universidades espalhadas pelo Brasil e outras 22 unidades estão em fase de adesão. “Esperamos chegar a 50 núcleos que pretendem se agregar ao CNRTA”, informou o secretário Oswaldo Duarte Filho.

### Editais

Em 2012, sete núcleos receberam recursos da ordem de R\$ 3 milhões. A meta da Secis é atender mais dez unidades até o fim do ano e outras três no ano que vem. Dos editais previstos, R\$ 4 milhões serão destinados ao fortalecimento de grupos de pesquisa por meio de chamada a ser lançada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI).

Também serão disponibilizados R\$ 25 milhões em subvenção econômica, pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/MCTI), para instituições de ciência e tecnologia e empresas. Outro edital no valor de R\$ 18 milhões, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), será voltado a linhas de pesquisa para bolsas de mestrado e doutorado em TA.

Um montante de R\$ 5 milhões será investido num observatório nacional, que será uma plataforma informatizada de articulação de dados dos ministérios a ser criada pelo CTI.

O comitê também discute a realização de um seminário temático neste ano e a criação e num projeto com o Instituto Nacional de Tecnologia (INT/MCTI) para a certificação de produtos na área. Entre as iniciativas previstas no plano de ação do comitê, em fase de elaboração, está o desenvolvimento de uma política de compras governamentais atreladas ao desenvolvimento de produtos e serviços de TA.

## OBJETOS DE COZINHA PARA AUTISTAS

**Ferramentas adaptadas são prêmio de Design.**

Fonte: Assistiva – 30/08/2013

Uma jovem *designer* criou um conjunto engenhoso de ferramentas de cozinha (com aplicativo de acompanhamento) que permite o seu irmão autista cozinhar para si mesmo.

Para a maior parte de nós, preparar uma receita, como panquecas, é um assunto fácil com etapas simples de execução, mas para Steven Savitzky o processo não é tão fácil. Ele foi diagnosticado com transtorno do espectro autista aos 18 meses e hoje, aos 20 anos, ainda mora com seus pais em *Long Island*, Nova York. Para ele, a cozinha é um lugar angustiante. “É um ambiente sensorial rico, e que pode ser um obstáculo para alguém com autismo”, diz Amanda Savitzky, irmã de Steven.

Cozinhar é um grande desafio, necessita-se tanto de habilidades motoras grossas e finas, bem como um nível de habilidades cognitivas que pode não ser alcançada para muitos com Autismo. Mas, em um dia chuvoso no início de abril, Amanda e seus pais, Lily e Bob, puderam ver Steven fazendo sozinho um dos seus alimentos preferidos, panquecas.

Steven estava na cozinha usando um conjunto colorido de ferramentas chamado *Match Cooking Prep System for People with Autism Spectrum Disorder*. Amanda desenvolveu o sistema em 2012 para seu projeto de tese em Desenho Industrial na Universidade de *Syracuse*, e sua concepção pragmática que foi exaustivamente pesquisada ganhou \$ 10,000 (dez mil dólares) como prêmio do *Metropolis Next Generation Competition 2013*.

A competição este ano concentrou-se em uma necessidade de *design* muitas vezes esquecida, mas difundida em nossa cultura: uma vida independente. As diretrizes da competição pediam aos jovens *designers* participantes para considerar alguém em sua própria vida que poderia se beneficiar com um *design* inclusivo.

O *Sistema Match Cooking Prep* incentiva adultos com Autismo a reunir, medir e misturar usando um conjunto integrado de ferramentas na cozinha. Quatro copos de medição compostos com cabos ergonômicos

têm quatro formas e cores que são equivalentes às medidas culinárias básicas diferentes: um pentágono vermelho equivale a um copo, um quadrado amarelo é igual a metade de um copo, um triângulo verde é igual a um terço de um copo e o círculo azul é igual a um quarto de xícara.

Os copos são encaixados em uma placa de madeira com formas correspondentes e cada copo encaixa com um ímã. O dispositivo é uma reminiscência de um tabuleiro de quebra-cabeça para crianças. Outra placa de madeira abriga três tigelas de preparação de tamanhos variados que podem ser usados para misturar ingredientes.

Em *Siracusa*, Amanda se formou em Psicologia e Desenho Industrial, porque ela acreditava que qualquer produto precisa ser baseado em uma compreensão aprofundada do Autismo. Natalie Russo, professora assistente de Psicologia em *Syracuse*, ajudou Amanda a entender como as pessoas com Autismo integram a informação sensorial no cérebro.

A pesquisa de Russo tenta entender como o cérebro dos autistas processa as informações sensoriais. "As crianças com Autismo podem detectar detalhes, muitas vezes, melhor do que nós, por exemplo, eles podem se destacar em jogos como, Onde está Wally?", Diz ela. "Nós sabemos que seus cérebros funcionam de forma diferente, sendo assim como podemos tornar o mundo mais adequado a essas características? O projeto de Amanda se encaixa muito bem com essa idéia. Ela não está dizendo que é preciso ensinar às crianças com Autismo da forma como todo mundo é ensinado, ela está perguntando como podemos mudar o que nós fornecemos para apoiar a maneira como eles são."

Com o *Match Cooking Prep System*, Amanda realizou a análise da tarefa para preparar comida. Primeiro, ela analisou as medidas necessárias para se reunir e preparar uma refeição simples, recolhendo ingredientes para medir e misturar. Em seguida, ela considerou os obstáculos que atrapalham uma pessoa autista nessas etapas. "Eu vi meu irmão tentando usar um copo de

medição pequeno. Ele estava segurando-o com um aperto de pinça e estava tremendo porque ele não tem o motor bem essa habilidade para prensão. Esses copos de medição são empilháveis para economizar espaço, mas o empilhamento confundia, e as designações de medida não significavam nada. O que um sobre quatro significa alguém que não entende?" Ela pergunta. "Uma das primeiras habilidades que uma criança autista aprende são as cores e formas, daí eu pensei, por que não fazer os copos de medição de formas diferentes? Assim, um quarto de xícara se torna um círculo azul, e meia xícara torna-se um quadrado amarelo."

Amanda passou horas andando nas lojas pesquisando equipamentos de cozinha, e foi assim que ela chegou no conceito de *mise en place*. "Essa é uma tradição culinária francesa usada por alguns dos melhores chefs do mundo para organizar os ingredientes antes e depois cozinhar", diz ela. "Eu sabia que essa técnica seria fantástica para alguém com Autismo".

A pesquisa de Amanda mostrou que uma estação de trabalho com sequenciamento organizado visualmente no espaço, onde tudo se move da esquerda para a direita, ajuda. A partir daí surgiu a colocação linear dos copos de medição e das tigelas nas placas de madeira.

Ao projetar o aplicativo para *iPad Match*, Amanda lembra que o *software* teve que ser pensado para diferentes pessoas. "Eu estava consciente de que o sistema tinha dois grupos de usuários: a pessoa com autismo e do cuidador."

Como se pode ver, o projeto de Amanda foi cuidadosamente pensado e fez a diferença. O sistema criado estimula a independência e aumenta a confiança no cuidador em permitir que a pessoa faça sua refeição de forma mais independente. O sistema não frustra, aumenta a auto-estima e a segurança da pessoa com Autismo na cozinha.

## //EVENTOS



### ILPI E GESTÃO: Conceitos, Desafios e Reflexões 20/09/2013



#### Manhã:

8:30 às 10:00  
Credenciamento

10:00  
Abertura

10:15 às 11:00 - Painel I  
Aspectos Jurídicos do Abrigamento em Instituições de Longa Permanência para Idosos.  
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida e  
Rafael Luiz Lemos de Sousa - Promotores de Justiça

11:05 às 11:50 - Painel II  
Ações de Vigilância Sanitária baseada em evidências.  
Andréa Mendonça Dantas de Matos - Enfermeira.  
Secretaria de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro

#### Tarde:

14:00 às 14:45 - Painel III  
Gestão de ILPI para Idosos: Desafios do Setor Público.  
Ana Sílvia Vasconcelos - Gestora.  
Abrigo do Cristo Redentor  
Gestão ILPI: Compromisso, Cuidado, Cidadania.  
Maria Jose Sinhoroto - Consultora e Gestora.  
Juiz de Fora - MG

15:00 às 15:30 - Painel IV  
Planejamento Integrado de Ações:  
Parceria NAI / ACR para qualificação da Assistência  
Luciana Motta - UnATI / UERJ

16:00 - Encerramento  
Entrega de Certificados

LOCAL:  
AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Av. Marechal Câmara, 370 / 9º andar

INSCRIÇÕES:  
www.unati.uerj.br

VAGAS:  
Limitadas

DATA:  
20 de Setembro de 2013



Ministério Público do  
Estado do Rio de Janeiro

## CICLO DE PALESTRAS SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI'S) NO MPRJ

Fonte: Agenda do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

**Local:** Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça – Av. Marechal Câmara, nº 370, 9º andar (auditório)

**Data:** 20 de setembro de 2013 (6ª feira)

**Horário:** 8:30 às 16 horas

## ABERTAS INSCRIÇÕES PARA WORKSHOP NA ÁREA DE ACESSIBILIDADE

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Conselho Nacional do Ministério Público – 13/08/2013

Estão abertas a partir desta terça-feira, 13/8, as inscrições para o *Workshop* “Todos juntos para um Brasil mais acessível”. O evento ocorre em Brasília nos dias 3 e 4/9 e tem o objetivo de compartilhar boas práticas e atualizações referentes à acessibilidade. O público-alvo são os promotores de Justiça, os procuradores da República, os procuradores do Trabalho e os procuradores do Ministério Público Militar com atuação na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Podem participar do encontro os membros indicados pelos respectivos procuradores-gerais e demais interessados. As inscrições devem ser feitas no site do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), até o dia 27/8, por meio de formulário. O CNMP vai arcar com as despesas de alimentação dos participantes indicados. Já os custos da passagem e estada devem ser pagos pelo Ministério Público de origem do membro.

O primeiro dia do *workshop* terá a participação de representantes de organizações não governamentais e do governo federal. No segundo dia, os participantes terão a oportunidade de compartilharem experiências. Nesse caso, os interessados em apresentar os projetos devem encaminhar e-mail para [comissaoacessibilidade@cnmp.mp.br](mailto:comissaoacessibilidade@cnmp.mp.br) para que seja feita uma triagem.

O *Workshop* “Todos juntos para um Brasil mais acessível” é uma iniciativa do Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade do CNMP. O local do evento e a programação completa serão divulgados em breve.

## FESTIVAL “ASSIM VIVEMOS” LEVA FILMES SOBRE DEFICIÊNCIA PARA RIO E SÃO PAULO

Realizado pelo Centro Cultural Banco do Brasil, o festival “Assim vivemos” chega a sua 6ª edição.

Fonte: Instituto filantropia – 14/08/2013

Em 2013, o “Assim Vivemos – Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência” chega à sua 6ª edição com a exibição de 26 filmes de 17 países diferentes. Com patrocínio do Banco do Brasil, o festival terá acesso garantido para pessoas com deficiência visual, auditiva e cadeirantes em todas as sessões.

Com uma programação de filmes que ultrapassam barreiras e desmontam preconceitos, o festival reúne produções nacionais e internacionais sobre o tema deficiência, sob a ótica da inclusão e com o objetivo de mostrar

as capacidades das pessoas e sua inserção na sociedade. O festival, que é bienal, comemora 10 anos de existência (a primeira mostra de filmes foi realizada no ano de 2003) e segue mantendo a tradição que o legitimou como a maior celebração da inclusão cultural do Brasil.

O foco está em filmes que tenham a pessoa com deficiência como protagonista. Além disso, o festival também garante acessibilidade ao público, tanto para pessoas com deficiência visual (com audiodescrição em todas as sessões e catálogos em Braille) e auditiva (com legendas Closed Caption nos filmes e interpretação em LIBRAS nos debates).

Todas as sessões terão entrada franca e os filmes exibidos são majoritariamente documentários. A lista dos filmes selecionados e a programação completa seguem abaixo:

Lista dos filmes - <http://www.assimvivemos.com.br/2013/pt/filmes/>  
Programação - <http://www.assimvivemos.com.br/2013/pt/programacao/>

## PRIMEIRO ENCONTRO BRASILEIRO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A Organização Nacional de Cegos do Brasil, em parceria com a Fundação ONCE de solidariedade para com as pessoas cegas da América Latina - FOAL promoverá o I ENCONTRO BRASILEIRO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL, nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2013.

Fonte: ONCB – 19/08/2013

A Organização Nacional de Cegos do Brasil, em parceria com a Fundação ONCE de solidariedade para com as pessoas cegas da América Latina - FOAL promoverá o I ENCONTRO BRASILEIRO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL, nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2013, concretizado em uma primeira formação para lideranças femininas, prioritariamente, com as 66 instituições filiadas a ONCB, com os seguintes propósitos:

Mobilizar as mulheres com deficiência visual representantes das entidades filiadas a ONCB em favor da constituição da rede ONCB de mulheres;  
Conscientizar as mulheres com deficiência visual sobre a necessidade de seu empoderamento em favor da luta pelos direitos humanos e cidadania;  
Debater sobre assuntos relativos à mulher com deficiência visual.

A entidade promotora desse evento compreende a necessidade de maior incidência de mulheres cegas nos movimentos de luta acerca dos direitos das pessoas com deficiência. Reconhece uma lacuna nos espaços governamentais e civis que, por um lado, significa o desconhecimento do contexto particular que envolve as mulheres com deficiência visual, e por outro lado, representa um espaço aberto e sem a efetiva participação da mulher com deficiência visual no movimento de luta em favor dos direitos da mulher.

O referido evento será promovido na cidade de Brasília – DF, no período de 18 a 20 de outubro, com uma programação técnica de vinte horas presenciais, para um público estimado de 110 pessoas, dos quais 80 participantes serão contemplados com financiamento parcial (hospedagem e alimentação) e as 30 vagas por adesão serão custeadas pelo próprio participante.

Como público alvo, temos como base as representantes das instituições filiadas à ONCB, membros da diretoria executiva da ONCB e membros das Secretarias Temáticas da ONCB. Será permitida ainda, a adesão de estudiosos do assunto, gestores governamentais das diferentes esferas (municipal, estadual e federal) que atuam na formulação de políticas públicas para mulheres, e ainda, homens e mulheres da comunidade que prestam relevantes serviços à sociedade.

Após o referido evento, as representantes assumirão o compromisso de atuarem como multiplicadoras em seus respectivos estados. Para obter

maiores informações sobre o evento e efetuar sua inscrição, visite o *site* da Organização Nacional de Cegos do Brasil, em [www.oncb.org.br](http://www.oncb.org.br). Os seguintes critérios serão adotados para custear a hospedagem e a alimentação:

1º - Entidades filiadas a ONCB

1 - A entidade filiada a ONCB, em dia com suas obrigações estatutárias, terá direito a 01 (uma) vaga, respeitando o prazo de inscrição;

2 - O preenchimento da ficha de inscrição, disponível no *site* [www.oncb.org.br](http://www.oncb.org.br) deverá ser realizado no período de 20 de agosto a 20 de setembro de 2013;

3 - A homologação da inscrição será efetivada pela entidade filiada, mediante o envio de *e-mail* para [eventos@oncb.org.br](mailto:eventos@oncb.org.br) constando nome completo do representante e CPF;

4 - As representantes cegas ou com baixa visão devem apresentar relevante participação no movimento de cegos em sua região, com vistas à atuação como multiplicadoras dos conhecimentos construídos no evento, caracterizando-se, assim, como possíveis líderes no que se refere às questões de gênero e a luta em favor dos direitos e deveres das mulheres.

Ressaltamos que após o referido evento, as representantes terão o compromisso de serem multiplicadoras em seus respectivos estados.

2º - Demais entidades de e para pessoas cegas e comunidade

1 - Mulheres cegas ou com baixa visão que apresentam relevante participação no movimento de cegos em sua região, com vistas à atuação como multiplicadoras dos conhecimentos construídos no evento, caracterizando-se, assim, como possíveis líderes no que se refere às questões de gênero e a luta em favor dos direitos e deveres das mulheres;

2 - Mulheres cegas ou com baixa visão com destacada atuação profissional na área da deficiência visual e da acessibilidade;

3 - Pessoas que atuam como profissional na área da deficiência visual e destacam-se pelo trabalho de mobilização de mulheres no desenvolvimento de seu protagonismo social e político.

A lista final com as inscrições de acordo com os critérios de participação será publicada no *site* da ONCB, em até 05 dias úteis após o término das inscrições.

## VI JORNADA INTERDISCIPLINAR – ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NA REABILITAÇÃO DA PARALISIA CEREBRAL: CONQUISTAS E AVANÇOS

**Evento ocorre nos dias 6 e 7 de setembro, no Green Place.**

Fonte: Associação Cruz Verde – 21/08/2013

Um dos grandes desafios do tratamento da paralisia cerebral grave é que a doença requer a atuação de diversas especialidades da área da saúde que devem trabalhar em equipe para um resultado efetivo. Para trazer aos vários profissionais envolvidos nessa luta em prol dos doentes de paralisia cerebral grave, a Associação Cruz Verde abre inscrições para o evento.

Dias 6 e 7 de setembro

**Local:** Green Place – São Paulo

**Endereço:** Rua Dr. Diogo de Faria, 1.201 – Sala Ibirapuera – Vila Clementino

### Inscrições limitadas

Faça sua inscrição até o dia 3 de Setembro e Ganhe 10% de Desconto! Profissionais R\$ 250,00 e Estudantes R\$ 130,00

Informações e inscrições pelo telefone (11) 5579-7335

Ou pelo email: [servicosocial@cruzverde.org.br](mailto:servicosocial@cruzverde.org.br)

A Associação Cruz Verde, referência nacional no tratamento de paralisia cerebral grave, é uma entidade filantrópica: 100% dos recursos obtidos pela Associação são reinvestidos na própria instituição, visando à melhoria do atendimento aos portadores dessa doença.

## X JORNADA DO CIP/ICB - PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

**Evento ocorrerá nos dias 19 e 20 de setembro.**

Fonte: Lista Inclusão – 22/08/2013

Há 15 anos, o Centro de Intervenção Precoce do Instituto de Cegos da Bahia atua na prevenção, habilitação e reabilitação de crianças com deficiência visual. Visando sempre aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados e partilhar saberes, organizamos a nossa X Jornada, intitulada “Perspectivas para a inclusão da pessoa com deficiência visual”. Neste evento, de caráter científico e interdisciplinar, haverá mesas redondas discutindo acessibilidade, inclusão escolar, políticas públicas e avanços em pesquisas na área, bem como uma programação específica, abordando questões oftalmológicas, desde o processo de avaliação e diagnóstico até as possíveis intervenções. Esperamos contar com a sua participação!

EQUIPE DO CIP

### TEMAS:

- 1) Atenção oftalmológica na deficiência visual;
- 2) Intervenção precoce;
- 3) Acessibilidade;
- 4) Inclusão e políticas públicas a pessoa com deficiência visual.

Data: **Dias 19 e 20 de setembro de 2013.**

Local: ABM – Associação Bahiana de Medicina – Rua Baependi, 162, - Ondina, Salvador - BA, 40170-070.

Telefone: (71) 2107-9682.

Obs: Este número de telefone pode ser para efetuar inscrição ou para informações.

*Site* do evento: [http://www.abmeventos.org.br/agenda/prg\\_eve\\_det.cfm?eve=57](http://www.abmeventos.org.br/agenda/prg_eve_det.cfm?eve=57)

## SEMINÁRIO SOBRE PROPOSTA DE ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**O evento vai acontecer em 6 de setembro no Rio de Janeiro.**

Fonte: Lista Inclusão – 28/08/2013

A Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro convida para seminário

sobre o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com os temas “Estatuto da Pessoa com Deficiência frente à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e “Proposta elaborada pelo grupo de trabalho criado pela Portaria SDH/PR nº 616/2012”, que se realizará no dia 06 de setembro de 2013, sexta-feira, no JW Marriot Hotel, situado na Avenida Atlântica, 2600, Copacabana, Rio de Janeiro, das 8 (café de boas vindas e credenciamento) às 17 horas (café de encerramento).

INSCRIÇÃO OPCIONAL através do e-mail [nuped.seminario@gmail.com](mailto:nuped.seminario@gmail.com)

REALIZAÇÃO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PARCERIA: OAB/RJ

## //DOCTRINA

### AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR

**Artigo de Camila Gadelha, psicóloga formada pela UFAM – atualmente, fazendo especialização em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia Fenomenológica Existencial do Rio de Janeiro, tendo o autismo como objeto de estudo.**

Fonte: D24AM – 30/07/2013

O Transtorno de Espectro Autista é um quadro complexo, que pode envolver prejuízos, principalmente na questão social, de comunicação e comportamental. Esses prejuízos acabam refletindo na questão educacional, exigindo abordagens multidisciplinares concretas, para um melhor desenvolvimento.

O autismo pode ocorrer em qualquer classe social, raça ou cultura, sendo que cerca de 65 a 90% dos casos estão associados à deficiência mental (Gadia, Tuchman, & Rotta, 2004). Esses números vêm contra a ideia de que os autistas têm inteligência superior ao resto da população.

É importante lembrar que o autismo, por se tratar de um espectro, tem seus “sintomas” variando em modos e intensidades, o que significa dizer que nunca um autista será igual ao outro, assim, como nunca uma pessoa que não tem autismo é igual à outra, etc. A criança pode se isolar, pode aceitar a interação, ela pode até mesmo mostrar interesse em interagir com as outras pessoas.

Bosa (2002) afirma que a ausência de respostas das crianças autistas deve-se, muitas vezes, à falta de compreensão do que está sendo exigido dela, ao invés de uma atitude de isolamento e recusa proposital. Dessa forma, julgar que a criança é ausente ao mundo e aquilo que acontece ao seu redor, além de ser uma inverdade, acaba restringindo a motivação para se investir na sua potencialidade para interação.

No Brasil, existe uma lei, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais especificamente, no seu artigo 4º, inciso III, que diz que é o Estado o responsável por garantir educação aos educandos que possuem necessidades especiais, de preferência, na rede regular de ensino.

Embora seja importante ter uma lei que regulamente e garanta direitos das pessoas com deficiências, e mais especificamente, as pessoas com autismo, pesquisas vem mostrando que ainda não conseguimos ter muito sucesso na educação inclusiva no Brasil. Isso porque, não basta simplesmente colocar o aluno na escola regular, é preciso que a escola esteja preparada para receber os mais diversos alunos com suas especificidades.

É preciso que as escolas estejam preparadas, pois poderá acontecer o efeito inverso: ao invés de a criança com autismo ser incluída, ela poderá ser

excluída por não ter o suporte para participar das atividades escolares junto com os outros alunos. As escolas precisam de professores preparados, além de prover as acomodações físicas e curriculares necessárias.

As escolas precisam também preparar-se, bem como os seus programas, para atender a diferentes perfis, visto que os autistas podem possuir diferentes estilos e potencialidades. Além de sempre se mostrarem sensíveis às necessidades do indivíduo e habilidade para planejar com a família o que deve ser feito ou continuado em casa.

O autismo leva a pessoa a se relacionar de forma diferente com o mundo, principalmente no que tange à comunicação e à interação com as outras pessoas, exigindo assim, que as escolas estejam preparadas para se adaptar a cada particularidade, e aqui, não só de quem foi diagnosticado com autismo, mas a todos que frequentam a escola, pois a inclusão escolar vai muito além de quem tem algum tipo de deficiência, ela vem para valorizar que somos todos diferentes, que todos temos particularidades que nos são próprias.

#### Referências:

Bosa, C. a. (2002). autismo: atuais interpretações para antigas observações. In C. R. Baptista & C. a. Bosa (Orgs.), Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção (pp. 21-39). Porto alegre: artmed.

Gadia, C.; tuchman, R., & Rotta, N. (2004). autismo e doenças invasivas do desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, 80, 583 – 594.

## //NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

30/08/2013

#### MANTIDA DECISÃO QUE OBRIGA EMPRESA AÉREA A DISPONIBILIZAR ASSENTOS PARA DEFICIENTES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar (SL) 712, em que a VRG Linhas Aéreas S.A., incorporadora da Gol Transportes Aéreos S.A., pede que seja suspensa decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), determinando à empresa reservar dois assentos em suas aeronaves, em voos domésticos, para pessoas com deficiência comprovadamente carentes. A decisão foi tomada pelo TRF nos autos de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Minas Gerais.

No pedido formulado no STF, a empresa alega que a União excluiu o transporte aéreo dos benefícios da Lei nº 8.899/1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual; que é inconstitucional a criação de benefício de seguridade social sem prévia fonte de custeio (artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal); que, se for compelida a respeitar o benefício, a empresa vai transferir para os demais consumidores o respectivo ônus financeiro; que o benefício frustra a expectativa da empresa quanto à lucratividade dessa modalidade de transporte e, por fim, que a medida provocará desequilíbrio artificial das condições de concorrência, pois apenas ela estaria sujeita a essa pretensão do MPF.

O pedido de suspensão da decisão foi encaminhado anteriormente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que declinou de sua competência em favor da Suprema Corte.

## Decisão

O presidente do STF indeferiu o pedido formulado na SL, por entender ausentes os requisitos para seu atendimento. Segundo ele, “nada na narrativa da empresa-requerente sugere que a observância da decisão impugnada irá inviabilizar o transporte aéreo”. No entendimento do ministro, cabia a empresa “ir além de ilações ou de conjecturas, com o objetivo de demonstrar que os efeitos da decisão impugnada superam a simples redução da perspectiva dos resultados financeiros da pessoa jurídica”.

Também segundo ele, “o hipotético transporte gratuito de até dois passageiros a cada voo não tem intensidade suficiente para retirar completamente o interesse na exploração econômica dos serviços de transporte aéreo de passageiros”.

O ministro Joaquim Barbosa lembrou, a propósito, que as empresas aéreas contam com uma série de desonerações não extensíveis a outras modalidades do transporte, tais como incidência restrita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a não sujeição das aeronaves ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e, ainda, que parte significativa dos precedentes afasta a incidência do Imposto de Importação sobre aeronaves trazidas ao país pela modalidade de arrendamento mercantil.

Além disso, conforme assinalou, as empresas aéreas dispõem de outras fontes de renda, como a exploração do transporte de carga e a cobrança adicional pelo direito do consumidor de selecionar seu assento. Assim, de acordo com o presidente do STF, “não há comprovação, além de dúvida razoável, de que a decisão impugnada poderia tornar insustentável a exploração dos serviços de transporte aéreo de passageiros”.

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (1ª REGIÃO)

14/08/2013

### **GOL DEVERÁ GARANTIR ASSENTOS GRATUITOS PARA PESSOAS CARENTES COM DEFICIÊNCIA**

**Decisão do TRF-1 acatou pedido do MPF e determinou a reserva de ao menos dois assentos nos voos nacionais.**

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região acatou parecer da Procuradoria Regional da República (PRR1) e garantiu às pessoas hipossuficientes com deficiência que a companhia Gol Linhas Aéreas reserve ao menos dois assentos gratuitos em todos os voos nacionais. A medida assegura o cumprimento da Lei nº 8.899/94, regulamentada pelo Decreto nº 3.691/2000.

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) moveu ação civil pública contra a companhia aérea, que não cumpria o determinado pela lei. O juiz de 1ª instância julgou a ação improcedente sob o argumento de que faltava regulamentação específica, com a contrapartida do Estado para que a lei pudesse valer. O MPF/MG apelou ao TRF1.

Segundo o parecer do procurador regional da República à época, Paulo Gustavo Gonet Branco, a Lei nº 8.899/94 concede em seu primeiro artigo, às pessoas com deficiência comprovadamente carentes, o passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual. Não há na lei nenhum dispositivo que indique a necessidade de regulação por autoridades do Executivo. “Quem se inserir na situação de carente e deficiente tem o direito subjetivo ao passe livre em todo meio de transporte coletivo que ligue mais de um estado. A aviação aérea desenganadamente é meio de transporte coletivo dessa ordem”, explica o procurador.

A 5ª Turma do TRF1 acatou por unanimidade o parecer da PRR1 e reverteu a sentença de 1º grau, além de fixar o pagamento de danos morais no valor

de R\$ 50 mil, que devem ser revertidos ao fundo previsto no art. 13, da Lei nº 7.347/85.

**Processo nº 2006.38.03.003235-6**

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (3ª REGIÃO)

23/08/2013

### **IFMS É OBRIGADO A REABRIR EDITAL PARA PERMITIR A INSCRIÇÃO DE DEFICIENTES EM TODOS OS CARGOS**

**A pedido do MPF, TRF3 reformou decisão da Justiça Federal e determinou aplicação da reserva legal em caso de convocações além do número ofertado.**

Candidatos com deficiência terão nova oportunidade de se inscrever para todos os cargos disponibilizados no concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Atendendo a pedido formulado pelo Ministério Público Federal (MPF) em agravo de instrumento, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) reconheceu erros no edital do concurso, reformou parcialmente a decisão da primeira instância e determinou a reabertura das inscrições.

Na decisão, a Justiça acatou o entendimento do Ministério Público e considerou irregular o critério de reserva de vagas para deficientes previsto no concurso. O edital não determinava a reserva legal em caso de convocações além do número inicialmente ofertado.

“As pessoas com deficiência têm o direito de se inscrever em todos os cargos disponíveis e, nos casos de cadastro de reserva ou chamamento de candidatos além do número inicialmente previsto, as convocações devem considerar os percentuais mínimo (5%) e máximo (20%) previstos em lei para reserva de vagas”, argumentou o MPF na ação.

Na decisão do agravo, o TRF destacou que “a improbabilidade de serem chamadas mais pessoas aos cargos, em relação aos quais foi destinada somente uma vaga no edital, não é argumento suficiente a não observância dos mandamentos legais”.

Com a determinação judicial, o IFMS deve reabrir o prazo de inscrições pelo mesmo período inicialmente determinado no edital, que deve prever ainda a ordem de nomeação de pessoas com deficiência caso surjam novas convocações no concurso. Desta forma, o primeiro candidato deficiente aprovado deve ser o 5º convocado para posse no cargo público, e os demais, conforme a ordem de aprovação, seguem na 25ª, 45ª e 65ª convocações.

O certame do IFMS oferta 206 cargos da carreira de técnico-administrativo em Educação.

**Modificações já realizadas** - A ação protocolizada pelo MPF já provocou outras alterações no concurso do IFMS. Em decisão liminar da Justiça Federal de Campo Grande, o instituto teve que reabrir os prazos para incluir a possibilidade de envio de documentação via carta com Aviso de Recebimento (AR) - não apenas via Sedex - nos casos de solicitação de isenção de pagamento.

Antes de ajuizar a demanda, o MPF ainda encaminhou recomendação ao IFMS alertando sobre outras irregularidades. A medida resultou na alteração de determinados pontos do certame, como os requisitos para o cargo de Secretário Bilingue - que passou a abranger formados tanto em Secretariado Bilingue quanto em Letras, conforme determina a Lei nº 11.091/2005 - e mo-

dificações em itens relacionados à avaliação multiprofissional dos deficientes.

O MPF aguarda posição judicial quanto à possibilidade da avaliação multiprofissional ser realizada na mesma cidade em que o candidato realizou a prova, medida que evitaria a limitação de acesso dos deficientes aos cargos públicos.

**Processo nº 0007510-33.2013.4.03.6000**

## **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (4ª REGIÃO)**

12/08/2013

### **BENEFÍCIO RECEBIDO DE BOA-FÉ NÃO PRECISA SER DEVOLVIDO**

Não é irregular a acumulação de benefícios de natureza alimentar concedidos por erro administrativo e recebidos de boa-fé pelo segurado do Instituto Nacional do Seguro Social.

Assim, não se pode falar em devolução de valores aos cofres públicos. Com essa argumentação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região extinguiu cobrança de R\$ 39 mil contra uma segurada de Joinville (SC), deficiente física e mental.

De fevereiro de 1984 a setembro de 2010, a mulher recebeu pensão de meio salário-mínimo regional do estado de Santa Catarina, concedida aos portadores de deficiência pertencentes a famílias carentes, conforme a Lei nº 6.185/1982. Em maio de 2003, ela passou a receber do INSS, cumulativamente, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas), no valor de um salário-mínimo mensal.

Descoberto recebimento cumulativo dos dois benefícios, o INSS cessou a concessão do Loas em julho de 2010, emitindo, posteriormente, ofício de cobrança de R\$ 38,8 mil. Ela só voltaria a ter direito ao benefício do ente federal mais tarde, quando teve suspensa a pensão recebida do governo catarinense.

Como a cobrança da dívida continuou, a autora foi à Justiça para contestar o INSS, por meio da Defensoria Pública da União. Na Ação Declaratória de Inexistência de Débito, o defensor João Vicente Pandolfo Panitz sustentou que a autora é pessoa simples e que não tinha conhecimento sobre a proibição de receber simultaneamente os dois benefícios, nem sobre a necessidade de esclarecer que já usufruía da pensão do Estado. O juiz Marcos Hideo Hamasaki, da 2ª Vara Federal de Joinville, julgou improcedente a demanda, mantendo a cobrança.

Em sede de Apelação, a 5ª Turma do TRF-4 reverteu a sentença, por abrigar entendimento diverso daquele do juízo de origem. A relatora do caso, juíza federal convocada Maria Isabel Pezzi Klein, afirmou no acórdão que a jurisprudência prevê a não-devolução de valores recebidos de boa-fé pelo segurado, dado o caráter alimentar das prestações previdenciárias.

“Consequentemente, não se cogita de devolução da pecúnia, frente ao caráter alimentar das verbas que lhe foram alcançadas. Essa interpretação do artigo 115, da Lei de Benefícios, aqui incidente em face do que preceitua o artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 8.742/1993, inserindo a condicionante da má-fé como pressuposto à devolução, não espelha malferimento à higidez do preceito legal. Ao revés, confere-lhe eficácia conforme a Constituição, porque é garantia fundamental do cidadão brasileiro a de não fazer ‘algo’ senão havendo legal imposição”, destacou a juíza.

**Apelação Cível nº 5006297-94.2012.404.7201**

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

19/08/2013

### **DEFICIENTE MENOR DE IDADE TEM ISENÇÃO DE ICMS E IPVA**

Brasileiros com doença física ou mental, mesmo que não tenham idade e habilitação para dirigir, têm direito à isenção de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O benefício vale para todos porque, caso seja limitado aos cidadãos aptos a dirigir, há configuração de ofensa aos princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana. Essa é a decisão tomada pela 3ª Turma da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), seguindo voto do relator, desembargador Wilson Safatle Faiad.

O impetrante do Mandado de Segurança em questão é um menor, portador de deficiência física e mental permanente, representado por seu pai. A família afirma que, por conta da dificuldade de locomoção, pretende comprar um veículo, para que o garoto possa ser assistido por médicos de Goiânia, cidade distante 30 quilômetros de Hidrolândia, onde a família mora.

Com base na situação do garoto, foi concedida a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por parte da Secretaria da Receita Federal.

No entanto, o governo de Goiás alegou que a legislação estadual prevê a isenção de ICMS e IPVA apenas nos casos em que o deficiente físico seja portador de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), necessite e conduza veículo adaptado. O relator já concedera liminar no MS, determinando a isenção.

Em seu voto, o desembargador aponta que, ao restringir o benefício a deficientes que podem conduzir veículos adaptados, o governo de Goiás priva de benefícios exatamente as pessoas com maior limitação.

Neste caso, aponta ele, o garoto depende de uma terceira pessoa para locomoção, sendo impossível cumprir a legislação estadual. De acordo com o relator, conceder o benefício “*não configura aplicar interpretação extensiva ao preceito legal mas, ao revés, atender seu fim essencial*”, que é garantir a integração social aos portadores de deficiência. Ele cita decisões semelhantes do TJ-RS (AI 70012803656) e do TJ-GO (MS 16414-1/101 e MS 16428-0/101).

**Mandado de Segurança nº 447446-88.2012.8.09.0000**

## **//JURISPRUDÊNCIA**

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. PROVA DA CONDIÇÃO. EXCLUSÃO DA LISTA DE HABILITADOS. ILEGALIDADE**

Fonte: Informativo STJ nº 522, de 1º de agosto de 2013

## RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 31.861 - PE (2010/0060122-7)

RELATOR	: MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE	: ROSEANE BATISTA LEITE
ADVOGADO	: NATHALIA MONTEIRO DE ARAÚJO E OUTRO (S)
RECORRIDO	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: INÊS ALMEIDA MARTINS CANAVELLO E OUTRO (S)

### EMENTA

#### ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. PROVA DA CONDIÇÃO. EXCLUSÃO DA LISTA DE HABILITADOS. ILEGALIDADE.

Suficientemente provada pela impetrante, por meio dos documentos idôneos que juntou à impetração, sua condição de pessoa com deficiência física, impõe-se reconhecer-lhe tal *status*, por força de inafastável incidência do que dispõe o art. 4º, inciso I, do Decreto nº 3.298/1999, ainda que o acórdão recorrido, com esteio em um só laudo pericial divergente, tenha decidido de modo diverso. Precedentes.

#### RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ari Pargendler, Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente) e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima. Brasília (DF), 23 de abril de 2013 (Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

## RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 31.861 - PE (2010/0060122-7)

RELATOR	: MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE	: ROSEANE BATISTA LEITE
ADVOGADO	: NATHALIA MONTEIRO DE ARAÚJO E OUTRO (S)
RECORRIDO	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: INÊS ALMEIDA MARTINS CANAVELLO E OUTRO (S)

### RELATÓRIO

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA (Relator):** Cuida-se, na origem, de mandado de segurança impetrado por Roseane Batista Leite, sob benefício de assistência judicial gratuita, apontando como autoridade coatora o Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco, a quem imputa, como ato coator, a exclusão da impetrante das vagas reservadas a pessoas com deficiência no concurso público para provimento de cargos de natureza administrativa para o quadro de pessoal de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça daquele estado.

O Tribunal de origem não acolheu as alegações da impetração e, entendendo pela regularidade da exclusão combatida, denegou a segurança, por unanimidade dos votos, em acórdão que guarda a seguinte ementa:

**EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE**

**JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NAO CONHECIMENTO. CONFUSAO COM O MÉRITO. MÉRITO. CONCURSO PÚBLICO. VAGA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA DOS TERMOS DO DECRETO nº 3298/1999. SEGURANÇA DENEGADA. DECISAO UNÂNIME.**

1- não há que se falar em impossibilidade jurídica do pedido, pois nada obsta que a candidata possa participar, se em conformidade com a legislação, da concorrência entre candidatos ao cargo de deficiente físico e do quadro geral do mesmo concurso público, uma vez que são situações distintas.

2- preliminar de ausência de direito líquido e certo não conhecida, uma vez que com o mérito se confunde.

3- a jurisprudência é assente no sentido de que só poderão concorrer a uma vaga reservada para portadores de deficiência física, aqueles que se enquadrarem aos parâmetros legais pré-estabelecidos no instrumento convocatório do certame, de modo a evitar-se que candidatos possuidores de suficiente capacitação física para o desempenho da função perseguida venham a ser privilegiados com o aludido benefício.

4- Segurança denegada.

5- Decisão unânime. (fls. 182 e 183).

A recorrente, nas razões do recurso ordinário, insiste no direito de concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, embora tenha sido também aprovada na ampla concorrência, argumentando, em síntese, que “enquadra-se perfeitamente na definição legal, pois é portadora de sequela de pé torto congênito bilateral - Código Internacional de Doenças (CID) n.º Q66, possuindo capacidade limitada para exercer algumas atividades, pois tal deficiência acarreta a rigidez articular, diminuição da amplitude de movimento do tornozelo e limitação de algumas atividades físicas” (fls. 206 e 207). Acrescenta que sua deficiência “não é somente estética, mas também produz dificuldades para o desempenho da função física, precisamente motora, pois sua doença compromete as estruturas ósseas e partes moles, acarretando limitação na mobilidade do tornozelo, bilateralmente, causando dores ao caminhar, [bem como] dificuldade para subir e descer escadas ou rampas” (fl. 207).

O Estado de Pernambuco apresentou contrarrazões ao recurso (fls. 220 a 225), nas quais defende a legalidade da eliminação, aos argumentos de que (a) não se discute a deficiência da candidata, mas o enquadramento da hipótese fática aos comandos legais e (b) a prova coligida pela impetrante não é suficiente para demonstrar, de plano, o seu direito.

O Ministério Público Federal, pelo parecer de fls. 250 a 254, entendeu não existir qualquer justificativa plausível para a exclusão efetuada e, assim, manifestou-se pela concessão da segurança. É o relatório.

## RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 31.861 - PE (2010/0060122-7)

### VOTO

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA (Relator):** Consta dos autos que Roseane Batista Leite, a impetrante, inscreveu-se em concurso público para o provimento de vagas no quadro de pessoal de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, tendo sido aprovada e classificada em primeiro lugar nas vagas reservadas a pessoas com deficiência e vigésimo nono, na concorrência ampla (fl. 43).

Submetida à avaliação médica prevista no edital, foi “eliminada por não ser deficiente” (fl. 83) e mantida apenas na concorrência ampla. Irresignada, impetrou o presente *Writ*, alegando ter o direito líquido e certo de pos-

tular a vaga constitucionalmente reservada.

O tribunal de origem, para denegar a segurança, se assentou em três fundamentos, quais sejam:

1- *De acordo com o documento acostado às fls. 41, não houve o reconhecimento da condição de deficiente físico da impetrante pela comissão examinadora do concurso, por ter constatado a Junta Médica Pericial, que a requerente, conquanto realmente portadora da enfermidade indicada, não apresentava alteração completa ou parcial que pudesse permitir seu enquadramento na hipótese prevista no art. 4º, I, do Decreto Federal nº 3.298/99.* (fl. 187).

2- *... a jurisprudência é assente no sentido de que só poderão concorrer a uma vaga reservada para portadores de deficiência física, aqueles que se enquadrarem aos parâmetros legais pré-estabelecidos no instrumento convocatório do certame, de modo a evitar-se que candidatos possuidores de suficiente capacitação física para o desempenho da função perseguida venham a ser privilegiados com o aludido benefício, em flagrante ofensa ao princípio da isonomia. Desta feita, no caso em comento, devem prevalecer os regramentos contidos no Decreto Federal nº 3.298/99.* (fls. 187 e 188).

3- *... os documentos acostados às fls. 145/157 não são capazes de concluir pela liquidez e certeza do direito pleiteado pela impetrante, uma vez que há decisão em sentido contrário, necessitando de dilação probatória, o que é defeso nesta via escolhida.* (fl. 191).

A recorrente, nas razões do recurso ordinário, insurgiu-se contra essas conclusões, argumentando que há, na impetração, provas bastantes quanto à sua condição física, suficientes para demonstrar a liquidez e certeza do direito que ampara sua pretensão.

Resta, então, verificar se essas provas coligidas nos autos, tanto pela impetrante quanto pelo Estado de Pernambuco, permitem manter o acórdão ora recorrido por seus próprios fundamentos ou, ao contrário, reclamam a sua reforma e, em decorrência, a concessão da segurança.

Passa-se, pois, ao exame particularizado da questão posta.

O laudo médico pericial, emitido pelo Núcleo de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco - IRH/PE, fls. 82 e 83, conquanto lacônico, é suficientemente claro em suas conclusões: *“a periciada, Srtª Roseane Batista Leite não é deficiente física”* (fl. 83).

Por isso, foi eliminada do rol dos habilitados às vagas reservada para pessoas com deficiência.

Ocorre que, tal como alega a recorrente, há nos autos provas documentais bastantes para autorizar conclusão diversa.

Nesse sentido, confirmam-se:

1 - O laudo à fl. 45, emitido em outubro de 2005, por médico ortopedista, afirma ser a paciente *“portadora de sequela de pé torto congênito bilateral, tendo sido operada em 1977, e apresenta atrofia de perna irreversível, grau I, CID Q66.8”*.

2 - O laudo seguinte, fl. 46, embora assinado por outro perito, também ortopedista, afirma, em essência, a mesma atrofia.

3 - Mais um laudo, fl. 47, este elaborado por médica do trabalho, que descreve, em minúcias, as limitações a que a impetrante está sujeita, embora a considere *“apta a exercer atividades que possam ser realizadas na posição sentada”*.

4 - Atestado médico, fl. 48, expedido por médico municipal, para fins

de concessão de livre acesso aos meios locais de transporte, afirmando ser a *“paciente portadora de sequela de pé torto congênito bilateral com atrofia irreversível grau I, que impedem a perambulação ativa e o equilíbrio”*, documento que também a classifica taxativamente como pessoa com deficiência física, CID Q 66.8.

5 - Parecer, fl. 51, de lavra do responsável pela equipe médica do concurso para a Polícia Militar/Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Pernambuco que apresenta a impetrante como *“portadora de correção cirúrgica para pé torto congênito”* e destaca *“que esta enfermidade cursa com atrofia da perna, tornozelo e pé. Estas alterações, após todos esses anos são irreversíveis mesmo com a correção da causa primária (pé torto) e [é] incompatível com a atividade militar”*.

6 - Resposta a recurso de perícia médica, fl. 114, em que a Universidade de Brasília, organização executora do concurso público para o provimento de cargos do Quadro permanente do TRE-MA, reconsiderou decisão anterior por entender que *“a candidata apresenta membros inferiores com deformidade congênita que, apesar de corrigida cirurgicamente, apresenta atrofia de seus músculos. [...] trata-se, portanto, de deficiência física compreendida na redação dada pelo Decreto nº 3.298 de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296 de 2004”*.

7 - Sentença de procedência, fls. 150 a 154, proferida pela 5.ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, acolhendo a manifestação do perito nomeado pelo juízo, reconheceu estar a autora, aqui impetrante, amparada pelas disposições do Decreto nº 3.298/1999.

À luz desse contexto, inteiramente acertadas as seguintes considerações, extraídas do parecer ministerial, cujos argumentos também se adotam como razão de decidir:

*Entende-se. s.m.j., que as provas trazidas aos autos são suficientes para demonstrar que a recorrente é portadora de deficiência física, nos termos do art. 4º, inciso I, do Decreto nº 3.298/1999, não havendo necessidade de qualquer dilação probatória.* (fl. 252).  
[...]

*Não se mostra plausível que a recorrente seja considerada portadora de deficiência física para aprovação em concurso de determinado órgão e não seja assim considerada para outro, no qual a função a ser desenvolvida é praticamente a mesma (atividade técnico-administrativa).*

*Ademais, é de se observar que o próprio laudo pericial que fundamentou a exclusão da recorrente no certame afirmou que ela é portadora do CID -10 Q.66.8. Grau I, ou seja, de deformidade congênita no pé, o que, de regra, amolda-se à parte final do inciso I do art. 4º do Decreto nº 3.298/99.* (fl. 253).  
[...]

*A análise das provas dos autos leva à conclusão de equívoco na decisão do Tribunal a quo, haja vista a violação do direito líquido e certo da impetrante, ora recorrente, de ser considerada portadora de deficiência, nos termos do art.4º, inciso I, do Decreto nº 3.298/99, e de ser considerada aprovada na segunda etapa do Concurso Público de Provas e de Títulos para Provimento de vagas e formação de Cadastro reserva para ingresso na Carreira dos Servidores do ministério Público do estado de Pernambuco.* (fls. 253 e 254).

Ora, na conhecida lição de Hely Lopes Meirelles (*in* Mandado de Segurança e Ações Constitucionais, São Paulo, Malheiros, 33ª ed., 2010, p. 39), *“o objeto do mandado de segurança será sempre a correção de ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo a direito individual ou coletivo, líquido e certo, do impetrante”* (destaquei).

Segue-se, daí, que a correção na avaliação dos fatos na hipótese destes autos não só é possível, como também necessária e imperativa: suficientemente provada pela impetrante, por meio dos documentos idôneos que juntou à impetração, sua condição de pessoa com deficiência física, impõe-

-se reconhecer-lhe tal *status*, por força de inafastável incidência do que dispõe o art. 4º, inciso J, do Decreto nº 3.298/1999, ainda que o acórdão recorrido, com esteio em um só laudo pericial divergente, tenha decidido de modo diverso.

A propósito, a solução aqui preconizada em nada inova, apresentando-se em harmonia com precedentes que, em situação análoga, reformaram as conclusões dos tribunais de origem. Confirmam-se:

#### **ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. POSSE DE DEFICIENTE AUDITIVO UNILATERAL. POSSIBILIDADE.**

1. Hipótese em que o Tribunal de origem, embora reconheça a surdez unilateral, julgou improcedente o **mandamus**, considerando que a impetrante não se enquadra no conceito de deficiente físico preconizado pelo art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com redação dada pelo Decreto nº 5.296/2004 (vigente ao tempo do edital).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, no concurso público, é assegurada a reserva de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais acometidos de perda auditiva, seja ela unilateral ou bilateral.

3. Reexaminando os documentos anexos à exordial, depreende-se que, segundo o laudo médico emitido, a candidata tem malformação congênita (deficiência física) na orelha e perda auditiva no ouvido direito, o que caracteriza a certeza e a liquidez do direito ora vindicado, na espécie.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no RMS 34.436/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/05/2012).

**RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. NAO CONFIGURAÇÃO. DEFICIENTE VISUAL. VISAO MONOCULAR. EXCLUSAO DO BENEFÍCIO DA RESERVA DE VAGA. ILEGALIDADE. I - O prazo para a impetração do mandamus começa a ser contado da ciência pelo interessado do ato que efetivamente lhe feriu o direito líquido e certo.**

II - A visão monocular constitui motivo suficiente para reconhecer ao recorrente o direito às vagas destinadas aos portadores de deficiência física. Precedentes deste e. Tribunal, bem como do Pretório Excelso. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RMS 26.105/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 30/06/2008).

Diante do que se expôs, e em harmonia com o parecer ministerial, dá-se provimento ao presente recurso ordinário para, cassando o acórdão recorrido, **conceder-se a segurança**, em ordem a restabelecer a habilitação da candidata Roseane Batista Leite, ora recorrente, na primeira colocação da lista reservada às pessoas com deficiência, no concurso para o provimento do cargo de Técnico Ministerial, área administrativa, opção Jaboatão dos Guararapes.

É o voto.

#### **CERTIDÃO DE JULGAMENTO PRIMEIRA TURMA**

#### **PROCESSO ELETRÔNICO**

RMS 31.861 / PE

Número Registro: 2010/0060122-7

Número Origem: 1408340

PAUTA: 23/04/2013

JULGADO: 23/04/2013

#### **Relator**

Exmo. Sr. Ministro SÉRGIO KUKINA

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro NAPOLEAO NUNES MAIA FILHO

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO

Secretária

Bela. BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA

#### **AUTUAÇÃO**

RECORRENTE	:	ROSEANE BATISTA LEITE
ADVOGADO	:	NATHALIA MONTEIRO DE ARAÚJO E OUTRO (S)
RECORRIDO	:	ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	:	INÊS ALMEIDA MARTINS CANAVELLO E OUTRO (S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital - Reserva de Vagas para Deficientes

#### **CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão: A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Ari Pargendler, Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente) e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima.

## //NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

### **COMISSÃO APROVA ALFABETIZAÇÃO EM BRAILE**

**Proposta obriga escolas públicas e privadas a alfabetizar alunos com deficiência visual pelo sistema braile, quando for necessário.**

Fonte: Camara.leg – 05/08/2013

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na quarta-feira (29) proposta que obriga escolas públicas e privadas a alfabetizar alunos com deficiência visual pelo sistema braile, quando for necessário. O texto aprovado é o substitutivo proposto pela relatora, deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), que também cria condições para o ensino do braile aos familiares e à comunidade da pessoa com deficiência visual.

A deputada destacou que a proposta original – Projeto de Lei nº 444/11, do deputado Walter Tosta (PMN-MG) – previa a obrigatoriedade de alfabetização em braile apenas para os alunos com deficiência. “A extensão da obrigação aos familiares e comunidades da pessoa com deficiência nos parece interessante e de possível contemplação na proposta em análise”, disse Rosinha da Adefal.

**Língua de sinais** - A parlamentar explicou que o substitutivo é ainda uma oportunidade de complementar outra proposta já aprovada pela Câmara, mas que aguarda votação no Senado. Trata-se do PL nº 6706/06, da ex-senadora, Ideli Salvatti, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A relatora na Comissão de Seguridade lembrou que, durante a tramitação na Câmara, o PL nº 6706/06 foi alterado e ampliado para abranger outros métodos pedagógicos, entre os quais o método braile. No entanto, segun-

do ela, o projeto “prevê acesso ao método pedagógico de comunicação em braile, mas não a obrigatoriedade da oferta do sistema braile como medida de acesso ao conhecimento, à informação e à educação”.

**Lei atual** - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) estabelece que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante diversas garantias, entre elas o atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. O projeto tem caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## ENTIDADE SEM ACESSIBILIDADE PODERÁ SER IMPEDIDA DE RECEBER RECURSOS PÚBLICOS

**A Lei de Acessibilidade estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo regras para acesso a edifícios (públicos e privados) e ao transporte público.**

Fonte: Vida mais livre – 05/08/2013

Medida já está prevista em decreto do Executivo, mas autora do projeto defende que regra se torne lei.

Em análise na Câmara dos Deputados *Site* externo., o Projeto de Lei nº 5559/13 impede a destinação de recursos públicos para entidades públicas e privadas que não cumpram a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/00). Segundo o texto, essas entidades também ficarão impedidas de receber aval da União para obter empréstimos e financiamentos internacionais.

A autora do projeto, deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) *Site* externo., explica que essa norma já está prevista no Decreto nº 5.296/04, que regulamentou a Lei de Acessibilidade. A parlamentar defende, no entanto, que a medida seja amparada por lei. “É indispensável, pelas suas características peculiares e por sua relevância, que o tema não fique relegado ao nível de simples regulamento do Poder Executivo”, argumenta.

A Lei de Acessibilidade estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo regras para acesso a edifícios (públicos e privados) e ao transporte público. A lei também determina que o Poder Público invista na formação de profissionais intérpretes de escrita em braile e de Libras.

“Exemplo das dificuldades que nos levam a apresentar o projeto é o caso de entidades de tratamento de viciados em álcool e drogas que estão se negando a aceitar dependentes surdos, alegando não terem como realizar o tratamento por falta de intérprete de Libras”, aponta Rosinha da Adefal.

### Tramitação

A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

## CÂMARA APROVA CAIXAS ELETRÔNICOS ADAPTADOS A CADEIRANTES

**Projeto de Lei do pastor Raimundo Bezerra teve aprovação unânime dos vereadores.**

Fonte: Folha Cidade – 07/08/2013

A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, na sessão ordinária de ter-

ça-feira, 6 de agosto, projeto do vereador Pastor Raimundo Bezerra (PRB) instituindo no Município obrigatoriedade de que todas as agências bancárias disponibilizem em seus caixas eletrônicos, pelo menos, um terminal com tela e teclado em altura reduzida, compatível e adaptado para cadeirantes e anões.

O projeto aprovado determina que os bancos tenham prazo de 180 dias para instalarem os novos terminais. Em caso de descumprimento, a multa estabelecida será de 500 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, o que corresponde a R\$ 9.685,00, dobrada em caso de reincidência.

Para o Pastor Raimundo, “situações simples, como utilizar um caixa eletrônico, acabam sendo impossíveis para alguns cidadãos como os cadeirantes”. De acordo com ele, “esses equipamentos promovem a exclusão, pois não facilitam a acessibilidade, muito pelo contrário, dificultam a vida desses usuários”.

O vereador destaca que “os cadeirantes nem sempre podem contar com pessoas de confiança para ajudá-los a fazer um saque ou pagar uma conta em um caixa eletrônico”. Pastor Raimundo alega “ser dever da sociedade lutar para inclusão social dos portadores de deficiências; é fundamental garantir-lhes o direito ao uso desses equipamentos”.

## PROJETO DE LEI QUER GARANTIR A VACINAÇÃO EM DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

**Projeto de Lei do deputado Gilson Andrade beneficia pessoas com deficiência e idosos sempre que não houver possibilidade de deslocamento até os postos de vacinação.**

Fonte: Click Sergipe – 14/08/2013

Foi apresentado mais um Projeto de Lei de autoria do Deputado Estadual Gilson Andrade (PTC), que beneficia as pessoas com deficiência e os idosos. Trata-se do Projeto de Lei nº 119/2013, que garante à pessoa idosa e aquelas com deficiência o direito à vacinação em seu domicílio durante as campanhas de vacinação realizadas no Estado.

Essa garantia é válida sempre que houver impossibilidade de deslocamento dessas pessoas até os postos destinados à vacinação. O art. 2º do Projeto de Lei destaca, entretanto, que o referido atendimento fica condicionado a requerimento da própria pessoa ou do responsável encaminhado ao órgão competente.

Em sua justificativa para apresentação do Projeto de Lei, o deputado Gilson Andrade argumentou que a nossa Constituição Federal garante ao idoso e ao deficiente físico o “acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais”.

Para o deputado Gilson Andrade, o projeto apresentado está em perfeita consonância com os preceitos constitucionais, no intento incansável de garantir os direitos individuais assegurados pela Constituição Federal. Por isso, pela relevância social do presente Projeto de Lei, ele acredita no apoio para aprovação desse projeto pelos seus colegas deputados.

## IRPF: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PODERÃO TER PRIORIDADE NA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

**O substitutivo do projeto foi aprovado na última terça-feira (20).**

Fonte: EBC – Karine Melo – 21/08/2013

A restituição do Imposto de Renda (IR) de pessoas com deficiência poderá ter prioridade. O projeto de lei (PLS nº 571/2011) do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado nesta terça-feira (20) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O relator na comissão, senador Benedito de Lira (PP-AL), destacou que o texto concede às pessoas com deficiência, que costumam ter um gasto elevado com saúde, um certo “alívio financeiro”.

O substitutivo aprovado incorporou uma emenda da Comissão de Direitos Humanos que mudou a denominação dos beneficiários no texto original – de “portadores de deficiência física” para “pessoa com deficiência”. “O substitutivo aumenta a abrangência do incentivo, pois inclui outros tipos de deficiência, como a mental, que merecem atenção do Poder Legislativo”, ressaltou o relator.

Como foi aprovado o substitutivo, o projeto precisa de um turno suplementar de votação na CAE, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

## RESTAURANTES DEVEM TER MESAS EXCLUSIVAS PARA DEFICIENTES

**O projeto de lei que possibilita a exclusividade das mesas foi aprovado em primeira votação.**

Fonte: Umuara Ilustrado – 22/08/2013

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou em primeira votação, nesta terça-feira (20), um projeto de lei que determina a reserva de lugares especiais a pessoas com deficiência, gestantes e idosos em *shopping centers* e restaurantes em todo o Estado, assim como acontece no transporte coletivo.

Conforme consta no projeto, pelo menos 5% das mesas e cadeiras deverão ser exclusivas a essas pessoas, que “têm o desejo de estar nestes ambientes, mesmo tendo alguma dificuldade de mobilidade, e assim conviver em sociedade sem tantos obstáculos”. Esses lugares deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral. Também será necessário fazer adaptações, como a instalação de rampas e elevadores, que facilitem a mobilidade.

Os estabelecimentos que não cumprirem a determinação estarão sujeitos a advertência, na primeira autuação, e também a multas que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil mensais, até que a irregularidade seja solucionada. O projeto ainda precisa passar por nova votação e depois seguirá para a sanção ou veto do governador.

## PROPOSTA PRIORIZA ADOÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

**A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o projeto de lei que prioriza a adoção de crianças ou adolescentes com deficiência.**

Fonte: Deficiente Ciente – 28/08/2013

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou na terça-feira (13), em caráter conclusivo, projeto de lei que prevê prioridade para processos de adoção de criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica (PL nº 659/11). A autora, deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), ressaltou que a agilidade maior não significa pular etapas ou flexibilizar procedimentos.

Pai de uma criança adotada, o deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), relator

da proposta na CCJ, reconheceu a necessidade de agilizar o processo, considerado moroso pelo parlamentar. “Normalmente, essas crianças já são por si só preteridas no processo, na triagem de adoção. Mas nós sabemos que muitas famílias estão abrindo as portas do seu aconchego, do seu lar, para crianças que, embora venham trazer essa dificuldade por estarem passando por um problema de recuperação física de saúde, uma necessidade específica de saúde, são pais que estão dispostos a fazer esse sacrifício, a receber essa criança. Por que não viabilizar para que isso aconteça no menor espaço de tempo?”, ressaltou.

Bulhões apresentou parecer favorável à aprovação do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, que substituiu o termo “com necessidade específica de saúde”, no texto original, por “doença crônica”.

### Celeridade

O psicólogo Walter Gomes, supervisor da área de adoção da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, afirma que o bom senso já recomenda agilidade nos processos envolvendo crianças com problemas de saúde. Mas elogia a transformação desse cuidado em lei. “Quando um acolhimento como esse com uma tramitação célere tiver uma previsão legal, em que todos possam agir de acordo com um ditame legal, com certeza é sempre um avanço. Ressaltando que a Justiça, principalmente infanto-juvenil, tem que dar celeridade porque o bem-estar superior da criança tem que ser resguardado em todas as fases do processo”, afirmou.

Segundo Walter Gomes, cerca de 10% das crianças e adolescentes que aguardam adoção no Brasil são portadores de algum tipo de doença. Ao mesmo tempo, em torno de 90% das famílias habilitadas para a adoção pleiteiam crianças saudáveis. Os dados revelam a dificuldade dessas crianças para serem acolhidas em um lar.

### Tramitação

Se não houver recurso para votação do PL nº 659/11 pelo Plenário, a proposta seguirá para análise no Senado.